



SIMULADO ESPECIAL

SEFAZ SP

**Auditor Fiscal da Receita Estadual
Gestão Tributária - Pós-Edital**

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **SEFAZ-SP**, cargo de **Auditor Fiscal da Receita Estadual - Gestão Tributária**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/1wnLM52CW5xLUzZ4A>

1 - ABCDE	27 - ABCDE	53 - ABCDE	79 - ABCDE	105 - ABCDE	131 - ABCDE	157 - ABCDE	183 - ABCDE	209 - ABCDE	235 - ABCDE
2 - ABCDE	28 - ABCDE	54 - ABCDE	80 - ABCDE	106 - ABCDE	132 - ABCDE	158 - ABCDE	184 - ABCDE	210 - ABCDE	236 - ABCDE
3 - ABCDE	29 - ABCDE	55 - ABCDE	81 - ABCDE	107 - ABCDE	133 - ABCDE	159 - ABCDE	185 - ABCDE	211 - ABCDE	237 - ABCDE
4 - ABCDE	30 - ABCDE	56 - ABCDE	82 - ABCDE	108 - ABCDE	134 - ABCDE	160 - ABCDE	186 - ABCDE	212 - ABCDE	238 - ABCDE
5 - ABCDE	31 - ABCDE	57 - ABCDE	83 - ABCDE	109 - ABCDE	135 - ABCDE	161 - ABCDE	187 - ABCDE	213 - ABCDE	239 - ABCDE
6 - ABCDE	32 - ABCDE	58 - ABCDE	84 - ABCDE	110 - ABCDE	136 - ABCDE	162 - ABCDE	188 - ABCDE	214 - ABCDE	240 - ABCDE
7 - ABCDE	33 - ABCDE	59 - ABCDE	85 - ABCDE	111 - ABCDE	137 - ABCDE	163 - ABCDE	189 - ABCDE	215 - ABCDE	241 - ABCDE
8 - ABCDE	34 - ABCDE	60 - ABCDE	86 - ABCDE	112 - ABCDE	138 - ABCDE	164 - ABCDE	190 - ABCDE	216 - ABCDE	242 - ABCDE
9 - ABCDE	35 - ABCDE	61 - ABCDE	87 - ABCDE	113 - ABCDE	139 - ABCDE	165 - ABCDE	191 - ABCDE	217 - ABCDE	243 - ABCDE
10 - ABCDE	36 - ABCDE	62 - ABCDE	88 - ABCDE	114 - ABCDE	140 - ABCDE	166 - ABCDE	192 - ABCDE	218 - ABCDE	244 - ABCDE
11 - ABCDE	37 - ABCDE	63 - ABCDE	89 - ABCDE	115 - ABCDE	141 - ABCDE	167 - ABCDE	193 - ABCDE	219 - ABCDE	245 - ABCDE
12 - ABCDE	38 - ABCDE	64 - ABCDE	90 - ABCDE	116 - ABCDE	142 - ABCDE	168 - ABCDE	194 - ABCDE	220 - ABCDE	246 - ABCDE
13 - ABCDE	39 - ABCDE	65 - ABCDE	91 - ABCDE	117 - ABCDE	143 - ABCDE	169 - ABCDE	195 - ABCDE	221 - ABCDE	247 - ABCDE
14 - ABCDE	40 - ABCDE	66 - ABCDE	92 - ABCDE	118 - ABCDE	144 - ABCDE	170 - ABCDE	196 - ABCDE	222 - ABCDE	248 - ABCDE
15 - ABCDE	41 - ABCDE	67 - ABCDE	93 - ABCDE	119 - ABCDE	145 - ABCDE	171 - ABCDE	197 - ABCDE	223 - ABCDE	249 - ABCDE
16 - ABCDE	42 - ABCDE	68 - ABCDE	94 - ABCDE	120 - ABCDE	146 - ABCDE	172 - ABCDE	198 - ABCDE	224 - ABCDE	250 - ABCDE
17 - ABCDE	43 - ABCDE	69 - ABCDE	95 - ABCDE	121 - ABCDE	147 - ABCDE	173 - ABCDE	199 - ABCDE	225 - ABCDE	251 - ABCDE
18 - ABCDE	44 - ABCDE	70 - ABCDE	96 - ABCDE	122 - ABCDE	148 - ABCDE	174 - ABCDE	200 - ABCDE	226 - ABCDE	252 - ABCDE
19 - ABCDE	45 - ABCDE	71 - ABCDE	97 - ABCDE	123 - ABCDE	149 - ABCDE	175 - ABCDE	201 - ABCDE	227 - ABCDE	253 - ABCDE
20 - ABCDE	46 - ABCDE	72 - ABCDE	98 - ABCDE	124 - ABCDE	150 - ABCDE	176 - ABCDE	202 - ABCDE	228 - ABCDE	254 - ABCDE
21 - ABCDE	47 - ABCDE	73 - ABCDE	99 - ABCDE	125 - ABCDE	151 - ABCDE	177 - ABCDE	203 - ABCDE	229 - ABCDE	255 - ABCDE
22 - ABCDE	48 - ABCDE	74 - ABCDE	100 - ABCDE	126 - ABCDE	152 - ABCDE	178 - ABCDE	204 - ABCDE	230 - ABCDE	256 - ABCDE
23 - ABCDE	49 - ABCDE	75 - ABCDE	101 - ABCDE	127 - ABCDE	153 - ABCDE	179 - ABCDE	205 - ABCDE	231 - ABCDE	257 - ABCDE
24 - ABCDE	50 - ABCDE	76 - ABCDE	102 - ABCDE	128 - ABCDE	154 - ABCDE	180 - ABCDE	206 - ABCDE	232 - ABCDE	258 - ABCDE
25 - ABCDE	51 - ABCDE	77 - ABCDE	103 - ABCDE	129 - ABCDE	155 - ABCDE	181 - ABCDE	207 - ABCDE	233 - ABCDE	259 - ABCDE
26 - ABCDE	52 - ABCDE	78 - ABCDE	104 - ABCDE	130 - ABCDE	156 - ABCDE	182 - ABCDE	208 - ABCDE	234 - ABCDE	260 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/c2G5>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA**

Felipe Luccas

TEXTO 01

Cerca de 70 mil anos atrás, os bandos de *Homo sapiens* começaram a mostrar uma capacidade inédita de cooperação mútua, como fica evidenciado no surgimento de trocas e tradições artísticas interbandos e na rápida difusão de nossa espécie por todo o globo a partir da terra natal africana. O que permitiu a cooperação entre bandos diferentes foi que mudanças evolucionárias na estrutura do cérebro e nas capacidades linguísticas parecem ter dado aos sapiens a habilidade de contar e acreditar em estórias fictícias, e de ser profundamente tocados por elas. Em vez de construírem uma rede a partir de cadeias de apenas humanos entre humanos — como faziam os neandertais, por exemplo —, as estórias forneciam ao *Homo sapiens* um novo tipo de cadeia: de humanos entre estórias. Para cooperarem, os sapiens não precisavam mais se conhecer pessoalmente; bastava conhecer a mesma estória. E a mesma estória pode ser familiar a bilhões de indivíduos. Assim, uma estória pode servir como um conector central, com um número ilimitado de saídas às quais um número ilimitado de pessoas pode se ligar. Por exemplo, os 1,4 bilhão de membros da Igreja católica estão conectados pela Bíblia e outras estórias cristãs centrais; os 1,4 bilhão de cidadãos da China estão conectados pelas estórias da ideologia comunista e do nacionalismo chinês; os 8 bilhões de membros da rede comercial global estão conectados por estórias sobre moedas correntes, corporações e marcas.

Mesmo líderes carismáticos com milhões de seguidores são mais um exemplo do que uma exceção à regra. Pode parecer que, no caso dos antigos imperadores chineses, dos papas católicos medievais ou dos gigantes empresariais modernos, é um ser humano de carne e osso — e não uma estória — que serve de nexo de ligação entre milhões de seguidores. Mas claro que, em todos esses casos, quase nenhum dos seguidores tem um vínculo pessoal com o líder. Em vez disso, a conexão deles é com uma estória muito bem elaborada sobre o líder, e é nessa estória que eles acreditam.

(...)

Os influenciadores e celebridades atuais concordariam. Alguns têm centenas de milhões de seguidores online, com quem se comunicam diariamente pelas redes sociais. Mas nelas há pouquíssima conexão pessoal autêntica. As contas das redes sociais geralmente ficam a cargo de uma equipe de especialistas, e cada imagem e palavra é profissionalmente talhada e elaborada para criar o que hoje chamamos de *brand*, marca.

(Fonte: Yuval Harari. **Nexus**: uma breve história das redes de informação, da Idade da Pedra à inteligência artificial. Companhia das Letras. Adaptado)

1. A afirmação de que “as estórias forneciam ao *Homo sapiens* um novo tipo de cadeia: de humanos entre estórias” (1º parágrafo) está considerando o fato de que
 - a) a inabilidade de cooperar obrigava os neandertais a atuar em comportamentos e ações estritamente individuais.
 - b) a prevalência de estórias fictícias resultou na obsolescência das interações humanas diretas para a cooperação entre indivíduos.
 - c) a cooperação humana transcendeu a dependência de vínculos interpessoais diretos, passando a ser viabilizada por estórias fictícias amplamente aceitas.
 - d) as redes sociais, na atualidade, fornecem um exemplo da descaracterização da conexão autêntica mantida entre figuras públicas e seus seguidores.
 - e) as mudanças evolucionárias no cérebro humano impulsionaram o avanço das capacidades linguísticas imprescindíveis à formação de laços sociais.

2. Considerando o contexto, traduz-se o sentido de um segmento do texto em:

- a) *uma capacidade inédita de cooperação mútua* (1º parágrafo) = um potencial sem precedentes de ajuda recíproca.
- b) *na rápida difusão de nossa espécie por todo o globo* (1º parágrafo) = no êxodo acelerado da humanidade pelo mundo inteiro.
- c) *são mais um exemplo do que uma exceção à regra* (2º parágrafo) = servem como uma condição, e não apenas como um caso isolado.
- d) *há pouquíssima conexão pessoal autêntica* (3º parágrafo) = o vínculo humano carece de um lado genuíno.
- e) *cada imagem e palavra é profissionalmente talhada* (3º parágrafo) = toda foto e texto tem edição profissional por trás

3. Considere as seguintes orações:

- I. As estórias servem como conectores centrais.
- II. As estórias viabilizaram a cooperação mútua entre diferentes bandos de sapiens.
- III. As estórias dispensam o conhecimento pessoal entre os indivíduos.

Essas orações organizam-se com correção e coerência neste período único:

- a) Ao dispensar o conhecimento pessoal entre os indivíduos, a cooperação mútua entre diferentes bandos de sapiens foi viabilizada por estórias que servem como conectores centrais.
- b) Servindo como conectores centrais dispensados do conhecimento pessoal, diferentes bandos de sapiens viabilizaram a cooperação mútua entre as estórias dos indivíduos.
- c) Como conectores centrais, as estórias viabilizaram a cooperação mútua entre diferentes bandos de sapiens, dispensando o conhecimento pessoal entre os indivíduos.
- d) Em que pese sejam conectores centrais, as estórias prescindem do conhecimento pessoal entre os

indivíduos que viabilizam a cooperação mútua entre diferentes bandos de sapiens.

- e) As estórias dispensadas do conhecimento pessoal entre os indivíduos servem como conectores centrais entre diferentes bandos que viabilizaram a cooperação mútua de sapiens.

4. Considere os seguintes trechos:

... mostrar uma capacidade inédita de cooperação mútua... (1º parágrafo)

O que permitiu a cooperação entre bandos diferentes... (1º parágrafo)

... as estórias forneciam ao Homo sapiens um novo tipo de cadeia... (1º parágrafo)

Os termos sublinhados são corretamente substituídos por pronomes em:

- a) mostrá-la - a permitiu - forneciam-lhe
- b) a mostrar - permitiu-a - forneciam-lhe
- c) mostrá-la - permitiu-a - lhe forneciam
- d) a mostrar - permitiu-a - lhe forneciam
- e) mostrar-lhe - permitiu-na - forneciam-lhe

5. O elemento sublinhado em *como faziam os neandertais, por exemplo* (1º parágrafo) exerce a mesma função sintática daquele sublinhado em:

- a) *em todos esses casos, quase nenhum dos seguidores* tem um vínculo pessoal com o líder (2º parágrafo)
- b) *Assim, uma estória pode servir como um conector central* (1º parágrafo)
- c) *Mas nelas há pouquíssima conexão pessoal autêntica* (3º parágrafo)
- d) *os bandos de Homo sapiens começaram a mostrar uma capacidade inédita de cooperação mútua* (1º parágrafo)
- e) *com quem se comunicam diariamente pelas redes sociais* (3º parágrafo)

6. Na frase ***as estórias forneciam ao Homo sapiens um novo tipo de cadeia: de humanos entre estórias***, a forma verbal *forneciam* expressa

- a) uma atividade condicionada a um evento hipotético.
- b) um processo concluído antes de outro fato ocorrido no passado.
- c) um comportamento que começou no passado e perdura até o presente.
- d) uma ação habitual, coerente com a ideia de algo recorrente no tempo.
- e) uma hipótese não realizada, expressando irreabilidade do fato.

7. É adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:

- a) A capacidade de cooperação mútua entre os *Homo sapiens* emerge da habilidade de cuja característica fundamental é contar e acreditar em estórias fictícias.
- b) São as estórias fictícias com que o *Homo sapiens* recorre para estabelecer um novo tipo de vínculo social.
- c) Uma estória atua como um conector central onde se estabelece uma rede com saídas ilimitadas para um número igualmente ilimitado de indivíduos.
- d) As redes sociais, a que famosos devem a capacidade de se comunicar com milhões de seguidores, reforçam o valor de uma estória bem construída.
- e) Líderes carismáticos põem em evidência de que uma história bem elaborada transforma indivíduos em seguidores fiéis.

8. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

- a) É sensato haverem na mente dos seguidores certas percepções de que seus ídolos não correspondem inteiramente às narrativas propagadas nas redes sociais.
- b) Cabem aos líderes, sejam carismáticos ou não, assumir responsabilidade pelos efeitos da imagem construída sobre o comportamento de seus seguidores.
- c) Não são de se estranhar que milhões de indivíduos, ao redor de todo o planeta, sejam conectados por intermédio de estórias compartilhadas.
- d) Evidenciam-se, em exemplos como antigos imperadores chineses e papas católicos medievais, a primazia das estórias bem elaboradas sobre o líder, ao invés do elo pessoal.
- e) Observa-se nas bases da cooperação mútua entre os bandos de *Homo sapiens* o importante papel da habilidade de contar e acreditar em estórias fictícias.

TEXTO 02

No espetáculo contemporâneo, a imagem é tudo e, sem exagero, vale mais do que a vida. Na sociedade do espetáculo, ser invisível ou sentir-se invisível é o mesmo que não existir. Quando um adolescente mata outro para roubar-lhe um par de tênis, não quer proteger os pés do asfalto escaldante. O que ele busca é uma marca que o torne alguém digno de ser notado, admirado e desejado. Ao tomar posse daquela marca, daquela mercadoria idolatrada, sente que escapou da invisibilidade e conquistou a glória de ser visível.

Agora, pensemos esses adolescentes que fuzilam seus colegas de classe, semana sim, semana não, em atos que são terroristas em sua forma e desprovidos de sentido político em seu conteúdo. O perfil dos criminosos é recorrente: são garotos mais ou menos crescidos, que se sentem desprezados, e que descobrem que, se matarem muita gente de uma vez só, quebrarão o cerco da invisibilidade e serão consagrados pelos holofotes. Trocarão sua vida por isso – quase todos se matam no final. Para eles, além da morte, existe o estrelato.

O terror decifrou esse segredo maligno de nossas democracias e aprendeu a recrutar para suas fileiras esse tipo de voluntários. Graças a sua propaganda, que também opera pelas redes sociais com maestria notável, o terror se abastece da frustração, do desamparo e da invisibilidade torturante a que as cintilantes sociedades ocidentais condenam muitos de seus adolescentes sem futuro. Alguns desses acreditam que, se virarem terroristas suicidas, atingirão o estrelato na mesma mídia que os ignorava de modo tão prepotente. Como ironia suplementar, as vítimas do terror potencializam a propaganda por meio de uma profusão de imagens que reforçam o culto dos criminosos. O paradoxo parece insolúvel.

(Fonte: Eugênio Bucci. **Revista Época**. Disponível em: epoca.globo.com)

9. De acordo com o texto,

- a) ao evitar a propaganda de atos violentos, os meios de comunicação podem concorrer para a continuidade do ciclo de busca por notoriedade.
- b) o roubo do par de tênis atende à satisfação de uma necessidade material por parte de jovens que carecem de recursos financeiros para prover necessidades básicas.
- c) as motivações políticas embalam os atos terroristas praticados por uma juventude desamparada pelas sociedades ocidentais.
- d) a invisibilidade social constitui, na contemporaneidade, uma forma de exclusão tão radical que equivale à própria negação da existência do indivíduo.
- e) a atuação de grupos terroristas nas redes sociais acarreta a frustração e o desamparo experimentados por jovens do Ocidente.

10. O termo “cintilantes” (3º parágrafo) pode ser substituído, sem prejuízo de sentido ao texto, por

- a) honradas.
- b) virtuosas.
- c) coruscantes.
- d) exímias.
- e) inocentes.

11. O verbo empregado em linguagem figurada está sublinhado em:

- a) *Alguns desses acreditam que [...] atingirão o estrelato na mesma mídia [...]*
- b) *O terror decifrou esse segredo maligno [...]*
- c) *sente que escapou da invisibilidade [...]*
- d) *sentir-se invisível é o mesmo que não existir.*
- e) *não quer proteger os pés do asfalto escaldante.*

12. Estão indicadas uma **causa** e sua **consequência**, nesta ordem, na relação entre os seguintes segmentos:

- a) *imagem é tudo // vale mais do que a vida* (1º parágrafo).
- b) *escapou da invisibilidade // tomar posse daquela marca* (1º parágrafo).
- c) *adolescentes que fuzilam // são terroristas em sua forma* (2º parágrafo).
- d) *Graças a sua propaganda // o terror se abastece* (3º parágrafo).
- e) *terroristas suicidas // estrelato na mesma mídia* (3º parágrafo).

13. Agora, pensemos esses adolescentes que fuzilam seus colegas de classe, semana sim, semana não.

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, as formas verbais deverão ficar, na ordem dada,

- a) sejam pensados – são fuzilados
- b) pensem-se – foram fuzilados
- c) venhamos a pensar – sejam fuzilados
- d) são pensados – forem fuzilados
- e) fossem pensados – fossem fuzilados

14. Deve-se empregar o sinal indicativo de crase no termo sublinhado em:

- a) Mesmo que isso acarrete a perda da vida, os criminosos aspiram ao reconhecimento imediato por meio de seus atos de violência.
- b) A uma vida sem qualquer perspectiva de futuro, as sociedades ocidentais condenam diversos jovens.
- c) Na atualidade, expõem-se inúmeros adolescentes as ameaças advindas do ambiente dominado pelo regime do terror.
- d) As autoridades públicas, a cuja esfera de competência incumbe regulamentar as redes sociais, devem zelar pela proteção de menores no meio digital.

e) Aqueles que são vítimas constantes do terror ao redor, frequentemente, fomentam a veiculação de imagens que enaltece os autores dos crimes.

15. É plenamente regular a pontuação da frase:

- a) É urgente ponderar que, na sociedade do espetáculo, em que a visibilidade se torna um valor supremo, muitos jovens para escapar da invisibilidade social têm atitudes extremas.
- b) O paradoxo das mídias reside no fato de que ao mesmo tempo em que condenam o terror, amplificam sua propaganda ao difundir imagens que reforçam o culto aos criminosos.
- c) Aos meios de comunicação compete não apenas evitar a espetacularização da violência, mas, também reduzir o risco de alçar criminosos ao status de ídolos.
- d) Obcecados pela conquista do estrelato, os jovens arriscam por reconhecimento instantâneo, a própria vida em atos de violência difundidos nas redes sociais.
- e) Convém pensar, em última instância, que, em face de um ambiente de terror, a própria democracia corre o risco iminente de ser sequestrada pelo discurso violento.

TEXTO 03

Os apetites têm faro. No mesmo palmo de terra, cada criatura encontra o que lhe apetece: a cabra, o capim; o sabiá, a minhoca; o besouro, o estrume. Assim também o cérebro dos homens. Visto de fora, a olho nu, o que é? Uma pelota enrugada e viscosa; um quilo e meio de miolos cinzentos; feixes de pixels numa tela de alta definição. Vivido por dentro, contudo, olhos metidos no avesso subjetivo de si, que transformação! Que profusão de delícias e tormentos, lembranças e desejos, ideias e sensações. Onde um vê matéria, outro vê espírito. O cérebro engendra a mente que interroga o cérebro que assombra a mente. Como é possível que da massa borrachuda e gosmenta alojada em nossos crânios desponte o mistério de uma vida interior?

Há quem prefira não cismar com essas coisas — viver como se o enigma da autoconsciência não lhe dissesse respeito. O tempo é curto. Por que dissipá-lo com caraminholas fúteis e empresas vãs? Bater-se por isso ou por aquilo, acreditar ou desacreditar — e *daí*? Que diferença faz? A Terra seguirá sendo, como sempre foi, o centro inabalável do universo, diga a ciência o que for, e os homens seguirão aferrados a suas órbitas de fome e vaidade, proveitos e taras, como se as galáxias e os olhos da criação é que girassem ao seu redor. Queixem-se os ensimesmados de que “ocupamos quase toda a nossa vida com entretenimentos mesquinhos”; deplorem os sisudos e taciturnos porque “vivemos, de modo incorrigível, distraídos das coisas mais importantes”. Importantes *para quem*?

(Fonte: GIANNETTI, Eduardo. *A ilusão da alma*: biografia de uma ideia fixa. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Adaptado)

16. No 2º parágrafo, o autor apresenta uma ironia sobre a condição humana. Essa ironia reside no fato de

- a) as pessoas se queixarem de que a vida é ocupada apenas com entretenimentos mesquinhos.
- b) os indivíduos sisudos e taciturnos deplorarem a distração humana das coisas importantes.
- c) os homens considerarem a Terra como o centro do universo, contrariando a ciência.

d) o tempo ser curto demais para que as pessoas se ocupem com o mistério da vida interior.

e) alguns preferirem não refletir sobre o enigma da autoconsciência que os constitui.

17. Verifica-se a reescritura adequada e equivalente de um segmento do texto em:

a) *Queixem-se os ensimesmados* (2º parágrafo) = Reclamem os inibidos

b) *olhos metidos no avesso subjetivo de si* (1º parágrafo) = atenção voltada para dentro de si mesmo

c) *Uma pelota enrugada e viscosa* (1º parágrafo) = Um carço úmido e pegajoso

d) *deplorem os sisudos e taciturnos* (2º parágrafo) = lastimem os austeros e carrancudos

e) *Há quem prefira não cismar com essas coisas* (2º parágrafo) = Nem todos julgam relevante pensar sobre tais questões.

18. A expressão do trecho que realça um segmento da frase sem exercer função sintática está sublinhado em:

a) *como se as galáxias e os olhos da criação é que girassem ao seu redor*

b) *No mesmo palmo de terra, cada criatura encontra o que lhe apetece*

c) *olhos metidos no avesso subjetivo de si, que transformação!*

d) *Onde um vê matéria, outro vê espírito*

e) *Queixem-se os ensimesmados*

19. Como é possível que da massa borrachuda e gosmenta alojada em nossos crânios desponte o mistério de uma vida interior?

O trecho sublinhado exerce, no contexto, a mesma função sintática do trecho sublinhado em:

- a) Por que dissipá-lo com caraminholas fúteis e empresas vãs?
- b) Há quem prefira não cismar com essas coisas
- c) No mesmo palmo de terra, cada criatura encontra o que lhe apetece
- d) e os homens seguirão aferrados a suas órbitas de fome e vaidade
- e) viver como se o enigma da autoconsciência não lhe dissesse respeito

20. Na frase *Queixem-se os ensimesmados de que ocupamos quase toda a nossa vida com entretenimentos mesquinhos*, a oração sublinhada complementa o sentido de um

- a) adjetivo, e pode ser substituída por um adjetivo.
- b) verbo, e pode ser substituída por um substantivo.
- c) adjetivo, e pode ser substituída por um substantivo.
- d) verbo, e pode ser substituída por um advérbio.
- e) substantivo, e pode ser substituída por um advérbio.

21. A correta transposição para a voz passiva da frase *O cérebro engendra a mente que interroga o cérebro que assombra a mente* levará às seguintes formas verbais:

- a) é engendrado / é interrogado / é assombrada
- b) é engendrada / é interrogado / é assombrada
- c) seja engendrada / seja interrogado / seja assombrada
- d) engendra-se / interroga-se / assombra-se
- e) é engendrado / é interrogada / é assombrado

22. É inteiramente aceitável esta nova pontuação de uma frase do texto:

- a) deplem os sisudos e taciturnos, porque “vivemos, de modo incorrigível, distraídos das coisas mais importantes” (2º parágrafo)
- b) Bater-se, por isso ou por aquilo, acreditar ou desacreditar (2º parágrafo)
- c) Há quem, prefira não cismar com essas coisas (2º parágrafo)
- d) Vivido por dentro, contudo olhos metidos no avesso subjetivo de si, que transformação! (1º parágrafo)
- e) e os homens seguirão, aferrados, a suas órbitas de fome e vaidade (2º parágrafo)

23. Está de acordo com a norma culta da língua portuguesa a seguinte redação:

- a) Percebe-se na forma como o cérebro é visto duas naturezas distintas: de fora, uma pelota enrugada e viscosa; de dentro, o mistério de uma vida interior.
- b) É ainda um mistério no campo das ciências e da filosofia as relações indissociáveis entre cérebro e mente humana, as quais desafiam a lógica puramente materialista.
- c) Não cabem nas cabeças de certos indivíduos ensimesmados qualquer possibilidade de que a Terra não seja o centro do Universo.
- d) Recorre a uma vida sem preocupação com o enigma da autoconsciência o homem e a mulher sem tempo para cismar com tais questões.
- e) Haveria de ser distintas as prioridades para os que se queixam do foco em entretenimentos mesquinhos.

TEXTO 04**A inteligência artificial vai substituir o cérebro humano?**

Em tempos de máquinas que escrevem textos, analisam exames médicos, compõem músicas e tomam decisões em milissegundos, é natural que surja a dúvida: estamos diante do fim da era cognitiva humana? Do ponto de vista da neurociência, a resposta é mais complexa — e, ao mesmo tempo, mais tranquilizadora.

O cérebro humano é o sistema mais sofisticado conhecido pela ciência. São cerca de 86 bilhões de neurônios, conectados por trilhões de sinapses que se reorganizam continuamente. Toda essa nossa arquitetura biológica permite algo que nenhuma máquina, até agora, conseguiu reproduzir: a união entre razão, emoção, contexto social, memória afetiva e intuição. Pensamos com o cérebro, mas também com a história que carregamos, com nossos valores, com as interpretações que damos ao mundo e com aquilo que sentimos.

A IA, diferentemente, funciona como uma máquina ensinada, um robô mesmo. Ela aprende a partir de dados, encontra padrões e oferece respostas com eficiência impressionante. É veloz, potente e incansável. Mas carece de consciência, autoconsciência, subjetividade e propósito — elementos que emergem do funcionamento integrado do cérebro e do corpo. A IA não entende o “sentido” de suas respostas, ela apenas calcula probabilidades.

Por isso, quando perguntamos se ela pode substituir o cérebro humano, na verdade estamos comparando naturezas distintas. O cérebro não é um computador. Ele é um órgão vivo, plástico, influenciado por hormônios, emoções e relações. Ele erra, se adapta, cria e improvisa. E é exatamente essa imperfeição criativa que impulsiona a inovação, a arte, a ciência e a tomada de decisões éticas — áreas que as máquinas ainda não dominam.

(Fonte: Fernando Gomes. **Jornal O Estado de S. Paulo**. Disponível em: estadao.com.br. Adaptado)

24. A resposta à pergunta formulada no título do texto pode ser adequadamente expressa no segmento:

- a) *a resposta é mais complexa — e, ao mesmo tempo, mais tranquilizadora* (1º parágrafo)
- b) *O cérebro não é um computador* (4º parágrafo)
- c) *na verdade estamos comparando naturezas distintas* (4º parágrafo)
- d) *nossa arquitetura biológica permite algo que nenhuma máquina, até agora, conseguiu reproduzir* (2º parágrafo)
- e) *A IA, diferentemente, funciona como uma máquina ensinada, um robô mesmo* (3º parágrafo)

25. Considere os seguintes trechos:

- *... é natural que surja a dúvida: estamos diante do fim da era cognitiva humana?* (1º parágrafo)
- *Pensamos com o cérebro, mas também com a história que carregamos, com nossos valores, com as interpretações que damos ao mundo e com aquilo que sentimos.* (2º parágrafo)
- *Por isso, quando perguntamos se ela pode substituir o cérebro humano, na verdade estamos comparando naturezas distintas.* (4º parágrafo)

Nesses contextos, as formas verbais flexionadas na primeira pessoa do plural, referem-se, respectivamente,

- a) ao autor somente, identificado com os especialistas em neurociência.
- b) a um agente não especificado, que exclui o leitor, e ao autor apenas.
- c) ao autor somente, identificado com os especialistas em neurociência, e a um agente específico, que inclui apenas o autor e o leitor.
- d) ao autor somente, e a um agente específico, que inclui apenas o autor e o leitor.
- e) a um agente não especificado, que pode incluir o autor e o leitor, e não ao autor apenas.

26. Considere as seguintes orações:

I. O cérebro humano integra razão e emoção.

II. O cérebro humano se reorganiza continuamente.

III. O cérebro humano é um órgão vivo e plástico.

Essas orações organizam-se com correção e coerência neste período único:

- a) Mesmo sendo reorganizado continuamente como um órgão vivo e plástico, o cérebro humano integra razão e emoção.
- b) Conquanto seja um órgão vivo e plástico, o cérebro humano se reorganiza, de forma contínua, integrando razão e emoção.
- c) Integrado de razão e emoção de forma contínua, o cérebro humano se reorganiza como um órgão plástico e vivo.
- d) Ao se reorganizar continuamente, o cérebro humano, cuja função integra razão e emoção, é um órgão vivo e plástico.
- e) O cérebro humano, o qual integra razão e emoção, se reorganiza continuamente, sendo um órgão vivo e plástico.

27. Considerando o período em que ocorre no texto, o termo “que” é utilizado como conjunção em:

- a) *que nenhuma máquina, até agora, conseguiu reproduzir*
- b) *que emergem do funcionamento integrado do cérebro e do corpo*
- c) *que escrevem textos, analisam exames médicos, compõem músicas e tomam decisões em milissegundos*
- d) *que impulsiona a inovação, a arte, a ciência e a tomada de decisões éticas*
- e) *que surja a dúvida: estamos diante do fim da era cognitiva humana?*

28. A flexão do verbo destacado deve-se ao elemento sublinhado em:

- a) *Em tempos de máquinas que **escrevem** textos, analisam exames médicos, compõem músicas e tomam decisões em milissegundos*
- b) *Toda essa nossa arquitetura biológica **permite** algo que nenhuma máquina, até agora, conseguiu reproduzir*
- c) *E é exatamente essa imperfeição criativa que **impulsiona** a inovação, a arte, a ciência e a tomada de decisões éticas*
- d) ***São** cerca de 86 bilhões de neurônios, conectados por trilhões de sinapses que se reorganizam continuamente*
- e) *A IA não entende o “sentido” de suas respostas, ela apenas **calcula** probabilidades.*

29. Pensamos não só com o cérebro, mas também com a história (2º parágrafo)

Sem prejuízo para a correção e o sentido, o trecho sublinhado acima pode ser substituído por:

- a) bem como.
- b) ainda assim.
- c) senão.
- d) ou.
- e) tampouco.

30. É inteiramente adequada a articulação entre os tempos e os modos das formas verbais na frase:

- a) Quando os avanços da IA se tornarem cada vez mais dominantes, o cérebro humano, ainda assim, preservaria suas características essenciais emergidas de sua plasticidade.
- b) Caso não valorizemos a capacidade integradora do cérebro humano, estaremos gradualmente negligenciando qualidades próprias da nossa natureza biológica.
- c) Dado que houvéssimos dúvidas sobre a superação do cérebro humano pela IA, poderemos, por ora, encontrar conforto nas respostas fornecidas pela neurociência.
- d) Mesmo que tentássemos reproduzir nas máquinas a consciência humana, provavelmente a tecnologia já se limitara, em algum momento, em uma barreira intransponível.
- e) Se não reconhecermos a singularidade do cérebro humano, estaríamos ignorando características fundamentais como sua plasticidade inata.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Eduardo Mocellin

31. Uma corretora de valores analisa o desempenho de duas aplicações distintas, Fundo Alpha e Fundo Beta, ambas operando sob o regime de juros compostos com uma taxa de rentabilidade fixa de 10% ao ano. Sabe-se que um aporte inicial foi feito no Fundo Alpha e mantido por um período de 2 anos, gerando juros totais acumulados de R\$ 1.680,00. Simultaneamente, um outro aporte inicial foi realizado no Fundo Beta e mantido por 3 anos, rendendo juros totais de R\$ 1.986,00. Considerando esses dados, a porcentagem que o aporte inicial realizado no Fundo Beta representa do aporte inicial realizado no Fundo Alpha é:

- a) 80%.
- b) 75%.
- c) 60%.

- d) 100%.
- e) 90%.

32. Considere que um contrato financeiro especifica uma aplicação durante t meses a uma taxa de juros de capitalização contínua de r ao mês. Nesse caso, a taxa de juros simples mensal equivalente será:

- a) te^{-tr}
- b) $te^{-tr} - 1$
- c) $t^{-1}(e^{tr} - 1)$
- d) $t^{-1}e^{tr}$
- e) $t^{-1}e^{tr} - 1$

33. Uma clínica de estética decidiu realizar um investimento para a compra de um novo equipamento de laser, no valor de R\$ 30.000,00. Para isso, obteve um financiamento que deverá ser quitado integralmente ao final de um semestre, em uma única parcela. A taxa de juros compostos acordada foi de 12% nominais ao ano, com capitalização trimestral. Diante desse cenário, o montante total que a clínica deverá desembolsar para liquidar a dívida ao término do prazo é, em reais, igual a

- a) 31.831,50.
- b) 31.818,00.
- c) 31.822,50.
- d) 31.827,00.
- e) 31.800,00.

34. Uma indústria têxtil adquiriu um novo tear automatizado financiado por um banco de fomento. O contrato prevê a liquidação da dívida em 5 parcelas mensais, iguais e sucessivas, no valor de R\$ 8.610,00 cada, calculadas pelo Sistema Francês de Amortização (Tabela Price). O departamento financeiro notou que a primeira parcela vence 30 dias após a compra e que os valores referentes aos juros pagos na primeira e na segunda parcela foram, respectivamente, R\$ 1.000,00 e R\$ 809,75.

O saldo devedor restante dessa operação, logo após a quitação da segunda parcela, é de:

- a) R\$ 24.589,75.
- b) R\$ 24.780,00.
- c) R\$ 25.589,25.
- d) R\$ 26.525,00.
- e) R\$ 23.980,25.

35. Ao decidir comprar uma nova furadeira profissional para sua oficina, Marcos encontrou um modelo cujo preço à vista era R\$ 300,00. A loja ofereceu uma condição de parcelamento: uma entrada de R\$ 50,00 no ato da compra e o saldo restante financiado em duas parcelas mensais e iguais. Sabe-se que a soma nominal dessas duas parcelas futuras totaliza R\$ 270,00, vencendo a primeira 30 dias após a compra e a segunda 60 dias após a compra.

Considerando $\sqrt{6129} \approx 78$, a taxa mensal de juros compostos embutida nessa transação foi de:

- a) 5%
- b) 6%
- c) 7%
- d) 10%
- e) 20%

36. A empresa de tecnologia Tico&Tech estuda a implantação de uma nova linha de montagem para drones agrícolas. O investimento inicial necessário para a aquisição do maquinário é de R\$ 1.000.000. Abaixo, apresentam-se os dados anuais com os fluxos de caixa livres estimados e os valores trazidos a valor presente (descontados) considerando uma taxa de desconto de 25% ao ano:

- Ano 0: Fluxo de caixa estimado de R\$ -1.000.000,00.
- Ano 1: Fluxo de caixa estimado de R\$ 220.000,00 e fluxo de caixa descontado de R\$ 176.000,00.
- Ano 2: Fluxo de caixa estimado de R\$ 310.000,00 e fluxo de caixa descontado de R\$ 198.400,00.
- Ano 3: Fluxo de caixa estimado de R\$ 850.000,00 e fluxo de caixa descontado de R\$ 435.200,00.
- Ano 4: Fluxo de caixa estimado de R\$ 930.000,00 e fluxo de caixa descontado de R\$ 380.928,00.

Tendo como informação adicional que a Taxa Interna de Retorno (TIR) deste projeto é de 32,9%, assinale a alternativa correta sobre a análise de viabilidade econômica deste investimento.

- a) O projeto de investimento só se mostra economicamente viável para taxas mínimas de atratividade superiores a 32,9%.
- b) Considerando a taxa de desconto de 25% apresentada, o Valor Presente Líquido (VPL) do projeto é negativo.
- c) Existe uma relação direta e proporcional entre a taxa e o retorno: quanto menor for a taxa de desconto utilizada, menor será o VPL encontrado.
- d) Ao utilizarmos uma taxa de desconto de exatamente 32,9%, o somatório do valor presente dos fluxos de caixa futuros iguala-se ao valor do investimento inicial.
- e) Se a empresa decidisse utilizar uma taxa de desconto nula (0%), o projeto seria considerado inviável financeiramente.

ESTATÍSTICA*Carlos Henrique*

37. Na cidade de Japocó, uma amostra aleatória de japecoenses de tamanho 400 revelou que 64% dos japecoenses acreditam em vida em outros planetas do universo. Sabendo-se que $P(-2 < z < 2) = 0,95$, onde z é a variável normal padrão, pode-se afirmar que o intervalo de 95% de confiança para a proporção de japecoenses que acreditam em vida em outros planetas do universo é:

- a) $64\% \pm 3,6\%$
- b) $64\% \pm 4,8\%$
- c) $64\% \pm 5,4\%$
- d) $64\% \pm 7,2\%$
- e) $64\% \pm 10,8\%$

38. Com a proximidade do fim do ano, a empresa Star Celebrities comandou um estudo sobre o percentual da população de Japocó que é favorável à apresentação do grupo natalino NATAL PARA TODOS, na cidade nas festas natalinas.

O estudo foi feito com uma amostra aleatória simples e o resultado mostrou que 50% da amostra era favorável à apresentação de NATAL PARA TODOS.

Sabendo que $P(z > 2) = 0,025$ e considerando que a margem de erro foi de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos, e que o nível de confiança utilizado foi de 95%, a empresa Star Celebrities utilizou quantas pessoas para participarem do estudo?

- a) 144
- b) 400
- c) 961
- d) 1024
- e) 2500

39. Estudos recentes mostraram que dois eventos A e B ocorrem, respectivamente, com 80% e 70% de probabilidade. A probabilidade de que X ocorra ou Y ocorra é 94%. Portanto, a conclusão a respeito dos eventos A e B é que:

- a) A probabilidade de A e B ocorrerem é 56% e os eventos não são independentes
- b) A probabilidade de A e B ocorrerem é 56% e os eventos são independentes
- c) A probabilidade de A e B ocorrerem é 44% e os eventos são independentes
- d) A probabilidade de A e B ocorrerem é 44% e os eventos não são independentes
- e) A probabilidade de A e B ocorrerem é 50% e os eventos não são independentes

40. A probabilidade de Rômulo ir à criação da cidade de Roma é de 0,6 e a probabilidade de Remo ir à criação da cidade de Roma é de 0,5. A probabilidade condicional de Rômulo ir à criação da cidade de Roma dado que Remo irá à criação da cidade de Roma é de 0,7. Assim probabilidade de Rômulo ir à criação da cidade de Roma OU a probabilidade de Remo ir à criação da cidade de Roma é de:

- a) 44%
- b) 56%
- c) 64%
- d) 75%
- e) 80%

41. Juliana almoça diariamente em sua casa já que o seu trabalho é muito perto da sua residência. O almoço é feito de forma aleatória por uma das três pessoas de sua família:

- 1) 40% das vezes o almoço é feito por seu marido Ronaldo;
- 2) 40% das vezes pela sua mãe Reginalda
- 3) 20% das vezes pela sua filha Esmeralda
- 4) Ronaldo faz carne assada para o almoço 10% das vezes,
- 5) Reginalda o faz em 5% das vezes
- 6) Esmeralda 20% das vezes.

Em dia qualquer, Juliana chega a casa e verifica que o almoço é carne assada. A probabilidade de que esse almoço tenha sido feito por Esmeralda é igual a

- a) 0,05.
- b) 0,20.
- c) 0,36.
- d) 0,40.
- e) 0,44.

42. Em um grupo formado aleatoriamente por 5 pessoas que moram em Chapecó, com reposição, estima-se que a probabilidade de que apenas uma delas goste de refrigerante de laranja é igual a

- a) 320/1024
- b) 400/1024
- c) 405/1024
- d) 500/1024
- e) 720/1024

43. Seja uma distribuição binomial com parâmetros $n = 2000$ e probabilidade de sucesso p . Pode-se afirmar que a estimativa da variância vale:

- a) 300
- b) 350
- c) 375
- d) 400
- e) 480

44. A estimativa intervalar de 95% de confiança do parâmetro populacional p possui amplitude igual a:

- a) 0,02
- b) 0,04
- c) 0,06
- d) 0,08
- e) 1,0

45. Suponha que ao realizar um experimento ocorra o evento M com probabilidade p e não ocorra com probabilidade $(1-p)$. Repetimos o experimento de forma independente até que M ocorra pela primeira vez. Seja: $X =$ número de repetições do experimento até que M ocorra pela primeira vez. Sabendo que a média de X é 4, a probabilidade condicional expressa por $P(X = 2 | X \leq 3)$ é igual a

- a) 12/37
- b) 1/4
- c) 1/16
- d) 3/37
- e) 5/37

RACIOCÍNIO CRÍTICO*Eduardo Mocellin*

46. Crítico Musical: O documentário "O Silêncio da Melodia" argumenta que os compositores de música pop atuais carecem da sofisticação harmônica que era comum entre os compositores das décadas de 1970 e 1980. Nesse ponto, o documentário deve estar correto, visto que sua análise técnica de 100 canções — 50 sucessos clássicos antigos e 50 sucessos contemporâneos — demonstra de forma convincente que nenhuma das canções atuais é construída com a mesma riqueza harmônica que as canções mais antigas.

Dentre as opções a seguir, aquela que aponta a falha lógica mais grave no argumento do crítico musical é:

- a) As canções escolhidas pelos produtores do documentário para a análise podem ser aquelas que mais favorecem a tese defendida pelo filme.
- b) Podem existir outros critérios além da sofisticação harmônica, como a qualidade da letra ou do ritmo, pelos quais se deve avaliar uma canção pop.
- c) O título provocativo do documentário poderia levar os espectadores a aceitarem a tese do filme antes mesmo de assistirem à análise técnica das canções.
- d) As ferramentas digitais de composição usadas atualmente podem exigir um tipo de habilidade musical diferente daquela exigida pelos instrumentos analógicos do passado.
- e) Um espectador que não estivesse familiarizado com a teoria musical poderia não ser convencido pela análise técnica das 100 canções apresentada no filme.

47. Considere o seguinte argumento: "Os fabricantes nacionais de telas de LED de alta resolução estão perdendo participação no mercado interno devido à entrada massiva de monitores importados a preços baixíssimos. Frequentemente, isso ocorre porque governos estrangeiros concedem subsídios às suas indústrias de displays, violando práticas de livre comércio. De qualquer forma, o resultado inevitável será o fechamento de postos de trabalho na indústria nacional de componentes visuais. Portanto, se o nosso governo adotasse tarifas para reduzir a importação desses displays baratos, estaria protegendo não apenas os fabricantes de telas, mas também o nível geral de emprego no setor de tecnologia do país".

Dentre as opções a seguir, assinale aquela que, se verdadeira, enfraquece mais seriamente o argumento apresentado.

- a) Como as telas de LED nacionais raramente são competitivas em mercados externos, apenas uma pequena fração da receita dos fabricantes locais provém de exportações.
- b) Os tratados comerciais internacionais que alguns governos estrangeiros estão violando ao subsidiar suas indústrias não preveem penalidades automáticas para tais infrações.
- c) Para muitas empresas nacionais que fabricam notebooks e quiosques digitais, que enfrentam severa concorrência global tanto no mercado interno quanto no externo, as telas de LED constituem uma parte significativa de seus custos de produção.
- d) Devido a avanços na logística de transporte de itens frágeis, o custo de seguro e frete para importar displays de produtores estrangeiros caiu consideravelmente nos últimos anos.
- e) Os salários pagos aos técnicos na indústria de telas local diferem significativamente dos salários pagos em muitos dos países que exportam esses componentes.

48. Analise o texto a seguir sobre a garantia da estabilidade e da continuidade de grandes corporações em tempos de crise:

"O que se confirma como uma ferramenta essencial de salvaguarda corporativa foi inicialmente descartado por muitos acionistas como 'capital morto'. O Fundo de Liquidez Imediata (FLI) — caracterizado por sua alta disponibilidade e baixo rendimento — tornou-se o pilar central da estratégia de sobrevivência da Empresa X. O FLI serve à companhia, que se encontra momentaneamente sem acesso a crédito e com operações paralisadas, como um motor auxiliar; com esse recurso, ela quita sistematicamente obrigações críticas de curto prazo, removendo o risco de insolvência. Apesar de a empresa originar-se de um setor gigante e robusto, sua atual condição de 'caixa zero' e restrição bancária é superada pela precisão desse fundo, que simula a saúde financeira necessária para acalmar fornecedores inquietos."

Assinale a opção cuja inferência sobre o Fundo de Liquidez Imediata (FLI) é mais fortemente suportada pelo texto:

- a) Ele foi constituído especificamente como um mecanismo para eliminar a concorrência de mercado, em vez de servir a qualquer outro propósito financeiro.
- b) Ele funciona efetivamente, cumprindo seu papel vital, apesar das severas limitações operacionais e de crédito momentâneas da empresa.
- c) Ele representa uma adaptação contábil que evoluiu independentemente em diferentes setores da indústria de manufatura.
- d) Ele permite à empresa estimular aportes de capital mais frequentes por parte dos bancos parceiros.
- e) Ele se desenvolve em resposta a sinais diretos de variação recebidos do mercado de ações ou da bolsa de valores.

49. As montadoras de veículos, e não as concessionárias revendedoras, são as principais beneficiadas com o lançamento anual de modelos

"*facelift*" (versões atualizadas de carros existentes). Embora o lançamento de um modelo reestilizado possa renovar o interesse pela marca, as concessionárias em si não experimentam um aumento no número total de carros vendidos, pois os clientes apenas substituem a compra do modelo antigo pelo novo. Uma vez que não há um aumento no volume total de vendas, conclui-se que os proprietários das concessionárias têm pouco ou nenhum incentivo financeiro para apoiar ou promover vigorosamente a chegada dessas novas versões atualizadas.

Dentre as opções a seguir, assinale aquela que, se verdadeira, enfraquece a conclusão de que os proprietários das concessionárias têm pouco incentivo para promover a introdução de modelos atualizados.

- a) As montadoras frequentemente lançam novos modelos principalmente para tornar as versões anteriores esteticamente obsoletas, incentivando os consumidores a desejarem o design mais recente em vez de veículos seminovos.
- b) Muitas montadoras apressam o lançamento de reestilizações sem testes exaustivos, introduzindo por vezes falhas eletrônicas não presentes nas versões anteriores.
- c) A maioria das concessionárias opera com pátios de tamanho limitado e deve selecionar cuidadosamente o mix de produtos para evitar custos excessivos de estoque baseados na previsão de saída.
- d) Os gerentes de vendas podem optar por não encomendar grandes quantidades dos novos modelos se acreditarem que as atualizações são imperceptíveis e a demanda do cliente não justificará o investimento.
- e) Os modelos de veículos atualizados geralmente são lançados com preços de tabela superiores e oferecem uma margem de contribuição unitária maior em comparação aos modelos antigos, permitindo que as concessionárias aumentem seu lucro total mantendo o volume de vendas.

50. Uma empresa de engenharia desenvolveu um novo modelo de forno industrial, o "Thermo-X", modificando sua estrutura interna para aumentar a retenção de calor. As indústrias de cerâmica que testaram o Thermo-X no último ano consumiram menos gás natural em seus processos e mantiveram níveis de produção de cerâmica comparáveis aos que teriam obtido com fornos comuns. O forno comum, no entanto, custa menos para ser adquirido, e o que essas indústrias economizaram em gás natural raramente excedeu os custos extras de aquisição do novo forno. Portanto, para a maioria das indústrias de cerâmica, a troca para o forno Thermo-X provavelmente não aumentará os lucros.

Dentre as opções a seguir, aquela que apresenta a informação mais útil para avaliar o argumento anterior é:

- a) Saber se existem tipos específicos de cerâmica que requerem temperaturas que fornos comuns e o Thermo-X têm igual dificuldade em manter.
- b) Saber se o preço de mercado da cerâmica produzida permaneceu estável nos últimos anos.
- c) Saber se o gás natural tipicamente utilizado em fornos industriais tende a ser mais caro do que o gás utilizado em residências.
- d) Saber se a maioria das indústrias que testou o Thermo-X no último ano utilizou mais gás natural do que o tecnicamente necessário para operar o novo equipamento.
- e) Saber se, para a maioria das indústrias que utilizam fornos, a cerâmica é o produto mais lucrativo de seu portfólio.

51. A certificação de segurança de novos compostos químicos industriais exige que os membros do conselho regulador avaliem se normas toxicológicas complexas e específicas estão sendo rigorosamente cumpridas. Uma vez que a expertise profunda em uma vasta gama de novos compostos sintéticos e reações químicas emergentes está em falta entre os atuais membros do conselho, é provável que produtos químicos nessas categorias recebam a certificação de segurança sem, de fato, atender aos padrões toxicológicos adequados — uma realidade alarmante para o sistema de proteção à saúde pública.

O argumento acima baseia-se no seguinte pressuposto:

- a) Novos compostos químicos nunca são desenvolvidos por indivíduos que não sejam peritos na área química relevante.
- b) Poucos químicos especialistas criam compostos cujas normas de segurança sejam facilmente avaliadas por não especialistas.
- c) A maioria dos peritos em toxicologia prefere trabalhar na pesquisa de laboratório a atuar em conselhos reguladores.
- d) A maioria dos novos compostos químicos possui padrões de segurança que exigem conhecimento especializado para serem avaliados adequadamente.
- e) O conselho regulador não consulta rotineiramente especialistas externos nas áreas químicas em que os membros do conselho carecem de expertise.

52. Um consultor de tecnologia argumenta o seguinte: “ao auditar projetos de software de código aberto (*open source*) que se originam de culturas de desenvolvimento colaborativo fundamentalmente diferentes do ambiente corporativo tradicional, seria inapropriado para os auditores empregar frameworks de métricas de ‘Eficiência Corporativa Padrão’ (ECP). A aplicação de tais frameworks corre o risco de negligenciar a ‘saúde comunitária’ — elementos que, embora potencialmente vistos como cruciais pela comunidade de desenvolvedores original, falham em se alinhar com as categorias analíticas de produtividade que a teoria da ECP fornece.”

Qual dos seguintes princípios, se aceito, ajudaria mais a justificar a conclusão do argumento do consultor de tecnologia?

- a) Ao analisar projetos de software de diferentes culturas de desenvolvimento, os auditores devem trabalhar colaborativamente com os programadores dessas tradições.
- b) Os auditores nunca devem tentar influenciar as preferências e métodos de desenvolvimento de outras comunidades de software.
- c) Os julgamentos de qualquer comunidade sobre quais características de seus projetos são mais significativas devem prevalecer sobre os julgamentos dos auditores corporativos.
- d) Os auditores devem analisar projetos de software apenas de maneiras que capturem a "saúde comunitária" e as nuances que a cultura de origem considera cruciais.
- e) Ao estudar projetos de diferentes culturas de desenvolvimento, é importante identificar quais nuances são essenciais para esses projetos.

53. Um agrônomo pesquisador apresentou a seguinte observação: “Manchas foliares escuras são tipicamente observadas em plantas de soja antes do diagnóstico da ‘Ferrugem Asiática’, em comparação com aquelas que nunca desenvolvem essa doença. A força dessa correlação permanece inalterada independentemente da aplicação do Fungicida Experimental Z, projetado para a prevenção de pragas. Conseqüentemente, não se pode afirmar que a aplicação desse fungicida aumente a probabilidade de desenvolvimento da Ferrugem Asiática entre as plantas que exibem manchas foliares escuras.”

Assinale a alternativa que faz com que o argumento do agrônomo seja mais vulnerável a críticas:

- a) Ele presume que, se o fungicida não fortalece a correlação entre manchas foliares e a Ferrugem Asiática, o fungicida não contribui para causar a doença.
- b) Ele confunde uma afirmação sobre os efeitos do fungicida com uma afirmação sobre os efeitos da doença que o fungicida pretende prevenir.
- c) Ele toma como certo que um fator que não é conhecido por causar um determinado efeito não pode causar outro efeito associado ao primeiro.
- d) Ele ignora a possibilidade de que, mesmo que um fator não cause o outro, eles possam estar fortemente correlacionados.
- e) Ele toma como certo que, se dois fatores estão correlacionados sempre que um terceiro fator está ausente, a correlação também pode se manter mesmo quando esse terceiro fator se mostra presente.

54. As vendas da marca de refrigerantes "Gela-Guela" caíram 25% em relação ao semestre passado. Segundo o diretor comercial, a principal causa está na nova identidade visual lançada recentemente: as cores escolhidas para as latas são pouco atrativas e o novo logotipo confundiu os consumidores, que deixaram de comprar o produto por não o reconhecerem ou não gostarem da embalagem.

O argumento que melhor enfraquece a análise do diretor comercial, caso seja considerado verdadeiro, é:

- a) O consumo de sucos naturais e chás gelados aumentou ligeiramente em regiões onde a marca não atua.
- b) As vendas de água com gás da mesma fabricante também apresentaram uma queda de 10% no mesmo período.
- c) A equipe de design responsável pela nova embalagem foi substituída logo após o lançamento da campanha.
- d) Pesquisas de foco demonstram que 60% dos consumidores preferem embalagens com design minimalista e cores foscas.
- e) Uma greve no setor de logística impediu que o refrigerante chegasse às prateleiras das três maiores redes de supermercados do país durante dois meses.

55. Todos os segmentos textuais abaixo representam opiniões emitidas no ambiente corporativo; a alternativa em que a sustentação do argumento se apoia estritamente em um **exemplo** é:

- a) Se você preza pelo seu bônus anual, não deve chegar atrasado às reuniões de diretoria.
- b) O verdadeiro líder não impõe ordens pela hierarquia, mas conquista a equipe pelo respeito e pelo exemplo diário.
- c) A economia global caminha para uma recessão inevitável, conforme alertam os relatórios do FMI e do Banco Mundial.

d) O suporte técnico desta empresa é totalmente ineficiente; ontem abri um chamado para consertar meu e-mail e ninguém apareceu o dia todo.

e) Para os investidores que buscam segurança, vale lembrar que os dados históricos mostram que a poupança perde para a inflação no longo prazo.

56. **Gerente de Logística:** Durante as operações da semana passada, na sexta-feira não houve distribuição de remessas contendo cargas refrigeradas. O sábado foi o dia em que todos os oito lotes de "Prioridade Máxima" da semana passada foram distribuídos, sendo que o conteúdo integral de cada um desses lotes era composto estritamente por cargas refrigeradas. As cinco remessas recebidas pelo Setor de Eletrônicos na semana passada não continham cargas refrigeradas em nenhuma delas.

Se as declarações do gerente de logística são verdadeiras, assinale a alternativa que também deve ser necessariamente verdadeira.

- a) Todas as remessas de cargas refrigeradas do centro de distribuição na semana passada eram de Prioridade Máxima.
- b) Nenhuma das remessas distribuídas na sexta-feira da semana passada foi enviada ao Setor de Eletrônicos.
- c) Nenhuma das remessas enviadas pelo centro de distribuição ao Setor de Eletrônicos na semana passada era de Prioridade Máxima.
- d) Nenhuma das remessas distribuídas no sábado da semana passada foi enviada ao Setor de Eletrônicos.
- e) Todas as remessas de cargas refrigeradas do centro de distribuição na semana passada foram distribuídas no sábado.

57. No ano de 2024, houve um aumento abrupto no número de executivos seniores que oficializaram seus pedidos de aposentadoria em uma grande estatal durante a primeira semana de janeiro, em comparação com a média histórica da primeira semana dos últimos dez anos. Não parece haver uma razão econômica óbvia para explicar esse número desproporcionalmente alto naquele momento específico, especialmente porque a empresa apresentava lucros recordes e não havia rumores de falência ou crises institucionais. Além disso, a maioria dessas aposentadorias não foi por motivos de saúde e nem pode ser atribuída a um desejo repentino de lazer motivado pelas festas de fim de ano.

Assinale a alternativa que pode explicar a discrepância apresentada na situação hipotética apresentada:

- a) O governo anunciou no final de 2023 que uma nova gratificação de saída, isenta de impostos e muito lucrativa para o servidor, entraria em vigor apenas para desligamentos processados a partir do ano novo.
- b) Consultores de carreira previram que 2024 seria um ano astrológicamente favorável para mudanças de vida e encerramento de ciclos profissionais.
- c) A estatística apresentada é uma anomalia matemática aleatória que não possui nenhuma explicação lógica ou causal.
- d) O custo dos planos de saúde privados para idosos aumentou em 15% em janeiro de 2024, tornando a manutenção da renda ativa mais necessária do que antes.
- e) Uma reestruturação nos escritórios da empresa em dezembro de 2023 dificultou o acesso físico ao prédio para funcionários com mobilidade reduzida.

O que se confirma hoje como uma inovação crucial em robótica autônoma foi inicialmente descartada como "rudimentar" quando a renomada engenheira Dra. Helena Vance propôs o conceito pela primeira vez no final do século XX. O notável robô explorador *Talpa v1* — reconhecido por seu chassi compacto — tornou-se o sujeito de seu trabalho inovador. Essas unidades empregam uma estratégia de navegação robusta em ambientes hostis; elas adentram zonas de destroços instáveis para coletar dados sísmicos. A precisão no manuseio de objetos caracteriza essa operação. Durante falhas nos sistemas de câmera devido à poeira, uma "garra tátil retrátil" serve ao robô, que opera funcionalmente cego e com processamento de dados limitado, como uma ferramenta vital; com essa adaptação, ele remove metodicamente escombros pesados do caminho para evitar o travamento das lagartas. Apesar de ser controlado por uma CPU antiga e lenta, sua eficiência mecânica iguala a de *rovers* modernos. O sucesso das missões de exploração modernas é frequentemente atribuído à integração de múltiplos sistemas defensivos e ofensivos: os melhores robôs combinam design compacto de chassi, mecanismos de adaptação tátil, sistemas de navegação visual de alta resolução, comunicação via satélite em tempo real e baterias de regeneração nuclear.

Com base no texto apresentado, responda as questões a seguir.

58. Dentre as alternativas a seguir, aquela que apresenta uma inferência sobre a "garra tátil retrátil" do robô que é sustentada pelo texto é:

- a) Ela foi projetada especificamente como um mecanismo para eliminar robôs concorrentes do mercado, em vez de para qualquer outro propósito.
- b) Ela funciona efetivamente apesar do desenvolvimento sensorial e da capacidade de processamento limitados do robô naquele estado.
- c) Ela representa uma adaptação de engenharia que surgiu independentemente em diferentes famílias de robôs de exploração.
- d) Ela permite ao robô estimular o envio de comandos de recarga mais frequentes por parte dos operadores da base.
- e) Ela se ativa em resposta a sinais visuais recebidos do contato com os escombros ou obstáculos no caminho.

59. Assinale a alternativa que expressa com maior precisão a ideia central do texto:

- a) O robô *Talpa v1* utiliza um mecanismo de limpeza de detritos para enganar os sensores de unidades rivais, um comportamento que foi primeiramente identificado por Helena Vance apesar do ceticismo inicial.
- b) A robótica de exploração representa uma corrida tecnológica onde ambientes hostis exigem sensores cada vez mais complexos, enquanto robôs antigos tentam aperfeiçoar suas técnicas de processamento de imagem.
- c) As observações revolucionárias de Helena Vance sobre o comportamento do *Talpa v1* demonstram como alegações de engenharia inicialmente julgadas "extraordinárias" frequentemente ganham aceitação através de verificação posterior.
- d) O robô *Talpa v1* exemplifica a "robótica de resiliência", uma estratégia de design onde unidades autônomas utilizam mecanismos

adaptativos especializados, como o tato mecânico, para manter a funcionalidade em ambientes onde os sensores visuais falham.

- e) As adaptações especializadas do robô, incluindo o chassi compacto e a garra tátil, permitem que seus operadores estimulem o envio de dados mais frequentes para a base de controle.

60. Dentre as características técnicas listadas na sentença final, o texto discute explicitamente as seguintes características como atributos do robô *Talpa v1*:

- a) Design compacto de chassi e mecanismos de adaptação tátil apenas.
- b) Design compacto de chassi e sistemas de navegação visual de alta resolução apenas.
- c) Mecanismos de adaptação tátil, sistemas de navegação visual de alta resolução e design compacto de chassi apenas.
- d) Mecanismos de adaptação tátil, sistemas de navegação visual de alta resolução e comunicação via satélite em tempo real apenas.
- e) Todas as cinco características técnicas mencionadas na sentença final.

INGLÊS*Adolfo Sá*

Why universal basic income still can't meet the challenges of an AI economy

Universal basic income (UBI) is back, like a space zombie in a sci-fi movie, resurrected from policy oblivion, hungry for policymakers' attention: brains!

Andrew Yang, whose "Yang Gang" enthusiasm briefly shook up the Democratic presidential nomination in 2020 promoting a "Freedom Dividend" to save workers from automation – \$1,000 a month for every American adult – is again the main carrier of the bug: offering UBI to save the nation when robots eat all our jobs.

This time Chat GPT, Yang hopes, will help his argument land: if artificial intelligence truly makes human labor redundant, as so many citizens of the tech bubble in Silicon Valley expect, society will need something other than employment for all of us to make ends meet.

Yet while the warning rings true, the prescription still falls flat. We will need something big and new to spread money around if some super-human intelligence comes for all the jobs. But a UBI, as contemplated by its current cheerleaders, does not start to address the real challenges of an economy that has moved past human labor.

Ask a truck driver (Yang was worried about truck drivers) to live on \$1,000 a month. A two-parent, two-kid family on the "Freedom Dividend" would be pretty deep under water, living on 25% less than needed to poke through the poverty line.

The bill to provide every adult a guaranteed income worth, say, \$53,000 per year, equivalent to the median earnings of American workers, would add up to over \$14tn, about 45% of the United States' gross domestic product (GDP). Good luck to the politician running on a platform to fund this brave new world.

To put it in perspective, since 1980, the first year for which the Organisation for Economic Co-operation and Development publishes that data, public social spending in the United States – covering health, pensions, disability, unemployment insurance and all that – has never hit 25% of the GDP. Indeed, since the 1960s, the aggregate tax revenue raised by all levels of government has never reached 30% of GDP.

And this doesn't even consider how challenging redistribution will become once AI kills all labor income, which today generates most tax revenue.

Yang suggested funding his "Freedom Dividend" with a value added tax. This is a tax on consumption that the US does not use but funds a big chunk of Europe's welfare states. It has merits: It can raise a lot of money, because it is easy to collect at the store checkout, and it does not sap incentives to work and invest, as income taxes do. But it seems a bit ridiculous to propose a world without work in which the livelihoods of most people are funded with a tax on what they buy.

If it meets its investors' lofty expectations, the AI-powered economy will be radically different from what we know, driving the cost of machines that substitute for human labor below the cost of human subsistence. Nobel economist Wassily Leontief's observation about horses comes to mind: "the role of humans as the most important factor of production is bound to diminish in the same way that the role of horses in agricultural production was first diminished and then eliminated by the introduction of tractors."

Maybe we can keep humanity alive via redistribution. Machines that don't require workers could produce enormous amounts of output, so it might be easy to raise the money for the UBIs of the future.

<https://www.theguardian.com/business/2025/dec/15/universal-basic-income-ai-andrew-yang>

61. The text mainly argues that Universal Basic Income (UBI):

- a) is the most effective solution to unemployment caused by artificial intelligence.
- b) has become financially viable due to recent technological advances.
- c) is deficient in its handling of the genuine challenges of an economy fueled by AI.
- d) should be primarily funded through consumption taxes such as VAT.
- e) will inevitably replace traditional welfare systems.

62. The expression “*like a space zombie in a sci-fi movie*” suggests that UBI:

- a) is a futuristic and innovative policy.
- b) repeatedly returns to debate after having been previously dismissed.
- c) originates from science fiction narratives.
- d) threatens economic stability.
- e) depends entirely on artificial intelligence to exist.

63. The sentence “Yet while the warning rings true, the prescription still falls flat.” means that:

- a) although the danger posed by artificial intelligence is exaggerated, the proposed solution is effective.
- b) even if the problem identified is real, the solution offered does not work satisfactorily.
- c) the proposed policy is convincing, but the diagnosis of the problem is flawed.
- d) both the warning and the proposed solution lack credibility.
- e) the warning is unclear, which weakens the proposed response.

64. In the expression “pretty deep under water” (5th paragraph), the author means that the family would be:

- a) living in flooded areas.
- b) financially comfortable.
- c) fully supported by government aid.
- d) working in informal jobs.
- e) in serious financial difficulty.

65. The comparison between humans and horses mainly illustrates:

- a) the adaptability of workers.
- b) the inevitability of technological progress.
- c) the total extinction of human labor.
- d) the declining role of humans in production.
- e) the efficiency of agricultural machinery.

66. The author suggests that an AI-driven economy will require:

- a) minor adjustments to current tax systems.
- b) an expansion of existing welfare programs.
- c) solutions more radical than traditional UBI.
- d) the elimination of taxation altogether.
- e) the adoption of European social models.

67. In the sentence “society will need something other than employment for all of us to make ends meet”, the expression MAKE ENDS MEET means:

- a) to achieve professional fulfillment.
- b) to balance work and leisure.
- c) to eliminate economic inequality.
- d) to increase overall productivity.
- e) to survive financially with the available income.

68. In the sentence “Maybe we can keep humanity alive via redistribution.”, the modal verb CAN expresses:

- a) Obligation.
- b) Possibility.
- c) Permission.
- d) Certainty.
- e) Inevitability.

69. “Yet while the warning rings true, the prescription still falls flat.”

- a) Therefore.
 - b) Moreover.
 - c) Nevertheless.
 - d) Consequently.
 - e) Likewise.
-

70. The sentence "Good luck to the politician running on a platform to fund this brave new world." expresses:

- a) sincere optimism about political feasibility.
- b) neutral acknowledgment of an ambitious proposal.
- c) irony and skepticism regarding the proposal's viability.
- d) admiration for innovative economic policies.
- e) encouragement for political leadership.

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

Elisabete Moreira

71. No contexto da evolução do pensamento administrativo, a Teoria da Contingência introduz uma ruptura com os modelos clássicos ao postular que não existe uma "única melhor maneira" (*the one best way*) de administrar. Nesse sentido, considera-se que:

- a) a organização é um sistema fechado, onde as variáveis internas, como a tecnologia adotada, são as únicas determinantes da eficácia organizacional, independentemente do ambiente externo.
- b) o ambiente externo é uma variável independente, enquanto as características organizacionais são variáveis dependentes que devem se ajustar às demandas ambientais e tecnológicas.
- c) a tecnologia é uma variável dependente da estrutura organizacional, ou seja, a organização define primeiro sua hierarquia e depois escolhe a tecnologia que se adapta a ela, sem influência do ambiente.
- d) as práticas administrativas devem ser universais, buscando padronizar procedimentos em qualquer contexto, pois a variação ambiental não altera a eficiência dos princípios de gestão clássicos.
- e) o foco principal deve ser a racionalização do trabalho no nível operacional, ignorando-se as incertezas trazidas pelo ambiente externo, já que estas não podem ser controladas pelos gestores.

72. Um gestor público, ao desenhar as atribuições de sua equipe, agrupou atividades similares em unidades lógicas, definiu as linhas de autoridade e atribuiu responsabilidades específicas a cada subordinado. Posteriormente, orientou e motivou a equipe para a execução. As funções administrativas desempenhadas predominantemente nessas duas etapas foram, respectivamente:

- a) Planejamento e Controle.
- b) Organização e Direção.
- c) Direção e Organização.
- d) Controle e Planejamento.
- e) Organização e Controle.

73. Segundo Henry Mintzberg, o trabalho do administrador não é apenas planejar, organizar, dirigir e controlar de forma sequencial, mas sim desempenhar um conjunto de papéis integrados. Um gestor identificou e realizou uma melhoria em um processo de trabalho que levou a ganhos de eficiência e foi chamado a ser porta-voz da organização na apresentação da melhoria realizada. Nesse caso, ele está exercendo, respectivamente, papéis das categorias:

- a) Decisorial e Informacional.
- b) Informacional e Interpessoal.
- c) Interpessoal e Decisorial.
- d) Decisorial e Interpessoal.
- e) Informacional e Decisorial.

74. Durante a elaboração do planejamento estratégico da SEFAZ-SP, utilizou-se a análise SWOT para diagnosticar o ambiente. Foram identificados dois fatores: (I) a alta qualificação técnica dos servidores do quadro e (II) a provável restrição orçamentária para o próximo exercício financeiro decorrente de nova legislação fiscal. Na matriz SWOT, esses fatores são classificados, respectivamente, como:

- a) Oportunidade e Ameaça.
- b) Força e Fraqueza.
- c) Força e Ameaça.
- d) Fraqueza e Oportunidade.
- e) Oportunidade e Fraqueza.

75. Uma organização pública decidiu abandonar sua estrutura rígida e adotar um modelo que permitisse maior flexibilidade e foco em resultados. Optou-se por uma estrutura híbrida, onde os servidores respondem a um gerente especialista e um gerente de produto. Esse tipo de estrutura organizacional é denominado:

- a) Linear.
- b) Funcional.
- c) Divisional.
- d) Matricial.
- e) Em Rede.

76. O controle administrativo pode ocorrer em diferentes momentos do processo produtivo. Quando um gestor estabelece normas rigorosas de seleção de matérias-primas e de inspeção de insumos a fim de prevenir defeitos futuros, ele está exercendo um controle do tipo:

- a) Simultâneo posterior.
- b) Posterior e simultâneo.
- c) Preventivo.
- d) Corretivo.
- e) Estratégico.

77. No contexto da Gestão da Qualidade Total, o Ciclo PDCA é uma ferramenta fundamental para a melhoria contínua. Após a execução de um plano de ação para melhorar o atendimento ao cidadão, a etapa em que se comparam os resultados obtidos com as metas estabelecidas para verificar se houve desvios é denominada:

- a) Plan
- b) Do
- c) Check
- d) Act
- e) Standardize

78. De acordo com o Guia PMBOK (*Project Management Body of Knowledge*), o gerenciamento de projetos é dividido em áreas de conhecimento. A área que inclui os processos necessários para assegurar que o projeto inclua *todo* o trabalho necessário para terminar o projeto com sucesso, evitando o fenômeno do *scope creep* é o Gerenciamento:

- a) da Integração.
- b) do Escopo.
- c) do Tempo (Cronograma).
- d) da Qualidade.
- e) das Partes Interessadas.

79. Uma entidade adota a estrutura do COSO ERM (Enterprise Risk Management) para gerenciar seus riscos corporativos. Segundo esse modelo, o componente que envolve a identificação e análise dos riscos relevantes para o alcance dos objetivos, formando a base para determinar como os riscos devem ser gerenciados, é denominado:

- a) Ambiente de Controle.
- b) Avaliação de Riscos.
- c) Atividades de Controle.
- d) Informação e Comunicação.
- e) Monitoramento.

80. Na Gestão de Processos de Negócio (BPM), a modelagem de processos permite representar graficamente o fluxo de trabalho. A notação padrão mais utilizada globalmente, que utiliza símbolos padronizados (como piscinas, raias, eventos e tarefas) para desenhar fluxos compreensíveis tanto por gestores de negócio quanto por técnicos de TI, é o(a):

- a) PDCA.
- b) SWOT.
- c) BPMN.
- d) BSC.
- e) IDEF0.

81. De acordo com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), o setor no qual o Estado assume uma atuação simultaneamente com outras organizações privadas, prestando serviços públicos, é denominado:

- a) Núcleo Estratégico.
- b) Atividades Exclusivas.
- c) Serviços Não Exclusivos.
- d) Produção de Bens e Serviços para o Mercado.
- e) Setor de Regulação e Fiscalização.

82. A *accountability* é um conceito fundamental na governança pública contemporânea, envolvendo a obrigação de prestar contas, a transparência e a responsabilização dos agentes. Quando a fiscalização e o controle sobre as ações dos governantes são exercidos por meio de conselhos gestores de políticas públicas, está-se diante da denominada *accountability*:

- a) Vertical.
- b) Horizontal.
- c) Societal.
- d) Burocrática.
- e) Legal.

83. Durante a fase de avaliação, um gestor público, em um programa de vacinação, conseguiu atingir a meta de imunizar 95% da população alvo, reduzindo drasticamente a incidência da doença na região e melhorando a saúde pública local. Nesse caso, a mensuração do desempenho do programa atendeu ao critério da:

- a) Economicidade.
- b) Eficiência.
- c) Eficácia.
- d) Efetividade.
- e) Custo-efetividade.

84. Um gestor de recursos humanos pretende reestruturar as tarefas de sua equipe para aumentar a satisfação no trabalho. Baseando-se na Teoria dos Dois Fatores, ele decide focar no "enriquecimento do cargo", aumentando a autonomia e a responsabilidade dos servidores. Segundo a teoria citada, essa ação atua sobre os fatores:

- a) Higiênicos.
- b) Extrínsecos.
- c) Motivacionais.
- d) De segurança
- e) Instrumentais.

85. Uma organização pública necessita preencher uma vaga complexa que exige conhecimento profundo da cultura interna e das normas específicas da instituição. O gestor opta por utilizar o Recrutamento Interno. Uma das principais desvantagens associadas a essa modalidade, que deve ser considerada, é:

- a) O aumento do tempo de adaptação e integração do candidato ao cargo.
- b) O custo elevado se comparado às técnicas de recrutamento externo.
- c) A possibilidade de gerar conflitos de interesses e frustração.
- d) A desmotivação geral, pois o recrutamento interno não oferece oportunidades de crescimento.
- e) A redução da validade preditiva, pois os candidatos já são conhecidos.

ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS

Celso Natale

86. Considere que um tributo específico sobre a venda de um bem, cuja demanda é totalmente inelástica, foi instituído em um mercado competitivo. Dessa forma, é possível concluir que o ônus do tributo será:

- a) repassado na maior parte aos produtores.
- b) totalmente suportado pelos produtores.
- c) dividido em partes iguais entre produtores e consumidores.
- d) repassado na maior parte aos consumidores.
- e) totalmente suportado pelos consumidores.

87. A oferta e a demanda são os principais motores que fazem as economias de mercado operarem. Elas definem tanto a quantidade produzida de cada bem quanto o preço pelo qual ele será comercializado. Para entender como qualquer evento pode impactar a economia, é essencial analisar os efeitos desse evento sobre a oferta e a demanda. Imagine um mercado em que os bens A e B se substituem no consumo.

Mantendo todas as demais condições inalteradas (*ceteris paribus*), uma redução no preço do bem A resultará em

- a) queda da demanda por B.
- b) queda da oferta de B.
- c) movimento ao longo da curva de demanda de B.
- d) elevação da demanda de A.
- e) elevação da oferta de A.

88. Considere um consumidor racional, com preferências completas, reflexivas e transitivas, que enfrenta uma restrição orçamentária linear. Suponha que o governo institua um imposto específico sobre o consumo de um dos bens, mantendo constante a renda monetária do consumidor. Nesse contexto, é correto afirmar que:

- a) O imposto desloca paralelamente a restrição orçamentária, preservando sua inclinação original.
- b) O imposto altera a inclinação da restrição orçamentária, encarecendo relativamente o bem tributado.
- c) O imposto não afeta a escolha ótima do consumidor, desde que suas preferências sejam convexas.
- d) O imposto gera exclusivamente efeito-renda, sem impacto sobre o efeito-substituição.
- e) O imposto é equivalente, em termos de bem-estar, a um subsídio de mesmo valor sobre o outro bem.

89. Na teoria dos custos de produção, o custo marginal (CMg) representa a variação do custo total quando uma unidade adicional do bem é produzida. A relação entre o custo marginal e as demais curvas de custo é fundamental para entender o comportamento dos custos de produção no curto prazo.

Com base nessa relação, podemos afirmar que o custo médio total (CMT) e o custo médio variável (CMV) atingem seus mínimos quando:

- a) o custo marginal é máximo.
- b) o custo marginal é mínimo.
- c) o custo marginal é igual ao custo médio total e ao custo médio variável.
- d) o custo marginal é menor que o custo médio total e maior que o custo médio variável.
- e) o custo médio total e o custo médio variável são constantes.

90. Em um mercado em concorrência perfeita, no longo prazo, a condição de lucro econômico igual a zero significa que:

- a) As firmas não obtêm qualquer receita com a venda de seus produtos.
- b) As firmas cobrem apenas seus custos variáveis, operando no ponto de mínimo do custo marginal.
- c) O preço do bem é igual ao custo médio total mínimo, incluindo os custos de oportunidade.
- d) As firmas operam com prejuízo contábil, mas permanecem no mercado devido à ausência de barreiras à entrada.
- e) O lucro zero implica ineficiência produtiva, uma vez que não há incentivo à inovação.

91. Em um mercado monopolista, o markup representa a diferença relativa entre o preço cobrado pela firma e seu custo marginal. Considerando a maximização do lucro econômico, é correto afirmar que:

- a) O markup é nulo, pois o monopolista produz no ponto em que o preço é igual ao custo marginal.
- b) O markup depende da elasticidade-preço da demanda enfrentada pela firma, sendo maior quanto mais inelástica for a demanda.
- c) O markup é determinado exclusivamente pela estrutura de custos, sendo independente da demanda do mercado.
- d) O markup é máximo quando a elasticidade-preço da demanda é unitária.
- e) A existência de markup positivo implica necessariamente ineficiência produtiva.

92. O Estado desempenha diversas funções na economia para garantir o funcionamento eficiente dos mercados e o bem-estar da sociedade. De acordo com a teoria da economia do setor público, as principais funções do Estado incluem a função alocativa, a função distributiva e a função estabilizadora.

Diante dessas funções, assinale a alternativa correta.

- a) A função alocativa refere-se à redistribuição de renda e busca reduzir desigualdades sociais por meio de impostos e transferências.
- b) A função distributiva tem como objetivo principal corrigir falhas de mercado e garantir a provisão de bens públicos e bens meritórios.
- c) A função estabilizadora busca garantir a eficiência na alocação de recursos por meio da oferta de bens públicos e da regulação de monopólios naturais.
- d) A função alocativa está relacionada à intervenção do Estado para corrigir falhas de mercado e prover bens públicos.
- e) A função distributiva refere-se ao controle da inflação e à adoção de políticas monetárias e fiscais para suavizar os ciclos econômicos.

93. Julgue os itens a seguir, relativos a falhas de mercado, bens públicos e instrumentos de política econômica, e assinale a alternativa correta.

I. Externalidades negativas implicam que o custo social de uma atividade é superior ao custo privado, o que conduz, na ausência de intervenção, a um nível de produção maior do que o socialmente eficiente.

II. De acordo com o Teorema de Coase, mesmo na presença de custos de transação elevados, a negociação privada entre as partes afetadas pelas externalidades conduz necessariamente a um resultado eficiente, independentemente da definição inicial dos direitos de propriedade.

III. Bens públicos caracterizam-se pela não rivalidade no consumo e pela não exclusão, sendo o problema do carona uma consequência direta dessas duas características.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

94. Na contabilidade nacional, a distinção entre PIB nominal, PIB real e deflator do PIB é fundamental para a análise macroeconômica. Assinale a alternativa correta.

a) O PIB real avalia a produção a preços constantes de um ano-base, permitindo isolar variações no nível de atividade econômica.

b) O PIB nominal elimina o efeito da inflação ao incorporar ajustes automáticos de preços relativos.

c) O deflator do PIB baseia-se em uma cesta fixa de bens e serviços finais, semelhante à metodologia do índice de preços ao consumidor.

d) Variações no deflator do PIB refletem exclusivamente alterações nos preços dos bens industriais produzidos no país.

e) O deflator do PIB e o IPVA são indicadores equivalentes, diferindo apenas quanto à unidade de medida utilizada.

95. No modelo keynesiano simples, sem setor externo e sem governo, o multiplicador do gasto é determinado pela propensão marginal a consumir (PMC). A respeito desse multiplicador, assinale a alternativa correta.

a) Quanto maior a PMC, menor será o valor do multiplicador do gasto.

b) O multiplicador mede o impacto total sobre a renda decorrente de uma variação autônoma inicial do gasto.

c) O multiplicador keynesiano é sempre igual à PMC, pois reflete a parcela da renda destinada ao consumo.

d) Se a propensão marginal a poupar for igual à propensão marginal a consumir, o multiplicador do gasto será nulo.

e) Como camadas mais ricas da população apresentam maior propensão marginal a consumir, o multiplicador tende a ser elevado em economias com maior concentração de renda.

96. Julgue os itens a seguir, relativos aos mercados financeiros, à oferta de moeda e aos instrumentos de política monetária, e assinale a alternativa correta.

- I. As operações de mercado aberto consistem na compra e venda de títulos pelo Banco Central, sendo utilizadas para controlar a liquidez da economia e a taxa de juros de curto prazo.
- II. O redesconto bancário permite aos bancos comerciais obterem liquidez junto ao Banco Central, aumentando diretamente o multiplicador bancário.
- III. O multiplicador bancário é inversamente relacionado à taxa de reservas compulsórias, de modo que um aumento dessa taxa reduz a capacidade de criação de moeda pelos bancos.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

97. O modelo IS-LM descreve a interação entre o mercado de bens e serviços (IS) e o mercado monetário (LM), permitindo analisar os efeitos de políticas fiscais e monetárias sobre a economia. Suponha que o governo aumente a arrecadação de impostos, mantendo os gastos públicos constantes (*ceteris paribus*).

Com base no modelo IS-LM, espera-se que, no curto prazo, essa elevação da carga tributária resulte em:

- a) um deslocamento da curva IS para a esquerda, reduzindo a renda e a taxa de juros.
- b) um deslocamento da curva IS para a direita, aumentando a renda e a taxa de juros.
- c) um deslocamento da curva LM para a direita, aumentando a renda e reduzindo a taxa de juros.
- d) um deslocamento da curva LM para a esquerda, reduzindo a renda e aumentando a taxa de juros.
- e) um deslocamento da curva IS para a direita, mas sem impacto sobre a taxa de juros.

98. Na macroeconomia das economias abertas, há um conceito que expressa a taxa de câmbio ajustada pelos níveis de preços domésticos e externos, permitindo avaliar a competitividade internacional de uma economia ao longo do tempo. Esse conceito é denominado:

- a) Taxa de câmbio nominal.
- b) Taxa de câmbio real.
- c) Taxa de câmbio efetiva.
- d) Paridade do poder de compra.
- e) Regime de flutuação pura.

99. A tributação é um instrumento fundamental da política fiscal, utilizado tanto para financiar gastos públicos quanto para influenciar a atividade econômica. A Curva de Laffer sugere que existe uma relação não linear entre a alíquota do imposto e a arrecadação do governo, de modo que aumentos excessivos na carga tributária podem levar à redução da arrecadação.

Com base nos princípios da tributação e na Curva de Laffer, assinale a alternativa correta:

- a) A Curva de Laffer indica que qualquer aumento na alíquota de impostos sempre gera aumento proporcional na arrecadação.
- b) Se a alíquota de impostos for muito elevada, a arrecadação pode diminuir, pois os agentes econômicos desincentivam a produção e buscam formas de evasão fiscal.
- c) Segundo os princípios da tributação, um imposto eficiente deve sempre ser baseado no princípio da equidade, mesmo que reduza a arrecadação total.
- d) A Curva de Laffer sugere que a arrecadação máxima é obtida quando a alíquota do imposto atinge 100%, pois todo o excedente econômico é capturado pelo governo.
- e) A tributação também exerce uma função distributiva, pois a política fiscal pode reduzir desigualdades por meio de impostos regressivos e programas de transferência de renda.

100. O Federalismo Fiscal trata da repartição de competências entre os diferentes níveis de governo, definindo quem arrecada tributos e como os recursos são alocados. Para isso, utilizam-se critérios para distribuição das competências arrecadatórias e diferentes modelos teóricos explicam os efeitos desse arranjo sobre a eficiência e a alocação de recursos.

Com base nos princípios do Federalismo Fiscal, assinale a alternativa correta:

- a) No modelo de Tiebout, os cidadãos se deslocam entre jurisdições de acordo com suas preferências por bens e serviços públicos, promovendo uma espécie de concorrência entre governos locais.
 - b) A distribuição das competências tributárias segue o princípio da equidade horizontal, garantindo que todos os entes federativos arrecadem os mesmos tributos.
 - c) O Teorema da Descentralização de Oates afirma que a descentralização fiscal é sempre mais eficiente do que a centralização, independentemente das características dos bens públicos e das externalidades envolvidas.
 - d) A teoria do federalismo fiscal centralizado defende que tributos sobre consumo e patrimônio devem ser de competência exclusiva do governo federal, garantindo maior eficiência na arrecadação.
 - e) Impostos sobre bens altamente móveis, como capitais financeiros e grandes empresas multinacionais, são mais adequados para arrecadação municipal, pois os governos locais têm maior controle sobre sua base tributária.
-

CONHECIMENTOS BÁSICOS**DIREITO CONSTITUCIONAL***Nelma Fontana*

101. Um projeto de lei de iniciativa da Câmara dos Deputados tratava de aspectos administrativos de determinada política pública. Ao chegar ao Senado, recebeu emenda aprovada em Plenário que alterou de maneira relevante o conteúdo original, incluindo novo dispositivo sobre prestação de serviços sociais. O texto emendado foi enviado diretamente à sanção presidencial, sem retorno à Câmara para apreciação das modificações. Posteriormente, foi proposta ação de controle concentrado alegando vício formal de tramitação.

À luz da jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.

- a) A emenda aprovada pelo Senado não exige retorno do projeto à Câmara quando apenas complementa a disciplina já existente, sendo possível o envio direto à sanção.
- b) Como a Câmara já havia aprovado a versão inicial do projeto, é suficiente a deliberação do Senado sobre as modificações, sendo apenas recomendável o reexame pela Casa iniciadora.
- c) Quando a Casa revisora altera de modo significativo o conteúdo do projeto, o devido processo legislativo exige o retorno do texto à Casa iniciadora, sob pena de inconstitucionalidade formal da norma produzida.
- d) O vício alegado diz respeito apenas à falta de ampla participação popular no debate legislativo, o que não caracteriza ofensa à forma constitucional de tramitação entre as Casas.
- e) A aprovação final pelo Senado corrige qualquer irregularidade anterior, pois compete à última Casa a palavra definitiva sobre o conteúdo jurídico e sobre a regularidade do procedimento.

102. O Estado Gama editou lei estabelecendo diretrizes e obrigações para o compartilhamento de postes, torres e outras estruturas utilizadas na prestação de serviços públicos de energia elétrica e telecomunicações em seu território. Entre outros pontos, a norma fixou limites máximos de cobrança pelo uso da infraestrutura, criou fórmula própria para reajuste desses valores e previu sanções administrativas estaduais em caso de descumprimento pelas concessionárias de energia. Entidade representativa das empresas questionou a lei em ação direta, alegando usurpação de competência da União.

À luz da jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.

- a) A lei é constitucional, pois o Estado pode legislar sobre o uso de sua infraestrutura física e definir preços de referência para garantir equilíbrio entre municípios e concessionárias.
- b) A lei é constitucional, já que trata de proteção dos consumidores locais e apenas complementa as regras federais de regulação do setor elétrico.
- c) A lei é inconstitucional, pois interfere na disciplina federal da exploração dos serviços de energia elétrica e cria obrigações contratuais não previstas no regime de concessão.
- d) A lei é inconstitucional apenas na parte que impõe sanções administrativas, permanecendo válidas as regras sobre preços máximos e compartilhamento de infraestrutura.
- e) A lei é parcialmente válida, porque os Estados podem regular o compartilhamento de infraestrutura sempre que atuarem em conjunto com os municípios mediante consórcios públicos regionais.

103. Lei estadual instituiu uma “parcela compensatória de representação” a ser paga mensalmente a determinados cargos em comissão. O texto legal estabelece que o valor é considerado remuneratório até certo limite, mas que a parte que exceder esse montante terá natureza indenizatória e, por isso, não será computada para fins de teto remuneratório. Além disso, a lei prevê que o servidor efetivo investido no cargo em comissão poderá acumular a nova parcela com a remuneração do cargo de origem, sob o argumento de que se tratam de vínculos distintos.

À luz da jurisprudência do STF sobre teto remuneratório e verbas indenizatórias, assinale a alternativa correta.

- a) A lei é válida, porque o legislador estadual pode atribuir natureza indenizatória a qualquer parcela desde que a denomine como tal e a vincule ao exercício de cargo em comissão.
- b) A lei é inválida, pois não é possível excluir do teto remuneratório parcela que, pela sua própria estrutura, possui caráter remuneratório, nem requalificá-la como indenizatória apenas quando ultrapassar determinado valor.
- c) A lei é válida, porque a parcela compensatória não se confunde com remuneração ordinária, sendo legítimo afastar sua incidência do teto sempre que destinada a atrair servidores para funções de direção.
- d) A lei é inválida apenas quanto à possibilidade de acumular a parcela com o vencimento do cargo efetivo, permanecendo hígida a exclusão da parte excedente do valor em relação ao teto.
- e) A lei é válida, pois o servidor que já ocupa cargo efetivo e passa a exercer cargo em comissão passa a ter dois vínculos independentes, podendo receber acima do teto sem violar a Constituição.

104. Em determinado estado, a Constituição local prevê que o Tribunal de Contas é composto por sete membros, cabendo ao governador indicar três deles. Posteriormente, lei estadual passou a estabelecer que, ao surgir vaga, o governador deve, em primeiro lugar, preencher uma cadeira de sua livre escolha, deixando para indicações futuras as vagas reservadas a auditores e membros do Ministério Público de Contas. A mesma lei ainda condicionou a substituição de conselheiros por auditores ao cumprimento de prazo mínimo de exercício na Corte e à inexistência de punição disciplinar ou processo em curso. Associação de auditores ajuizou ação de controle abstrato questionando essas previsões.

À luz da jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.

- a) São constitucionais tanto a alteração da ordem de indicação pelo governador quanto as exigências adicionais para que auditores possam substituir conselheiros, por se tratar de matéria de organização interna do estado.
- b) A alteração da ordem de indicação é válida, pois não modifica o número de vagas destinadas a cada grupo, sendo inconstitucionais apenas as exigências de tempo de serviço e de ausência de punição disciplinar para a substituição por auditores.
- c) São inconstitucionais tanto a mudança da ordem de nomeação das vagas reservadas ao governador quanto a imposição de requisitos mais rígidos para que auditores exerçam a substituição de conselheiros.
- d) A alteração da ordem de indicação somente será inconstitucional se ficar comprovado prejuízo concreto à participação de auditores e membros do Ministério Público de Contas no colegiado.
- e) As exigências adicionais para que auditores substituam conselheiros são constitucionais, desde que previstas em lei complementar estadual e aprovadas por maioria qualificada na assembleia legislativa.

105. Confederação sindical de âmbito nacional ajuizou ação de controle concentrado alegando que, passadas várias décadas da promulgação da Constituição, o Congresso ainda não editou lei geral assegurando a participação excepcional de trabalhadores urbanos e rurais na gestão das empresas. Sustentou que a existência de algumas normas que preveem representantes de empregados em conselhos de administração de empresas públicas e de certas sociedades anônimas não basta para cumprir o mandado constitucional, e pediu que o STF reconhecesse a mora legislativa e fixasse prazo para a aprovação da lei.

À luz da CF/1988 e da jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.

- a) A existência de leis que já preveem representantes dos empregados em conselhos de administração de empresas públicas e de algumas sociedades anônimas afasta por completo a possibilidade de reconhecimento de mora legislativa, tornando a ação improcedente.
- b) Mesmo que haja mora legislativa, o STF não pode fixar prazo para o Congresso legislar, pois qualquer ordem temporal dirigida ao Poder Legislativo violaria a separação de poderes e a cláusula da independência funcional dos parlamentares.
- c) É possível reconhecer omissão inconstitucional do Congresso e fixar prazo razoável para edição da lei, entendendo que as normas existentes apenas implementam parcialmente o direito de participação dos trabalhadores, que depende de regulamentação legislativa ampla para ter plena efetividade.
- d) Diante da inércia do Congresso, cabe aos estados e ao Distrito Federal suprirem a omissão, editando leis que assegurem a participação dos empregados na gestão das empresas privadas com sede em seus territórios, ainda que em termos diversos do texto constitucional.
- e) A participação dos trabalhadores na gestão da empresa é direito de eficácia plena, de modo que, mesmo sem lei nova, o Judiciário pode determinar diretamente a inclusão de representantes eleitos

pelos empregados nos órgãos de administração de todas as empresas que atuam no país.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Herbert Almeida*

106. Mariana inscreveu-se em um concurso público utilizando a autodeclaração como parda para concorrer às vagas reservadas pelo sistema de cotas raciais. No entanto, a comissão de heteroidentificação a eliminou do certame, alegando que ela não possuía o fenótipo compatível, mas sem apresentar critérios claros ou justificativas objetivas. O edital tampouco previa parâmetros específicos para orientar a avaliação da comissão. Diante da falta de transparência e de fundamentação, Mariana ingressou com ação judicial. O Estado contestou, alegando que o Judiciário não poderia interferir em decisões administrativas de comissões de heteroidentificação. Considerando o entendimento do STF e a situação hipotética narrada, é correto afirmar que:

- a) O Poder Judiciário não pode controlar o ato administrativo de heteroidentificação, uma vez que a avaliação fenotípica é matéria de mérito administrativo, cabendo exclusivamente à comissão a decisão final.
- b) O Supremo Tribunal Federal deve revisar os fundamentos utilizados para excluir a candidata, uma vez que a controvérsia sobre a adequação de critérios é matéria exclusivamente de direito, não dependendo de análise de fatos ou cláusulas do edital.
- c) O controle judicial de atos da comissão de heteroidentificação é possível para garantir o contraditório e a ampla defesa, sendo cabível a intervenção diante da ausência de critérios objetivos ou justificativas claras.
- d) A ausência de parâmetros específicos no edital impede qualquer tipo de controle judicial, devendo prevalecer a decisão da comissão de heteroidentificação em nome do princípio da vinculação ao instrumento convocatório.
- e) O Poder Judiciário pode anular a decisão da comissão, mas a controvérsia sobre a adequação dos critérios de exclusão é considerada matéria

constitucional direta, não demandando análise de cláusulas do edital.

107. O Ministério Público ajuizou ação de improbidade administrativa em 2019, tendo obtido, à época, uma liminar de indisponibilidade de bens do réu com base nas regras vigentes antes da reforma da Lei de Improbidade Administrativa. Em 2024, com o processo ainda em curso, a defesa do réu solicitou ao juízo a revisão da medida constritiva, argumentando que os requisitos da nova Lei nº 14.230/2021 (exigência de perigo de dano concreto) não estavam preenchidos. Considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o juiz:

- a) não deve reapreciar a medida, pois a Lei nº 14.230/2021 é irretroativa e não se aplica aos atos processuais já praticados sob a vigência da lei anterior.
- b) deve indeferir o pedido de revisão, pois o novo regime de indisponibilidade de bens aplica-se apenas aos processos iniciados após o início da vigência da Lei nº 14.230/2021.
- c) deve extinguir o processo sem julgamento de mérito, uma vez que a mudança legislativa revogou tacitamente todas as medidas cautelares deferidas no passado.
- d) poderá reapreciar a medida já deferida para fins de adequação à atual redação da Lei nº 8.429/1992, pois as novas disposições são aplicáveis aos processos em curso para regular a tutela provisória.
- e) só poderá rever a medida se houver trânsito em julgado da decisão condenatória, aplicando-se o princípio da retroatividade apenas na fase de execução da pena.

108. João é o responsável pela condução dos procedimentos licitatórios na autarquia Delta e planejava contratar profissional para a elaboração de estudos técnicos para fins de planejamento de obras a serem realizadas nos anos subsequentes. Nos estudos preliminares, o orçamento para a contratação do projeto ficou estimado em R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e notou-se que diferentes profissionais poderiam prestar o serviço. Alguns meses depois, os órgãos de controle realizaram auditoria na autarquia Delta, concluindo que o procedimento de contratação foi correto, pois atendeu ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

Nesse caso, pode-se dizer que a solução adotada por João foi lícita se:

- a) adotada mediante inexigibilidade de licitação, uma vez que o Tribunal de Contas da União entende que a elaboração de projetos guarda singularidade entre os diferentes profissionais, motivo pelo qual a realização de procedimento competitivo será sempre inviável.
- b) adotada a modalidade concorrência, em virtude do valor estimado da contratação, já que a hipótese extrapola o limite legal para a dispensa de licitação ou para a utilização das demais modalidades de licitação definidas na Lei nº 14.133/2021.
- c) adotada a modalidade pregão, pelo critério de técnica e preço, dada a natureza comum do serviço de elaboração de projetos, hipótese em que a referida modalidade de licitação se torna obrigatória.
- d) a licitação seguiu a modalidade concurso, pelo critério de julgamento de técnica e preço, com adoção da ponderação entre as propostas de técnica e de preço apresentadas pelos interessados.
- e) o critério de julgamento foi o de técnica e preço, na proporção de 70% (setenta por cento) de valoração da proposta técnica, ou de melhor técnica.

109. Nos termos da Lei nº 12.527/2011, considere as assertivas abaixo acerca das condutas ilícitas e sanções aplicáveis.

- I. Constitui conduta ilícita que enseja responsabilidade do agente público ou militar recusar-se a fornecer informação requerida nos termos da Lei, bem como fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa.
- II. Ocultar da revisão de autoridade superior competente informação sigilosa para beneficiar a si ou a outrem constitui conduta ilícita, exceto se a ocultação ocorrer em prejuízo de terceiros, hipótese em que não há previsão expressa de responsabilização no rol de condutas da Lei de Acesso à Informação.
- III. A entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo com o poder público e deixar de observar o disposto na Lei sujeita-se, dentre outras sanções, à suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- IV. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública é sanção aplicável à entidade privada, vigente até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade superior àquela que aplicou a penalidade.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) I, II e III.
- c) II e IV.
- d) III e IV.
- e) I e II.

110. Sobre o registro de atos de pessoal (admissão, aposentadoria, reforma e pensão) pelos Tribunais de Contas, conforme a Constituição Federal e a jurisprudência consolidada, assinale a alternativa correta.

- a) O contraditório e a ampla defesa são obrigatórios em todos os processos de registro de atos de pessoal perante os Tribunais de Contas.
- b) O ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão só produz efeitos após o registro pelo Tribunal de Contas, sendo obrigatório o contraditório e a ampla defesa.
- c) O Tribunal de Contas deve julgar a legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão em até cinco anos, a contar da chegada do processo na Corte de Contas.
- d) O registro de atos de pessoal está sujeito à revisão pelo Poder Legislativo respectivo.
- e) O Tribunal de Contas deve realizar a análise, para fins de registro, do provimento de cargo em comissão.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

111. Acerca das pessoas jurídicas, assinale a alternativa correta.

- a) A União é pessoa jurídica de direito público externo.
- b) Os empreendimentos de economia solidária consideram-se entes despersonalizados.
- c) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a formalização dos seus atos constitutivos.
- d) Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
- e) Se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, de ofício ou a requerimento de qualquer

interessado, nomear-lhe-á administrador provisório.

112. Acerca dos bens, assinale a alternativa correta.

- a) Considera-se bem móvel para os efeitos legais o direito à sucessão aberta.
- b) Consideram-se imóveis para os efeitos legais os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
- c) São bens públicos de uso comum do povo os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal.
- d) Os bens públicos de uso comum do povo e os dominicais são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- e) Os bens públicos dominicais não estão sujeitos a usucapião.

113. Acerca da mora, assinale a alternativa correta.

- a) Se a prestação, devido à mora, se tornar inútil ao credor, este poderá enjeitá-la, e exigir a satisfação das perdas e danos.
- b) O inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, constitui em mora o devedor, contanto que se proceda à sua interpelação, judicial, ou extrajudicial.
- c) Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde a citação.
- d) O devedor em mora responde pela impossibilidade da prestação, salvo se essa impossibilidade resultar de caso fortuito ou de força maior, se estes ocorrerem durante o atraso.
- e) Os juros moratórios fluem a partir do arbitramento da indenização, em caso de responsabilidade extracontratual.

114. Acerca do contrato de compra e venda, assinale a alternativa correta.

- a) A compra e venda, quando pura, considera obrigatória e perfeita com a tradição, se o bem for móvel, ou com o registro, se imóvel.
- b) Nulo é o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.
- c) Até o momento da tradição, os riscos da coisa correm por conta do comprador.
- d) É nula a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.
- e) É nula a compra e venda entre cônjuges, ainda que se trate de bens excluídos da comunhão.

115. Acerca da posse, assinale a alternativa correta.

- a) A posse direta, de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal, ou real, anula a indireta, de quem aquela foi havida.
- b) Se duas ou mais pessoas possuírem coisa indivisa, poderá cada uma exercer sobre ela atos possessórios, contanto que haja autorização das demais.
- c) É de boa-fé a posse que não for violenta, clandestina ou precária.
- d) A posse de boa-fé só perde este caráter no caso e desde o momento em que as circunstâncias façam presumir que o possuidor não ignora que possui indevidamente.
- e) Ao possuidor de má-fé serão ressarcidas somente as benfeitorias necessárias, assistindo-lhe o direito de retenção pela importância destas.

DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carrilho

116. Nos termos do Código Civil, acerca do conceito de empresário, da caracterização da atividade empresária e das hipóteses legais de exclusão dessa condição, é correto afirmar que:

- a) Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços, excluindo-se dessa condição aquele que exerce profissão intelectual, ainda que com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
- b) O exercício da atividade empresarial pressupõe, necessariamente, a existência de estabelecimento empresarial próprio, sendo vedado o reconhecimento da condição de empresário àquele que desenvolve atividade econômica organizada sem sede física definida.
- c) A inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis é requisito constitutivo da condição de empresário, de modo que a ausência de registro impede o reconhecimento da atividade empresarial para quaisquer efeitos jurídicos.
- d) A empresa individual de responsabilidade limitada equipara-se integralmente à sociedade empresária, inclusive quanto à pluralidade de sócios, sendo vedada a constituição por pessoa natural única.
- e) O produtor rural somente poderá ser considerado empresário se exercer atividade econômica voltada à circulação de serviços, não se aplicando o regime empresarial à produção de bens de natureza agrícola ou pecuária.

117. A sociedade empresária Alfa Ltda. aprovou alteração contratual em 01/03/2025, mas os administradores não providenciaram o arquivamento/registro. Em 25/03/2025, um terceiro celebrou contrato com a sociedade sem ter conhecimento da alteração. Somente em 15/04/2025 (mais de 30 dias após a lavratura do ato), um sócio requereu o registro. Está correto afirmar que:

- a) O registro somente poderia ser requerido pela pessoa obrigada em lei, sendo ilegítimo o requerimento apresentado por sócio, ainda que haja omissão ou demora.
- b) Requerido o registro após 30 dias da lavratura do ato, ele produzirá efeitos retroativos à data do ato, em homenagem ao princípio da continuidade registral.
- c) O órgão de registro deve limitar-se a conferir a existência de pagamento das taxas, não lhe cabendo verificar a autenticidade e a legitimidade do signatário do requerimento.
- d) Antes do cumprimento das formalidades de registro, o ato não pode ser oposto a terceiro, salvo prova de que este o conhecia; e, requerido o registro fora do prazo de 30 dias, seus efeitos somente se produzem a partir da data da concessão.
- e) Cumpridas as formalidades do registro, o terceiro ainda poderá alegar ignorância do ato, por não estar obrigado a acompanhar publicações oficiais.

118. As No que se refere à sociedade simples, considerando as disposições do Código Civil, é correto afirmar que:

- a) A contribuição do sócio que consistir exclusivamente em prestação de serviços confere-lhe participação nos lucros de acordo com a porcentagem de contribuição, vedando-se sua responsabilização por perdas, ainda que convencionado em contrário.
- b) O contrato social pode dispensar a indicação da sede da sociedade, desde que conste o objeto

social e a identificação dos sócios, por se tratar de sociedade não empresária.

- c) Na omissão do contrato social, os administradores podem praticar todos os atos de gestão, inclusive aqueles que importem modificação do contrato, desde que voltados à consecução do objeto social.
- d) Salvo estipulação contratual em sentido diverso, os sócios participam dos lucros e das perdas na proporção de suas respectivas quotas, sendo nula a cláusula que exclua qualquer sócio da participação nos lucros.
- e) A responsabilidade dos sócios pelas obrigações sociais é sempre solidária entre os sócios e ilimitada, independentemente de previsão contratual, por se tratar de sociedade simples.

119. No que se refere à desconsideração da personalidade jurídica, à luz do art. 50 do Código Civil, é correto afirmar que:

- a) A mera insolvência da pessoa jurídica autoriza, por si só, a desconsideração da personalidade jurídica, independentemente da demonstração de abuso.
- b) Configura hipótese legal de desconsideração a simples confusão patrimonial decorrente do inadimplemento de obrigações pela pessoa jurídica.
- c) A desconsideração da personalidade jurídica pressupõe a demonstração de abuso da personalidade, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, permitindo que os efeitos de determinadas obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos sócios ou administradores.
- d) O reconhecimento judicial da desconsideração implica a extinção da pessoa jurídica, com a consequente responsabilização definitiva dos sócios por todas as obrigações sociais.
- e) A desconsideração da personalidade jurídica somente pode ser aplicada às sociedades empresárias, sendo inaplicável às associações e fundações.

120. No que se refere à sociedade limitada, é correto afirmar que:

- a) Na sociedade limitada, a responsabilidade dos sócios é sempre solidária e ilimitada pelas obrigações sociais, em razão da autonomia patrimonial da pessoa jurídica.
- b) A integralização do capital social é requisito para a constituição da sociedade limitada, sendo nulo o contrato social que preveja integralização futura das quotas subscritas.
- c) O contrato social pode prever que a administração seja exercida por pessoa estranha ao quadro societário, desde que aprovada por pelo menos dois terços dos sócios enquanto o capital não estiver integralizado.
- d) A cessão de quotas a terceiros independe da manifestação dos demais sócios, bastando a averbação do instrumento no registro competente.
- e) O sócio que se retirar da sociedade limitada responde ilimitadamente pelas obrigações sociais contraídas até dois anos após a averbação de sua retirada.

DIREITO FINANCEIRO

Luciana Marinho

Acerca do assunto Receita Pública, julgue os itens que se seguem.

121. As receitas intraorçamentárias foram introduzidas no sistema orçamentário brasileiro com a finalidade de evitar a dupla contagem de receitas e despesas no processo de consolidação das contas públicas, especialmente no âmbito da mesma esfera de governo.

Caracterizam corretamente as receitas intraorçamentárias aquelas que

- a) representam ingressos definitivos no patrimônio público.

- b) decorrem da exploração econômica direta de bens e serviços pelo Estado.

- c) financiam exclusivamente despesas de capital.

- d) resultam de operações realizadas entre órgãos, fundos e entidades integrantes do mesmo ente federativo.

- e) são arrecadadas por entes distintos e transferidas voluntariamente.

122. Segundo a Lei nº 4.320/1964 e a classificação por natureza da receita adotada no orçamento público, os ingressos decorrentes do recebimento de valores relativos à devolução de recursos anteriormente concedidos pelo poder público, inclusive aqueles provenientes da amortização de empréstimos, devem ser classificados como

- a) receitas correntes patrimoniais, por representarem acréscimos ao patrimônio público sem caráter definitivo.

- b) receitas correntes financeiras, por decorrerem de operações ativas do Estado.

- c) receitas extraorçamentárias, por representarem mera movimentação financeira.

- d) transferências de capital, por não haver contraprestação direta do ente recebedor.

- e) receitas de capital, por constituírem retorno de aplicações financeiras realizadas pelo poder público.

Acerca do assunto Créditos adicionais, julgue o item que se segue.

123. Nos termos da Lei nº 4.320/1964, a lei orçamentária anual deve conter, como regra, apenas a previsão das receitas e a fixação das despesas do exercício financeiro correspondente, vedada a inclusão de matérias estranhas à autorização orçamentária.

O princípio orçamentário explicitamente relacionado a essa vedação denomina-se

- a) princípio da universalidade, que exige a inclusão de todas as receitas e despesas.
- b) princípio da unidade, que determina a existência de um único orçamento.
- c) princípio da exclusividade, que impede a inserção de matérias estranhas à previsão da receita e à fixação da despesa.
- d) princípio do equilíbrio, que exige igualdade entre receitas e despesas.
- e) princípio da anualidade, que limita a vigência do orçamento a um exercício financeiro.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

124. No que se refere aos delitos praticados contra a Administração Pública, conforme disciplinado no Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) O crime de peculato possui natureza de crime próprio e admite a modalidade culposa.
- b) A diferença entre concussão e corrupção passiva está no fato de que, na primeira, o agente público solicita ou recebe vantagem indevida, enquanto, na segunda, ele a exige.
- c) Configura-se a prevaricação quando o servidor público deixa de praticar ou retarda ato de ofício, violando dever funcional, em razão de pedido ou influência de terceiros.
- d) A prática de coação durante a tramitação de processo administrativo não constitui ilícito penal,

caracterizando apenas infração de natureza disciplinar.

- e) O delito de falso testemunho ou falsa perícia somente se caracteriza quando a conduta é praticada por testemunha ou perito exclusivamente em processo judicial.

125. Carlos, empresário, ofereceu vantagem indevida a um agente público com o objetivo de obter facilidades na aprovação de um contrato junto à Administração Pública. À luz do que dispõe o Código Penal Brasileiro, a conduta praticada por Carlos caracteriza:

- a) Corrupção passiva, uma vez que foi oferecida vantagem ao servidor público.
- b) Corrupção ativa, pois o particular ofereceu vantagem indevida a funcionário público.
- c) Peculato, por envolver interesse patrimonial relacionado à Administração Pública.
- d) Concussão, já que o agente público teria exigido vantagem indevida.
- e) Improbidade administrativa, sendo a conduta sancionada exclusivamente na esfera cível.

DIREITO TRIBUTÁRIO*Fernando Maurício*

126. Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

- I-) São constitucionais as taxas estaduais pela utilização efetiva ou potencial dos serviços públicos de prevenção e combate a incêndios, busca, salvamento ou resgate prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição pelos corpos de bombeiros militares.
- II-) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.
- III-) A depender do tributo, ele pode ser cobrado mediante atividade administrativa vinculada ou discricionária.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

127. A respeito dos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

- I-) Um tributo é considerado extrafiscal quando a Lei que o cria nomeia outra pessoa jurídica para ser sujeito ativo, e destina-lhe os recursos arrecadados.
- II-) Em regra, é vedada a destinação do produto da arrecadação dos impostos a órgão, fundo ou despesa.
- III-) Compete à União instituir nos Territórios Federais os impostos Estaduais e Municipais, ainda que estes Territórios sejam divididos em Municípios.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

128. Entre as situações abaixo, a única que, necessariamente, se submete ao Princípio da Legalidade é:

- a) Redução e restabelecimento de alíquota da CIDE-Combustíveis.
- b) Fixação de alíquota do ICMS-Combustível.
- c) Alteração da alíquota do IOF.
- d) Alteração da alíquota do IR.
- e) Alteração de Prazo de Recolhimento de Tributo.

129. Em relação aos conceitos, classificações, princípios e imunidades tributários, indique a alternativa correta.

- a) Pode o Presidente da República editar, em caso de relevância e urgência, medida provisória, com força de lei, para instituir imposto sobre grandes fortunas.
- b) A União, os Estados, e o Distrito Federal, poderão instituir, na iminência ou no caso de guerra externa, Impostos extraordinários de Guerra.
- c) Todas as contribuições, sem exceção, sujeitam-se à lei complementar de normas gerais.
- d) Alíquotas “*ad valorem*” são aquelas que incidem sobre uma unidade de medida específica.
- e) Livros digitais e os equipamentos eletrônicos destinados à sua leitura são imunes à incidência de tributos.

130. Com relação à Competência tributária, analise as afirmativas a seguir.

I-) A capacidade tributária ativa compreende funções de arrecadar e fiscalizar tributos, atribuições que, igualmente à competência tributária, são indelegáveis.

II-) Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerão à competência legislativa daquela pessoa a que tenham sido constitucionalmente atribuídos.

III-) Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II e III, apenas.

131. Com relação ao lançamento tributário, analise os itens a seguir:

I-) Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento.

II-) O lançamento é um procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente.

III-) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

132. Em relação à moratória, julgue os itens a seguir:

I-) A moratória em caráter geral somente pode ser concedida por despacho da autoridade administrativa, desde que autorizada por lei.

II-) A moratória não aproveita aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou do terceiro em benefício daquele.

III-) A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumprira ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

133. As garantias e privilégios do crédito tributário estão consagrados no Código Tributário Nacional e em outras leis tributárias, em função da natureza ou das características do tributo a que se refiram. Sobre o tema, é correto afirmar:

- a) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário altera a natureza da obrigação tributária a que corresponda.
- b) Responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, excluídos os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.
- c) Os bens gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade não respondem pelo pagamento do crédito tributário, pois sempre são impenhoráveis.
- d) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário inscrito ou não na dívida ativa.
- e) Após inscrição na dívida ativa do crédito tributário, a alienação pelo devedor de parte de seus bens caracterizará fraude, ainda que este reserve bens ou rendas suficientes para o pagamento total do crédito tributário devido.

134. A respeito da Dívida Ativa e da Certidão Negativa, julgue os itens a seguir:

- I-) A dívida tributária, ainda que não inscrita, goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.
- II-) A presunção de certeza e liquidez da dívida ativa regularmente inscrita é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.
- III-) A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou

atividade e indique o período a que se refere o pedido.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

135. Conforme prevê a Constituição Federal, em relação às novidades trazidas pela Reforma Tributária, o Sistema Tributário Nacional deve observar diversos princípios, exceto:

- a) da simplicidade.
- b) da transparência.
- c) da justiça tributária.
- d) da economicidade.
- e) e da defesa do meio ambiente.

136. Conforme dispõe a Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 132/2023, julgue os itens a seguir:

I-) O produto da arrecadação do IBS e da CBS, incidentes sobre operações contratadas pela administração pública direta, por autarquias e por fundações públicas, inclusive suas importações, será integralmente destinado ao ente federativo contratante, mediante redução a zero das alíquotas do imposto e da contribuição devidos aos demais entes e equivalente elevação da alíquota do tributo devido ao ente contratante.

II-) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre entidades religiosas e templos de qualquer culto, exceto suas organizações assistenciais e beneficentes.

III-) É possível o Imposto Seletivo ter a mesma Base de Cálculo e o mesmo Fato Gerador do IBS – Imposto sobre Bens e Serviços.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II, apenas.
- d) I, II e III.
- e) III, apenas.

137. Em relação ao momento de ocorrência do fato gerador do IBS e da CBS, a Lei Complementar 214/2025 estabelece regras específicas para operações de execução continuada ou fracionada em que não seja possível identificar o momento exato de entrega ou disponibilização do bem ou do término do fornecimento do serviço. Nesses casos, como os de fornecimento de água ou energia elétrica, o fato gerador considera-se ocorrido no momento em que:

- a) O contrato de fornecimento é assinado entre as partes.
- b) O pagamento se torna devido.
- c) A medição do consumo é realizada.

d) O serviço é efetivamente consumido pelo destinatário.

e) A fatura é emitida pela empresa fornecedora.

138. Uma empresa realiza um pagamento parcial antecipado por um fornecimento de bens que ocorrerá no futuro. De acordo com a Lei Complementar 214/2025, no caso de pagamento, integral ou parcial, antes do fornecimento, como são tratadas as antecipações dos tributos (IBS e CBS) na data de pagamento de cada parcela?

a) As antecipações são calculadas com base no valor total da operação e as alíquotas vigentes na data do fornecimento.

b) Serão exigidas antecipações dos tributos, calculadas com base no valor de cada parcela paga e as alíquotas vigentes na data do pagamento de cada parcela, constando como débitos na apuração.

c) As antecipações são consideradas créditos para o fornecedor na apuração do tributo.

d) Não há exigência de antecipação de tributos até que o fornecimento efetivo ocorra.

e) O valor da antecipação é desconsiderado para fins de cálculo do tributo até a conclusão da operação.

139. Uma clínica de fisioterapia oferece consultas online, por meio de videoconferência, para pacientes de diferentes localidades. O serviço também pode ser prestado fisicamente sobre o paciente que vai até a clínica, e é uma atividade onerosa. De acordo com a LC 214/25, qual será o local da operação para fins de IBS e CBS, considerando o serviço prestado à distância?

a) O local do domicílio do prestador do serviço.

b) O local da prestação física do serviço, ou seja, onde o fisioterapeuta se encontra

c) O local do servidor onde a plataforma está hospedada.

d) O local de início da consulta.

e) O local onde o paciente reside, por se tratar do domicílio principal do adquirente do serviço.

140. Ao analisar a composição da base de cálculo do IBS e da CBS, a LC 214/25 estabelece certos valores que não devem ser incluídos. Assinale qual dos seguintes montantes **não** integra a base de cálculo do IBS e da CBS:

- a) Juros e encargos cobrados pelo fornecedor.
- b) O valor do transporte realizado pelo próprio fornecedor.
- c) O montante incidente da Contribuição para o Serviço de Iluminação Pública (COSIP).
- d) Descontos concedidos sob condição.
- e) Tributos incidentes sobre a operação, exceto aqueles especificados como não integrantes.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Fernando Maurício

141. Em relação ao IPVA-SP, conforme prevê a Lei 13.296/08, julgue os itens a seguir:

- I-) Veículos movidos exclusivamente a hidrogênio ou híbridos com motor elétrico e com motor a combustão que utilize, alternativa ou exclusivamente, etanol, desde que até certo valor determinado, será isento de IPVA no ano de 2026.
- II-) Ficam isentos do IPVA, no período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2029, os ônibus ou caminhões movidos exclusivamente a hidrogênio ou gás natural, inclusive biometano.
- III-) No caso de veículos novos, para efeito de contagem do número de meses restantes do ano civil, fica excluído o mês da ocorrência do fato gerador, se inferior a 10 dias.

Estão corretos apenas os itens:

- a) I e III
- b) II e III
- c) I e II
- d) I, II e III
- e) III

142. Em relação à responsabilidade pelo recolhimento do IPVA, assinale a alternativa correta:

- a) o adquirente responde subsidiariamente em relação ao IPVA do veículo adquirido sem o pagamento do imposto do exercício ou exercícios anteriores.
- b) o inventariante responde solidariamente em relação aos débitos devidos pelo espólio de IPVA.
- c) o tutor ou o curador responde subsidiariamente pelos débitos de IPVA de seu tutelado ou curatelado.
- d) a pessoa jurídica que resultar da fusão, incorporação ou cisão de outra ou em outra pessoa jurídica responde solidariamente em relação aos débitos devidos de IPVA deixados pela empresa sucedida.
- e) o titular do domínio ou o possuidor a qualquer título responde subsidiariamente pelos débitos de IPVA.

143. Assinale a alternativa que apresenta a Base de Cálculo do IPVA no caso de incorporação de veículo ao ativo permanente do fabricante:

- a) o valor médio das operações com veículos do mesmo tipo que tenha comercializado no mês anterior ao da ocorrência do fato gerador.
- b) o custo médio de produção do veículo.
- c) valor da operação de aquisição do veículo, constante do documento fiscal de aquisição.
- d) o valor de mercado
- e) a soma dos valores atualizados de aquisição de suas partes e peças e outras despesas, também atualizadas, que incorrerem na sua montagem.

144. A sociedade empresária XYZ Ltda., contribuinte do ICMS no Estado de São Paulo, adquiriu mercadorias de fornecedor paulista, com destaque regular do imposto em documento fiscal hábil. Posteriormente, parte dessas mercadorias foi destinada à realização de operações alcançadas por isenção do ICMS, algo que não era previsto no momento da aquisição da mercadoria.

Verificou-se, ainda, que outra aquisição realizada pela empresa decorreu de operação interestadual beneficiada por redução de base de cálculo concedida pelo Estado de origem, benefício esse concedido sem o devido convênio celebrado no âmbito do CONFAZ.

À luz das disposições do RICMS-SP é correto afirmar que:

- a) a XYZ poderá aproveitar integralmente os créditos do ICMS destacados nos documentos fiscais de aquisição, tanto em relação às operações isentas, quanto em relação àquelas decorrentes de benefício fiscal irregular, por força do princípio da não cumulatividade.
- b) a XYZ poderá manter os créditos relativos as entradas das mercadorias destinadas às operações isentas, mas deverá estornar os créditos oriundos da operação interestadual beneficiada por redução de base de cálculo concedida sem convênio.
- c) a XYZ deverá anular os créditos relativos às aquisições das mercadorias destinadas a operações isentas, mas poderá manter os créditos oriundos da operação interestadual, desde que o imposto tenha sido destacado em documento fiscal hábil.
- d) a XYZ não poderá manter os créditos relativos às aquisições de mercadorias destinadas a operações isentas, nem considerar como imposto anteriormente cobrado o valor destacado em documento fiscal decorrente de benefício fiscal concedido sem o devido convênio.
- e) a XYZ somente perderá o direito ao crédito se não houver destaque do imposto no documento fiscal, sendo irrelevante a natureza da operação subsequente ou a regularidade do benefício fiscal concedido pelo Estado de origem.

145. A sociedade empresária Metalúrgica Beta S.A., estabelecimento industrial localizado no Estado de São Paulo, apurou crédito acumulado de ICMS decorrente de suas operações próprias. No mesmo período, realizou as seguintes operações:

- adquiriu matéria-prima de fornecedor paulista para utilização na fabricação de seus produtos industriais;
- adquiriu máquinas industriais novas, destinadas à integração ao ativo imobilizado de seu estabelecimento industrial, com previsão de uso superior a um ano;
- possui outro estabelecimento da mesma empresa, também localizado no Estado de São Paulo.

Considerando o disposto no RICMS-SP acerca da transferência de crédito acumulado, é correto afirmar que:

- a) o crédito acumulado poderá ser transferido tanto para o outro estabelecimento da mesma empresa, quanto para estabelecimento fornecedor paulista, como forma de pagamento pela aquisição de matéria-prima e de máquinas industriais novas destinadas ao ativo imobilizado.
- b) o crédito acumulado somente poderá ser transferido para outro estabelecimento da mesma empresa, sendo vedada sua utilização como forma de pagamento a fornecedores.
- c) a transferência do crédito acumulado ao fornecedor somente seria possível na aquisição de mercadorias para revenda, não alcançando matéria-prima ou bens do ativo imobilizado.
- d) o crédito acumulado poderá ser transferido ao fornecedor apenas para pagamento de máquinas industriais, sendo vedada a transferência para aquisição de matéria-prima.
- e) a transferência do crédito acumulado depende exclusivamente de acordo entre as partes, independentemente da natureza da mercadoria adquirida ou da destinação do bem.

146. Salvo disposição em contrário, não se inclui na sujeição passiva por substituição, subordinando-se às normas comuns da legislação, a saída, promovida por estabelecimento responsável pela retenção do imposto, de mercadoria destinada a:

- a) integração ou consumo em processo de industrialização.
- b) estabelecimento paulista, quando a operação subsequente estiver amparada por isenção ou não-incidência.
- c) outro estabelecimento responsável pelo pagamento do imposto por sujeição passiva por substituição, em relação à mesma mercadoria ou a outra mercadoria enquadrada na mesma modalidade de substituição.
- d) estabelecimento situado em outro Estado.
- e) todas as anteriores.

147. Assinale a alternativa que apresenta uma hipótese que leva à Cassação / Suspensão da Inscrição Estadual:

- a) simulação de existência do estabelecimento ou da empresa.
- b) simulação do quadro societário da empresa.
- c) indicação incorreta da localização do estabelecimento.
- d) falta de prestação de garantia ao cumprimento das obrigações tributárias, quando exigida nos termos da legislação.
- e) indicação de outros dados cadastrais falsos.

148. A sociedade empresária ABX Indústria Ltda., contribuinte do ICMS no Estado de São Paulo, realizou, no mesmo período de apuração, as seguintes operações:

- I. adquiriu insumos destinados à fabricação de mercadorias cuja saída é isenta do ICMS, apropriando-se do crédito destacado na nota fiscal de entrada;
- II. tomou serviço de manutenção predial relativo a área administrativa da empresa, sem vínculo direto com sua atividade industrial;
- III. adquiriu mercadorias para revenda, regularmente tributadas, apropriando-se do crédito do ICMS, mas parte dessas mercadorias foi posteriormente furtada.

De acordo com RICMS-SP, é correto afirmar que:

- a) nas hipóteses I e II, o crédito do ICMS é vedado, e, na hipótese III, o contribuinte deve proceder ao estorno do crédito anteriormente apropriado.
- b) apenas na hipótese I o crédito é vedado, sendo admitido o crédito nas hipóteses II e III, ainda que haja extravio da mercadoria.
- c) na hipótese II há apenas obrigação de estorno do crédito, enquanto nas hipóteses I e III o crédito é definitivamente vedado.
- d) nas hipóteses I e III o crédito é vedado, enquanto na hipótese II o contribuinte deve apenas proceder ao estorno do imposto.
- e) o crédito do ICMS é admitido em todas as hipóteses, desde que a entrada da mercadoria ou a prestação do serviço tenha sido regularmente documentada.

149. Em relação ao procedimento de apreensão, conforme dispõe o RICMS-SP, julgue os itens a seguir:

I-) O veículo transportador não será retido, ressalvada a restrição da sua circulação pelo tempo necessário às providências de apreensão, remoção, armazenagem e seguro dos bens e mercadorias.

II-) A critério da autoridade fiscal, os bens e mercadorias apreendidos poderão ser devolvidos ao contribuinte antes do pagamento das despesas decorrentes das remoções e depósitos anteriores, quando devidas.

III-) Os bens ou mercadorias apreendidos podem ser depositados, a juízo da autoridade fiscal em mãos do próprio detentor.

Estão corretos apenas os itens:

- a) I e III
- b) II e III
- c) I e II
- d) I, II e III
- e) III

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Rafael Rocha (Caverna)

150. De acordo com a lei estadual que rege o ITCMD, assinale a opção incorreta:

- a) Nas transmissões sujeitas à incidência do imposto, ocorrem tantos fatos geradores distintos quantos forem os herdeiros, legatários, donatários ou usufrutuários, ainda que o bem ou direito seja indivisível.
- b) A antecipação da legítima, a herança, o legado, ainda que gravados, e a doação com encargo sujeitam-se ao imposto normalmente.
- c) Considera-se meação, o valor atribuído ao meeiro, cônjuge ou companheiro, superior à fração ideal a qual fazem jus.

d) No cálculo do imposto, não serão abatidas quaisquer dívidas que onerem o bem transmitido, nem as do espólio.

e) Incide o ITCMD sobre a transmissão de bem ou direito por qualquer título sucessório, inclusive o fideicomisso.

151. De acordo com a legislação estadual que rege o ITCMD, assinale a situação em que o imposto será devido a SP.

- a) João, residente em SP, doa a nua-propriedade de um imóvel localizado em SE a seu irmão, residente no ES.
- b) João, residente em SC, doa o usufruto de cotas de capital social de uma empresa que é sócio, com sede no ES, a seu irmão, residente em SP.
- c) João, residente em SP, doa um veículo, licenciado no ES, a seu irmão, residente em PE.
- d) João, residente em PE, doa R\$ 100.000,00 de uma conta bancária sua a seu irmão, residente em SP.
- e) João, residente em SP, doa o usufruto relativo a um apartamento, localizado no MT, a seu irmão, residente em PE.

152. De acordo com a lei estadual que rege o PAT, assinale a opção incorreta acerca das intimações e dos prazos:

- a) Considera-se efetuada a intimação, se por edital, no 5º dia útil posterior ao da data de sua publicação.
- b) Valendo-se de critérios de oportunidade e conveniência, a Administração Pública poderá implementar as intimações de modo pessoal, que será feita mediante ciência do interessado ou de seu representante habilitado, ou por intermédio de carta registrada, com aviso de recebimento, expedida para o endereço indicado pelo interessado.
- c) Os prazos serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia de início e incluindo-se o de vencimento.
- d) Decorrido o prazo, extingue-se automaticamente o direito de praticar o ato, salvo se o interessado provar que não o realizou em razão de evento imprevisto, alheio à vontade da parte, e que a impediu de praticar o ato por si ou por mandatário.
- e) O prazo para a prática de ato processual a cargo da parte será de 10 (dez) dias quando este não for fixado na lei, no regulamento ou pela autoridade julgadora.

153. De acordo com a lei complementar nº 939/03, os bens, mercadorias, livros, documentos, impressos, papéis, arquivos eletrônicos ou programas de computador apreendidos ou entregues pelo contribuinte, excetuados aqueles que constituam prova de infração à legislação tributária, serão devolvidos no prazo de:

- a) 180 dias.
- b) 120 dias.
- c) 90 dias.
- d) 60 dias.
- e) 30 dias.

154. De acordo com a lei estadual que rege o PAT, julgue os itens a seguir acerca do pedido de Reforma dos Julgados Administrativos.

- I. A apresentação do pedido de reforma deverá ser feita no prazo de 60 dias.
- II. A apresentação do pedido de reforma cabe, exclusivamente, à Diretoria da Representação Fiscal.
- III. A apresentação do pedido de reforma dar-se-á mediante petição fundamentada dirigida ao Presidente do Tribunal de Impostos e Taxas, o qual exercerá o juízo de admissibilidade.
- IV. Cabe reforma da decisão contrária à Fazenda Pública do Estado, da qual não caiba a interposição de recurso, quando a decisão reformanda adotar interpretação da legislação tributária divergente da adotada pela jurisprudência firmada nos tribunais judiciários.

É (são) correto(s), apenas:

- a) Todos os itens.
- b) II e IV.
- c) I, III e IV.
- d) I, II e III.
- e) III e IV.

155. De acordo com a lei estadual que rege o PAT, assinale a opção incorreta acerca do recurso especial:

- a) poderá ser interposto tanto pelo autuado como pela Fazenda Pública do Estado.
- b) em nenhuma hipótese, admitir-se-á recurso especial que contrarie decisão tomada em sessão temática da Câmara Superior do Tribunal.
- c) ele será fundado em dissídio entre a interpretação da legislação adotada pelo acórdão recorrido e a adotada em outro acórdão não reformado, proferido por qualquer das Câmaras do Tribunal de Impostos e Taxa.
- d) o juízo de admissibilidade do recurso especial compete ao Presidente do Tribunal de Impostos e Taxas.
- e) computar-se-á em dobro o prazo para contrarrazoar o recurso especial, quando a parte recorrida for a Fazenda Pública do Estado.

CONTABILIDADE GERAL

Gilmar Possati

156. A sociedade empresária “Audazes Ltda.” realizou a compra de mercadorias para revenda em 15/03/2023. A Nota Fiscal apresentava os seguintes dados:

- Valor total dos produtos: R\$ 200.000,00.
- IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) destacado na nota: R\$ 10.000,00.
- ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) destacado na nota (alíquota de 18%): R\$ 36.000,00.
- Valor total da Nota Fiscal: R\$ 210.000,00.

Adicionalmente, a empresa pagou R\$ 5.000,00 referente ao frete para transporte das mercadorias até seu depósito (o ICMS sobre o frete é de 12% e é recuperável) e R\$ 2.000,00 de seguro de transporte. A empresa é contribuinte do ICMS no

regime não cumulativo, mas não é contribuinte do IPI.

Com base na NBC TG 16 (R2) – Estoques, o custo de aquisição a ser reconhecido no estoque de mercadorias da empresa é de:

- a) R\$ 174.000,00.
- b) R\$ 180.400,00.
- c) R\$ 181.000,00.
- d) R\$ 190.400,00.
- e) R\$ 216.400,00.

157. Em 01/10/20X2, a Cia. Audazes adquiriu um veículo para uso administrativo por R\$ 120.000,00 à vista. A empresa estimou a vida útil econômica do veículo em 5 anos e um valor residual de R\$ 20.000,00 ao final desse período. A empresa adota o método das quotas constantes para depreciação e inicia o cálculo no momento em que o bem está disponível para uso (o que ocorreu na data da compra). Em 31/12/20X3, a empresa vendeu esse veículo por R\$ 98.000,00 à vista.

O resultado apurado na venda do imobilizado (ganho ou perda de capital) que a Cia. Audazes deve reconhecer em sua Demonstração do Resultado de 20X3 é:

- a) Perda de R\$ 2.000,00.
- b) Ganho de R\$ 3.000,00.
- c) Ganho de R\$ 8.000,00.
- d) Perda de R\$ 22.000,00.
- e) Ganho de R\$ 18.000,00.

158. De acordo com a Lei n. 6.404/1976 e suas alterações posteriores (Leis n.11.638/2007 e n. 11.941/2009), bem como as normas do CPC, sobre a classificação dos itens patrimoniais e a estrutura do Balanço Patrimonial, é correto afirmar:

- a) As despesas do exercício seguinte devem ser classificadas no Ativo Não Circulante, independentemente do prazo de realização, devido à sua natureza de despesa antecipada.
- b) No Passivo, as contas serão classificadas nos grupos Circulante e Não Circulante, sendo que o Patrimônio Líquido é considerado um subgrupo do Passivo Não Circulante para fins de apresentação.
- c) O Ativo Diferido, que representava as aplicações de recursos em despesas que contribuiriam para a formação do resultado de mais de um exercício social, continua existindo, mas sua mensuração é restrita a gastos pré-operacionais.
- d) Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido, são classificados no Ativo Intangível.
- e) As obrigações da companhia, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do ativo imobilizado, devem ser classificadas no Passivo Circulante quando se vencerem no exercício seguinte, e no Patrimônio Líquido quando não tiverem prazo de vencimento fixado.

159. A farmacêutica “Cura Audaz S.A.” iniciou um projeto interno para o desenvolvimento de um novo medicamento em 02/01/20X3. Durante o ano de 20X3, a empresa incorreu nos seguintes gastos relacionados ao projeto:

- Fase de Pesquisa (janeiro a março): Gastos com cientistas e laboratórios no valor de R\$ 300.000,00.
- Fase de Desenvolvimento (abril a junho): Gastos de R\$ 200.000,00. Durante este período, a viabilidade técnica e econômica do projeto ainda estava sendo analisada e não havia certeza sobre a geração de benefícios futuros.
- Fase de Desenvolvimento (julho a novembro): Gastos de R\$ 600.000,00. A partir de 01/07, a empresa obteve a aprovação regulatória preliminar e preencheu todos os requisitos exigidos pelo CPC 04 (Ativo Intangível) para reconhecimento do ativo, demonstrando viabilidade técnica e intenção de concluir o projeto.
- Gastos com treinamento da equipe de vendas (dezembro): R\$ 50.000,00, para preparar o lançamento do produto.

O registro da patente foi concluído em 01/12/20X3. Com base na NBC TG 04 (R1) – Ativo Intangível, o valor reconhecido no Ativo Não Circulante – Intangível da empresa, referente a este projeto, em 31/12/20X3, é de:

- a) R\$ 600.000,00
- b) R\$ 650.000,00
- c) R\$ 800.000,00
- d) R\$ 850.000,00
- e) R\$ 1.150.000,00

160. Uma empresa possui uma máquina industrial adquirida por R\$ 800.000,00. Até 31/12/20X3, a depreciação acumulada dessa máquina era de R\$ 200.000,00. Diante de indícios de desvalorização, a empresa realizou o Teste de Recuperabilidade (Impairment) nesta data e levantou as seguintes informações:

- Valor Justo Líquido de Despesas de Venda: Estimado em R\$ 540.000,00 (Valor de venda de R\$ 560.000,00 menos despesas de venda de R\$ 20.000,00).
- Valor em Uso: Estimado em R\$ 580.000,00 (Valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados).

Com base no CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o valor contábil da máquina a ser apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/20X3 e a perda por desvalorização a ser reconhecida no resultado são, respectivamente:

- a) R\$ 600.000,00 e Zero (não há perda).
- b) R\$ 580.000,00 e R\$ 20.000,00.
- c) R\$ 540.000,00 e R\$ 60.000,00.
- d) R\$ 560.000,00 e R\$ 40.000,00.
- e) R\$ 580.000,00 e R\$ 220.000,00.

161. O departamento jurídico da Cia. Audazes apresentou à diretoria, em 31/12/20X3, o relatório sobre três processos judiciais em andamento contra a empresa:

1. Processo Trabalhista: Os advogados avaliam que a perda é provável e estimam, com segurança, um desembolso de R\$ 150.000,00.
2. Processo Tributário: Os advogados avaliam que a perda é possível, estimando um desembolso de R\$ 300.000,00.
3. Processo Cível: Os advogados avaliam que a perda é remota, com valor estimado de R\$ 500.000,00.

Considerando o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o tratamento contábil correto para esses processos nas demonstrações de 31/12/20X3 é:

- a) Reconhecer uma Provisão de R\$ 950.000,00 no Passivo.
- b) Reconhecer uma Provisão de R\$ 450.000,00 no Passivo e divulgar em notas explicativas o processo Cível.
- c) Reconhecer uma Provisão de R\$ 150.000,00 no Passivo e divulgar em notas explicativas o processo Tributário.
- d) Reconhecer uma Provisão de R\$ 150.000,00 no Passivo e não divulgar nada sobre os demais processos.
- e) Não reconhecer nenhuma provisão no Passivo, apenas divulgar todos os processos em notas explicativas.

162. A Cia. Comercial “Vende Tudo” apresentou os seguintes dados referentes às operações realizadas no exercício de 20X3:

- Receita Bruta de Vendas: R\$ 500.000,00
- Devoluções de Vendas: R\$ 20.000,00
- Descontos Incondicionais Concedidos (destacados na nota): R\$ 15.000,00
- Descontos Condicionais Concedidos (por pagamento antecipado): R\$ 8.000,00
- Impostos sobre Vendas (ICMS, PIS e COFINS): R\$ 90.000,00
- Fretes sobre Vendas (pagos pela empresa): R\$ 12.000,00
- Custo das Mercadorias Vendidas (CMV): R\$ 180.000,00

Com base estritamente na estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) prevista na legislação societária, o valor da Receita Líquida de Vendas e do Lucro Bruto apurados foram, respectivamente:

- a) R\$ 375.000,00 e R\$ 195.000,00
- b) R\$ 375.000,00 e R\$ 183.000,00
- c) R\$ 367.000,00 e R\$ 187.000,00
- d) R\$ 390.000,00 e R\$ 210.000,00
- e) R\$ 363.000,00 e R\$ 183.000,00

163. O Patrimônio Líquido da Cia. Rentável apresentava, em 31/12/20X2, um saldo de Capital Social de R\$ 800.000,00 e um saldo de Reserva Legal de R\$ 156.000,00. No exercício findo em 31/12/20X3, a empresa apurou um Lucro Líquido do Exercício de R\$ 120.000,00. O estatuto da companhia é omissivo quanto ao dividendo obrigatório, aplicando-se, portanto, a regra geral da Lei das S.A. (Lei nº 6.404/76).

Considerando que não houve outras destinações (como reservas estatutárias ou de contingência), os valores a serem constituídos como Reserva Legal e distribuídos como Dividendos Mínimos Obrigatórios referentes ao exercício de 20X3 são, respectivamente:

- a) R\$ 6.000,00 e R\$ 57.000,00
- b) R\$ 4.000,00 e R\$ 58.000,00
- c) R\$ 6.000,00 e R\$ 28.500,00
- d) R\$ 4.000,00 e R\$ 29.000,00
- e) R\$ 4.000,00 e R\$ 60.000,00

164. A Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) é uma demonstração contábil obrigatória que visa evidenciar as alterações no patrimônio líquido decorrentes de transações e outros eventos que não sejam derivados de transações com os sócios. Considere os seguintes dados da Cia. Audazes em 20X3:

- Lucro Líquido do Exercício: R\$ 200.000,00.
- Aumento de Capital Social em dinheiro: R\$ 50.000,00.
- Perdas derivadas de conversão de demonstrações contábeis de operação no exterior: (R\$ 30.000,00).
- Ganhos na remensuração de ativos financeiros disponíveis para venda (valor justo por meio de outros resultados abrangentes): R\$ 10.000,00.
- Distribuição de Dividendos: R\$ 50.000,00.

O Resultado Abrangente Total do período foi de:

- a) R\$ 130.000,00
- b) R\$ 180.000,00

- c) R\$ 200.000,00
- d) R\$ 230.000,00
- e) R\$ 280.000,00

165. A Cia. Audazes apresentou as seguintes transações registradas em sua contabilidade durante o exercício de 20X3, que afetaram as contas do Patrimônio Líquido:

1. Apuração de Lucro Líquido do Exercício no valor de R\$ 500.000,00.
2. Aumento de Capital Social com utilização de saldos de Reservas de Lucros no valor de R\$ 100.000,00.
3. Aquisição de ações da própria companhia (Ações em Tesouraria) por R\$ 40.000,00.
4. Declaração e provisionamento de Dividendos Obrigatórios no valor de R\$ 120.000,00.
5. Constituição de Reserva Legal no valor de R\$ 25.000,00.

Considerando apenas esses eventos, a variação líquida total (aumento ou diminuição) no saldo do Patrimônio Líquido da Cia. Audazes em 20X3 foi de:

- a) Aumento de R\$ 315.000,00.
- b) Aumento de R\$ 340.000,00.
- c) Aumento de R\$ 440.000,00.
- d) Aumento de R\$ 415.000,00.
- e) Aumento de R\$ 215.000,00.

166. Em 01/10/20X3, a empresa de consultoria “Soluções Rápidas e Audazes Ltda.” Firmou um contrato para prestar serviços de assessoria contínua a um cliente pelo prazo de 24 meses. O valor total do contrato foi fixado em R\$ 240.000,00. O cliente realizou o pagamento integral do contrato à vista, na data da assinatura (01/10/20X3). A empresa iniciou a prestação dos serviços imediatamente.

De acordo com o Princípio da Competência e as normas de reconhecimento de receita, os valores que a “Soluções Rápidas e Audazes Ltda.” Deve apresentar em suas demonstrações contábeis de 31/12/20X3 são:

- a) Receita de Serviços de R\$ 240.000,00 na DRE e Passivo Zero.
- b) Receita de Serviços de R\$ 30.000,00 na DRE e Receita Diferida (Passivo) de R\$ 210.000,00 no Balanço Patrimonial.
- c) Receita de Serviços de R\$ 10.000,00 na DRE e Receita Diferida (Passivo) de R\$ 230.000,00 no Balanço Patrimonial.
- d) Receita de Serviços de R\$ 60.000,00 na DRE e Receita Diferida (Passivo) de R\$ 180.000,00 no Balanço Patrimonial.
- e) Receita Financeira de R\$ 240.000,00 na DRE, pois o recebimento foi em dinheiro.

167. A Cia. Fluxo Audaz e Constante está elaborando sua Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) pelo Método Indireto. O contador apurou as seguintes informações referentes ao exercício de 20X5:

- Lucro Líquido do Exercício: R\$ 150.000,00.
- Despesa de Depreciação e Amortização: R\$ 25.000,00.
- Ganho (Lucro) na venda de Imobilizado: R\$ 10.000,00.
- Aumento no saldo de Contas a Receber (Clientes): R\$ 40.000,00.
- Aumento no saldo de Fornecedores: R\$ 15.000,00.
- Diminuição no saldo de Estoques: R\$ 5.000,00.

Com base nessas informações, o Fluxo de Caixa Líquido gerado pelas Atividades Operacionais foi de:

- a) R\$ 145.000,00
- b) R\$ 135.000,00
- c) R\$ 165.000,00
- d) R\$ 125.000,00
- e) R\$ 155.000,00

168. A Cia. Industrial possui uma máquina em sua linha de produção com os seguintes saldos em 31/12/20X3, antes de qualquer ajuste de *impairment*:

- Custo de Aquisição: R\$ 200.000,00
- Depreciação Acumulada: R\$ 60.000,00

Ao realizar o Teste de Recuperabilidade (Impairment Test), a empresa apurou as seguintes informações sobre este ativo:

- Valor em Uso (fluxos de caixa futuros descontados): R\$ 135.000,00.
- Valor Justo Líquido de Despesa de Venda (valor de mercado): R\$ 130.000,00.

Com base no CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o valor contábil final da máquina a ser apresentado no Balanço Patrimonial e o valor da perda a ser reconhecida no resultado são, respectivamente:

- a) R\$ 140.000,00 e R\$ 0,00.
- b) R\$ 135.000,00 e R\$ 5.000,00.
- c) R\$ 130.000,00 e R\$ 10.000,00.
- d) R\$ 135.000,00 e R\$ 0,00.
- e) R\$ 140.000,00 e R\$ 5.000,00.

169. A Cia. Exata possui uma provisão para riscos cíveis registrada em seu Passivo Não Circulante com saldo contábil de R\$ 80.000,00 em 31/12/2023 (antes de qualquer ajuste de encerramento do exercício). Nesta mesma data (31/12/2023), o departamento jurídico revisou o processo e forneceu as seguintes estimativas atualizadas e confiáveis:

O valor nominal provável a ser desembolsado passou a ser de R\$ 121.000,00.

A data prevista para o pagamento (liquidação) é 31/12/2025 (daqui a exatos 2 anos).

A taxa de desconto (juros) livre de risco adequada para a empresa é de 10% ao ano.

Considerando o CPC 25, que exige o ajuste a valor presente quando o efeito do tempo no dinheiro é material, o valor da Provisão a ser apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2023 e o impacto (ajuste) a ser reconhecido no Resultado do exercício de 2023 são, respectivamente:

- a) R\$ 121.000,00 e Despesa (Perda) de R\$ 41.000,00.
- b) R\$ 100.000,00 e Despesa (Perda) de R\$ 20.000,00.
- c) R\$ 100.000,00 e Receita (Reversão) de R\$ 20.000,00.
- d) R\$ 110.000,00 e Despesa (Perda) de R\$ 30.000,00.
- e) R\$ 80.000,00 e Nulo (sem impacto).

170. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, para que a informação contábil seja útil, ela deve ser relevante e representar fidedignamente o que se propõe a representar. A utilidade da informação financeira é melhorada se ela for comparável, verificável, tempestiva e compreensível. No que tange especificamente à característica qualitativa fundamental da Representação Fidedigna, para ser perfeitamente fidedigna, a descrição de um fenômeno econômico deve possuir três atributos:

- a) Ser relevante, material e ter valor preditivo.
- b) Ser completa, neutra e isenta de erros.

- c) Ser comparável, consistente e transparente.
- d) Ser prudente, verificável e tempestiva.
- e) Ser compreensível, precisa e ter valor confirmatório.

AUDITORIA

Tonyvan Carvalho

171. Segundo a Estrutura Conceitual da NBC TA aplicável aos trabalhos de asseguarção, as modalidades de asseguarção razoável e de asseguarção limitada diferenciam-se quanto ao nível de risco aceitável pelo auditor e quanto à intensidade dos procedimentos empregados. Considerando essa distinção, assinale a opção correta.

- a) na asseguarção limitada, o risco do trabalho é menor e os procedimentos são mais extensos.
- b) na asseguarção razoável, o risco do trabalho é maior e os procedimentos são menos abrangentes.
- c) na asseguarção limitada, o risco do trabalho é maior do que na razoável e os procedimentos tendem a ser menos abrangentes.
- d) o risco do trabalho é equivalente nas duas modalidades, variando apenas o relatório.
- e) na asseguarção razoável, o risco do trabalho é reduzido, mas somente se houver exame de 100% dos itens.

172. Se a administração impõe, antes do início, uma limitação ao alcance que provavelmente resultará em impossibilidade de obter evidência apropriada e suficiente, o auditor deve

- a) aceitar o trabalho e emitir opinião com ressalva ao final.
- b) aceitar o trabalho e emitir abstenção de opinião como procedimento padrão.
- c) não aceitar o trabalho, salvo se exigido por lei ou regulamento.
- d) aceitar o trabalho apenas se houver auditoria contínua por 3 anos.
- e) aceitar o trabalho e substituir evidências externas por indagações.

173. A confiabilidade das informações a serem utilizadas como evidência de auditoria e, portanto, da própria auditoria, é influenciada pela sua fonte e sua natureza, e pelas circunstâncias nas quais são obtidas, incluindo os controles sobre sua elaboração e manutenção, quando relevante. Nesse contexto, é mais correto afirmar que a evidência

- a) interna é sempre superior à externa.
- b) externa é sempre superior à interna, sem exceções.
- c) gerada internamente é mais confiável quando controles sobre sua elaboração e manutenção são efetivos.
- d) documental é sempre inferior à evidência obtida por indagação.
- e) obtida por observação é sempre conclusiva e suficiente por si só.

174. São exemplos de riscos que o auditor independente influencia diretamente:

- a) risco de amostragem e risco de auditoria.
- b) risco de auditoria e risco de avaliação.
- c) risco inerente e risco de controle.
- d) risco detecção e risco de mensuração ou avaliação.

e) risco inerente e risco de mensuração ou avaliação.

175. Se o acompanhamento da contagem física dos estoques for impraticável, o auditor deve aplicar procedimentos alternativos de auditoria para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente com relação à existência e às condições do estoque. Se isso não for possível, o auditor deve:

- a) aceitar contagens feitas somente pelo almoxarifado, sem presença do auditor.
- b) modificar a opinião no seu relatório de auditoria.
- c) substituir a contagem física por confirmação externa de clientes.
- d) concluir que estoque não é auditável e abster-se automaticamente.
- e) restringir-se a procedimentos analíticos, por serem suficientes.

176. De acordo com a NBC TA 265, o auditor deve comunicar as deficiências significativas de controle interno

- a) apenas à administração, de forma verbal.
- b) exclusivamente no relatório de auditoria.
- c) tempestivamente, por escrito, à administração e aos responsáveis pela governança.
- d) somente se houver distorção relevante identificada.
- e) apenas ao final do trabalho de auditoria.

177. A administração normalmente define os procedimentos, segundo os quais o estoque é contado fisicamente, ao menos uma vez por ano, para servir de base para a elaboração das demonstrações contábeis e, quando aplicável, para determinar a confiabilidade do sistema de controle permanente de estoque da entidade. Nesse caso, o acompanhamento da contagem física dos estoques envolve:

I - inspeção do estoque para determinar a existência e avaliar as condições e execução de teste de contagem;

II - observação do cumprimento das instruções da administração e da execução de procedimentos para registrar e controlar os resultados da contagem física dos estoques; e

III - obtenção de evidência de auditoria quanto à confiabilidade dos procedimentos de contagem da administração.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas II e III.
- d) I, II e III.
- e) Apenas I e II.

178. Ao selecionar itens para a amostra, a NBC TA 530 exige que o auditor

- a) utilize exclusivamente métodos estatísticos.
- b) assegure que cada unidade de amostragem da população tenha a mesma chance de ser selecionada.
- c) selecione apenas itens com maior risco.
- d) elimine julgamento profissional.
- e) adote sempre a amostragem aleatória simples.

180. No âmbito dos procedimentos de auditoria, os testes de observância têm por finalidade principal

- a) verificar se a administração atua com foco exclusivo na maximização dos resultados econômicos da entidade.
- b) assegurar, de forma direta, a inexistência de erros relevantes ou de práticas fraudulentas nas demonstrações contábeis.
- c) avaliar se os controles internos instituídos pela entidade estão sendo efetivamente aplicados e respeitados ao longo das operações.
- d) complementar os testes substantivos na análise dos saldos e transações relevantes.
- e) reunir evidências suficientes para fundamentar, isoladamente, a emissão da opinião do auditor.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO TRIBUTÁRIO AVANÇADO***Fábio Dutra*

181. Em 2021, a empresa Alfa Comércio Ltda. foi incorporada pela empresa Beta Negócios S.A. Em 2024, a empresa Beta Negócios S.A. fusionou com a empresa Ômega Serviços Ltda., formando a empresa Delta Corporação S.A.

Considerando que a empresa Alfa Comércio Ltda. era proprietária de um imóvel urbano no Município de São Paulo desde 2020, sobre o qual incidia IPTU, e que existem débitos deste tributo com fatos geradores ocorridos em 2023 (quando o imóvel já pertencia à Beta) e em 2025 (quando o imóvel já pertencia à Delta), assinale a alternativa correta sobre o sujeito passivo dessas obrigações tributárias:

- a) Quanto ao IPTU de 2023, Beta Negócios S.A. era contribuinte e Delta Corporação S.A. é responsável tributária; quanto ao IPTU de 2025, Delta Corporação S.A. é contribuinte.
- b) Quanto aos débitos de IPTU de 2023 e 2025, a Delta Corporação S.A. é contribuinte em ambos os casos, pois é a atual proprietária do imóvel.
- c) A Delta Corporação S.A. é responsável tributária tanto pelos débitos de 2023 quanto pelos de 2025, não havendo contribuinte identificável em nenhuma das situações.
- d) Beta Negócios S.A. permanece como única responsável pelos débitos de IPTU de 2023, não havendo sucessão tributária no caso de fusão posterior.
- e) Alfa Comércio Ltda. continua sendo contribuinte dos débitos de IPTU de 2023, pois foi ela quem originalmente era proprietária do imóvel, não havendo transferência de responsabilidade.

182. Nos termos do Código Tributário Nacional, interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre:

- a) suspensão ou exclusão do crédito tributário.

- b) definição de fato gerador da obrigação tributária principal.
- c) fixação de alíquota do tributo e da sua base de cálculo.
- d) majoração de tributos.
- e) cominação de penalidades para infrações tributárias.

183. Pedro reside no Município de Salvador - BA, mas elegeu como domicílio fiscal um endereço na zona rural do interior do Estado da Bahia, onde possui um sítio e realiza eventos periódicos. A Fazenda Municipal de Salvador, ao iniciar procedimento de fiscalização tributária relacionado ao IPTU de imóvel localizado em Salvador, verificou que o domicílio eleito por Pedro dificulta significativamente as atividades de fiscalização e arrecadação.

Com base no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- a) A autoridade administrativa não pode recusar o domicílio eleito pelo contribuinte, pois prevalece sempre a vontade manifestada pelo sujeito passivo.
- b) O domicílio fiscal eleito é sempre válido, independentemente de dificultar a fiscalização, pois o CTN não prevê hipóteses de recusa pela autoridade administrativa.
- c) A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito quando este impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, considerando-se então como domicílio tributário a residência habitual de Pedro em Salvador.
- d) A autoridade administrativa somente pode recusar o domicílio eleito se houver decisão judicial autorizando tal recusa.
- e) Pedro não poderia ter eleito domicílio fiscal diverso de sua residência habitual, sendo nula qualquer eleição que não coincida com o local de sua moradia.

184. Considerando as disposições do Código Tributário Nacional sobre sigilo fiscal, assinale a alternativa correta:

- a) É vedada a divulgação de informações relativas a representações fiscais para fins penais, em razão do sigilo fiscal absoluto previsto no CTN.
- b) É vedada a divulgação de informações sobre inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública, devendo tais dados permanecer em sigilo absoluto.
- c) É permitida a divulgação de informações sobre parcelamento tributário obtido por pessoa jurídica, pois tal informação não está protegida pelo sigilo fiscal.
- d) É vedada a divulgação de qualquer benefício ou imunidade tributária, independentemente de o beneficiário ser pessoa física ou jurídica.
- e) É vedada a divulgação de informações sobre moratória concedida a contribuinte, em qualquer hipótese, por se tratar de informação protegida pelo sigilo fiscal.

185. Quanto às imunidades tributárias previstas na Constituição Federal, é correto afirmar que:

- a) a imunidade dos livros, jornais e periódicos não abrange os livros eletrônicos (e-books).
- b) a imunidade recíproca impede que a União tribute o patrimônio, renda ou serviços dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mas não se estende às autarquias e fundações públicas.
- c) a imunidade dos templos de qualquer culto abrange apenas os impostos que incidem sobre o imóvel onde funciona o templo.
- d) todas as contribuições sociais estão abrangidas pela imunidade recíproca, após a reforma tributária.
- e) a imunidade das entidades sindicais dos trabalhadores não alcança sindicatos de empregadores.

186. De acordo com a Constituição Federal de 1988, o ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação) é de competência dos Estados e do Distrito Federal. Sobre as regras constitucionais deste imposto, assinale a alternativa correta:

- a) Relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, o ITCMD compete ao Estado onde é domiciliado o de cujus ou o doador.
- b) Relativamente a bens móveis, títulos e créditos, o ITCMD compete sempre ao Estado onde se processou o inventário.
- c) O ITCMD terá suas alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal, admitida a progressividade.
- d) Quando o doador tiver domicílio ou residência no exterior, a competência para instituição do ITCMD será regulada por lei complementar.
- e) A CF não prevê imunidade sobre o ITCMD.

187. Sobre o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que se trata de

- a) autarquia federal com competência para administrar o IBS em todo o território nacional.
- b) entidade pública sob regime especial, com independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira.
- c) consórcio público interfederativo, constituído por adesão voluntária dos entes federativos.
- d) órgão da administração direta federal, vinculado ao Ministério da Fazenda.
- e) agência reguladora interestadual, subordinada ao Senado Federal.

- 188.** Na prestação de serviço de transporte de carga iniciado no exterior, de acordo com a LC 214/2025, para fins de ocorrência do fato gerador do IBS, considera-se ocorrido o fornecimento no momento
- do início do transporte, ainda que iniciado no exterior.
 - do término do transporte.
 - da contratação do serviço.
 - do pagamento pelo serviço.
 - da entrada da mercadoria no território nacional.

189. Analise as seguintes assertivas sobre imunidade tributária recíproca, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- Empresas públicas e sociedades de economia mista delegatárias de serviços públicos essenciais são beneficiárias da imunidade tributária recíproca, mesmo que distribuam lucros a acionistas privados, desde que não ofereçam risco ao equilíbrio concorrencial.
- Sociedade de economia mista que tem participação acionária negociada em Bolsas de Valores e está voltada à remuneração do capital de seus controladores ou acionistas não está abrangida pela imunidade tributária recíproca, ainda que preste serviços públicos essenciais.
- Empresa privada arrendatária de imóvel público, quando exploradora de atividade econômica com fins lucrativos, não se beneficia da imunidade recíproca, sendo constitucional a cobrança de IPTU pelo Município.
- A imunidade tributária recíproca exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão.

Está correto o que se afirma APENAS em

- I e II.
- I, II e III.
- II e III.
- II, III e IV.
- III e IV.

190. De acordo com a LC 214/2025, os débitos do IBS e da CBS decorrentes da incidência sobre operações com bens ou com serviços serão extintos mediante as seguintes modalidades, EXCETO:

- Compensação com créditos apropriados pelo contribuinte.
- Pagamento pelo contribuinte.
- Recolhimento na liquidação financeira da operação (split payment).
- Transação celebrada pelo ente federativo e o contribuinte, conforme regras em decreto.
- Pagamento por aquele a quem a lei atribuir responsabilidade.

191. De acordo com a Constituição Federal de 1988, do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IR), sobre produtos industrializados (IPI) e do Imposto Seletivo, a União entregará aos Estados, Distrito Federal e Municípios, por meio dos Fundos de Participação e demais transferências constitucionais:

- 30%.
- 40%.
- 50%.
- 60%.
- O Imposto Seletivo não entra nessa regra de repartição.

192. Analise as seguintes assertivas sobre imunidade tributária de instituições de educação, assistência social e entidades religiosas, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- I. A imunidade tributária prevista no art. 150, VI, "c", da CF/88 não se aplica aos bens imóveis temporariamente ociosos de propriedade de instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos, ainda que atendam aos requisitos legais.
- II. As entidades religiosas podem se caracterizar como instituições de assistência social para fins de imunidade tributária, hipótese em que a imunidade abrangerá impostos sobre patrimônio, renda e serviços, mas não os impostos sobre importação de bens, ainda que utilizados na consecução de seus objetivos estatutários.
- III. A imunidade tributária do art. 150, VI, "c", da CF/88 alcança entidades fechadas de previdência social privada se não houver contribuição dos beneficiários.
- IV. A imunidade tributária do art. 150, VI, "c", da CF/88 alcança também a CBS.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) III e IV.
- e) I, II e III.

193. Determinado imóvel foi levado a leilão judicial por dívida de natureza civil, constando no edital que o arrematante seria responsável por todos os débitos de IPTU que já incidiam sobre o bem na data da alienação. Após a arrematação, o Município notificou o arrematante para pagamento dos débitos tributários anteriores. À luz do Código Tributário Nacional e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a previsão contida no edital é

- a) inválida, pois, nos termos do CTN, no caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço, e não na pessoa do arrematante.
- b) válida, pois o CTN estabelece que os créditos tributários relativos a impostos sobre a propriedade de bens imóveis sub-rogam-se na pessoa dos adquirentes, incluindo os arrematantes.
- c) válida, desde que o arrematante tenha sido expressamente cientificado da existência dos débitos antes da realização do leilão.
- d) inválida, exceto se o preço de arrematação for insuficiente para quitar os débitos tributários existentes sobre o imóvel.
- e) válida apenas para os débitos de IPTU vencidos no ano da arrematação, respondendo o antigo proprietário pelos débitos anteriores.

194. Analise as assertivas abaixo sobre competência tributária, nos termos do Código Tributário Nacional:

- I. A competência tributária é indelegável, não se admitindo, em nenhuma hipótese, que uma pessoa jurídica de direito público transfira a outra qualquer atribuição relacionada aos tributos.
- II. O não-exercício da competência tributária por parte de um ente federativo não permite que outro ente assumira essa competência por inércia do titular originário.
- III. Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerão à competência legislativa daquela que efetivamente recebe a receita.
- IV. A atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos pode ser conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, sendo que tal atribuição pode ser revogada a qualquer tempo por ato unilateral.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) II e IV.
- c) I, II e IV.
- d) II, III e IV.
- e) III e IV.

195. A contribuição de melhoria é tributo vinculado à realização de obra pública que resulte em valorização imobiliária. O Código Tributário Nacional estabelece requisitos mínimos que a lei instituidora deve observar. Sobre a contribuição de melhoria, de acordo com o CTN, é correto afirmar que

- a) a lei deve prever prazo não inferior a quinze dias para impugnação pelos interessados de qualquer dos elementos publicados previamente, assegurando-se a apreciação administrativa, mas não a judicial.
- b) a publicação prévia deve conter apenas o memorial descritivo do projeto e o orçamento do custo da obra, sendo facultativa a delimitação da zona beneficiada e a determinação do fator de absorção do benefício.
- c) a contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição, considerando os imóveis situados na zona beneficiada em função dos respectivos fatores individuais de valorização.
- d) por ocasião do respectivo lançamento, basta a notificação ao contribuinte do montante da contribuição e da forma de pagamento, sendo dispensável a informação sobre os elementos que integraram o cálculo.
- e) a contribuição de melhoria pode ser cobrada de qualquer imóvel situado no Município onde foi realizada a obra, independentemente de sua localização na zona beneficiada, desde que haja valorização comprovada.

196. Uma empresa foi autuada pela prática de uma infração à legislação tributária. A Lei Tributária Estadual "A" previa multa de 50% sobre o valor do tributo devido, enquanto a Lei Tributária Estadual "B" previa multa de 30% sobre o mesmo valor. Ambas as leis estavam vigentes quando do julgamento administrativo. A autoridade fiscal, ao analisar o caso, verificou que havia dúvida razoável quanto à natureza da penalidade aplicável, especificamente sobre qual percentual deveria ser utilizado. Diante dessa situação, aplicando corretamente o Código Tributário Nacional, a autoridade fiscal deverá

- a) aplicar a Lei "A", por ser mais benéfica ao Fisco.
- b) aplicar a Lei "B", uma vez que as normas mais benéficas sobre tributos e penalidades devem ser interpretadas em favor do acusado.
- c) aplicar a média aritmética entre as duas penalidades, resultando em multa de 40%, como forma de equilíbrio entre as normas.
- d) aplicar a Lei "B", por ser mais favorável ao contribuinte, em razão da interpretação mais benéfica ao acusado.
- e) consultar o contribuinte sobre qual lei deseja que seja aplicada, assegurando o exercício do contraditório e da ampla defesa.

197. Em relação ao momento em que os atos ou negócios jurídicos condicionais reputam-se perfeitos e acabados para efeitos tributários, nos termos do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

- a) Sendo suspensiva a condição, o ato ou negócio jurídico reputa-se perfeito e acabado desde o momento da prática do ato ou da celebração do negócio, independentemente do implemento da condição.
- b) Sendo resolutória a condição, o ato ou negócio jurídico reputa-se perfeito e acabado desde o momento de seu implemento, momento em que a relação jurídica se desfaz.

c) Para efeitos tributários, os atos ou negócios jurídicos condicionais somente se reputam perfeitos e acabados após o decurso do prazo de decadência, independentemente da natureza da condição.

d) Sendo suspensiva a condição, o ato ou negócio jurídico reputa-se perfeito e acabado desde o momento de seu implemento, enquanto sendo resolutória a condição, desde o momento da prática do ato ou da celebração do negócio.

e) A lei pode estabelecer que atos ou negócios jurídicos condicionais nunca sejam considerados perfeitos e acabados para fins tributários, afastando-se a aplicação da regra do CTN.

198. Analise as assertivas abaixo sobre a prescrição da ação para cobrança do crédito tributário e as causas de interrupção do prazo prescricional, segundo o Código Tributário Nacional:

I. A ação para cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

II. A prescrição se interrompe pela citação em execução fiscal.

III. A prescrição se interrompe por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor, bem como por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

IV. O protesto judicial interrompe o prazo prescricional, mas o protesto extrajudicial não produz esse efeito.

Está correto o que se afirma em

- a) I e III apenas.
- b) I e II apenas.
- c) II e IV apenas.
- d) I, II, III e IV.
- e) I, III e IV apenas.

199. Sobre a apropriação de créditos do IBS e da CBS, nos termos do art. 47 da LC 214/2025, analise as afirmativas:

- I. O contribuinte poderá apropriar créditos quando ocorrer a extinção dos débitos relativos às operações em que seja adquirente, exceto operações de uso ou consumo pessoal.
- II. A apropriação de créditos de IBS pode ser compensada com valores devidos de CBS.
- III. A apropriação está condicionada à comprovação da operação por meio de documento fiscal eletrônico idôneo.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

200. O Município de Ribeirão Preto (SP) possui em seu território uma fazenda de 100 hectares onde se realiza exploração de atividade agrícola. Sobre este imóvel rural, incide o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), de competência da União. Em determinado exercício, a União arrecadou R\$ 10.000,00 referentes ao ITR incidente sobre este imóvel. Considerando as regras de repartição de receitas tributárias previstas na Constituição Federal de 1988, e considerando que o Município de Ribeirão Preto não firmou convênio com a União para fiscalizar e cobrar o ITR, assinale a alternativa correta:

- a) O Município de Ribeirão Preto tem direito a receber R\$ 2.500,00, correspondente a 25% da arrecadação do ITR.
- b) O Município de Ribeirão Preto tem direito a receber R\$ 5.000,00, correspondente a 50% da arrecadação do ITR relativa aos imóveis situados em seu território.
- c) O Município de Ribeirão Preto tem direito a receber R\$ 7.500,00, correspondente a 75% da arrecadação do ITR.

d) A totalidade dos R\$ 10.000,00 permanece com a União, não havendo repartição com o Município, uma vez que se trata de imposto de competência federal.

e) O Município de Ribeirão Preto tem direito a receber a totalidade de R\$ 10.000,00, em razão da previsão constitucional de que todo o produto da arrecadação do ITR pertence aos Municípios.

201. José da Silva, domiciliado na cidade de São Paulo/SP, faleceu deixando como herança um veículo automotor avaliado em R\$ 80.000,00 e um imóvel rural localizado no Estado da Bahia, avaliado em R\$ 2.000.000,00. Aberta a sucessão, os herdeiros de José da Silva procuraram orientação sobre qual Estado teria competência para exigir o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) sobre os bens deixados. Considerando as regras constitucionais sobre a competência para cobrança do ITCMD, é correto afirmar que:

- a) O ITCMD sobre o veículo e sobre o imóvel deve ser recolhido ao Estado de São Paulo, pois o de cujus era domiciliado neste Estado, não importando a localização dos bens.
- b) O ITCMD sobre o veículo deve ser recolhido ao Estado de São Paulo, pois o de cujus era domiciliado neste Estado, e o ITCMD sobre o imóvel deve ser recolhido ao Estado da Bahia, onde o bem está localizado.
- c) O ITCMD sobre o veículo e sobre o imóvel deve ser recolhido ao Estado da Bahia, pois a fazenda é o bem de maior valor no espólio e determina a competência tributária.
- d) O ITCMD sobre o veículo e sobre o imóvel deve ser repartido igualmente entre os Estados de São Paulo e da Bahia, cabendo a cada um deles 50% do valor do imposto.
- e) O ITCMD sobre ambos os bens deve ser recolhido ao Estado onde se processar o inventário, independentemente do domicílio do de cujus ou da localização dos bens.

202. As operações de fornecimento de alimentação por bares e restaurantes, inclusive lanchonetes, ficam sujeitas a regime específico de incidência do IBS e da CBS. Considerando as normas previstas na LC 214/25, tal regime específico implica redução de alíquotas em:

- a) 20%
- b) 30%
- c) 100%
- d) 70%
- e) 40%

203. De acordo com a Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 132/2023, à exceção de determinados impostos expressamente previstos, nenhum outro imposto poderá incidir sobre operações relativas a energia elétrica e serviços de telecomunicações. Assinale a alternativa que descreve todos os únicos impostos que podem incidir sobre essas operações:

- a) II, IE e ICMS.
- b) II e IE.
- c) II, IE e Imposto Seletivo.
- d) II, IE, ICMS e IBS.
- e) II, IE e IBS.

204. A empresa Comercial ABC Ltda. foi inscrita em dívida ativa por débitos tributários relativos a fatos geradores ocorridos entre 2018 e 2020. João Silva era sócio-gerente da empresa desde 2015. Em março de 2020, João regularmente se retirou da sociedade, mediante alteração contratual devidamente registrada na Junta Comercial. Em 2021, a Fazenda Pública constatou que a empresa não mais funciona em seu domicílio fiscal desde maio de 2020, sem qualquer comunicação aos órgãos competentes. Em 2023, foi ajuizada execução fiscal contra a empresa e, posteriormente, requerido o redirecionamento da execução contra João Silva. À luz do Código Tributário Nacional e da jurisprudência do STJ, o pedido de redirecionamento deve ser

- a) deferido, pois João era sócio-gerente ao tempo dos fatos geradores, independentemente de ter se retirado regularmente da sociedade antes da dissolução irregular.
- b) indeferido, pois João se retirou regularmente da sociedade e não deu causa à posterior dissolução irregular, não podendo ser responsabilizado com base no art. 135, III, do CTN.
- c) deferido, pois a presunção de dissolução irregular da empresa que abandona seu domicílio fiscal alcança todos os sócios que exerceram gerência nos cinco anos anteriores ao ajuizamento da execução.
- d) indeferido, pois o redirecionamento da execução fiscal apenas é cabível quando comprovado que o sócio-gerente praticou atos com excesso de poderes ou infração à lei, o que não é o caso da dissolução irregular.
- e) deferido parcialmente, limitando a responsabilidade de João aos débitos cujos fatos geradores ocorreram durante o período em que exerceu a gerência, antes de sua retirada regular da sociedade.

205. Sobre as operações interestaduais de ICMS destinadas a consumidor final, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 87/2015, é correto afirmar que:

- a) Nas operações interestaduais destinadas a consumidor final contribuinte do ICMS, caberá ao Estado de origem o imposto correspondente à alíquota interestadual, e ao Estado de destino o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, sendo que a responsabilidade pelo recolhimento desta diferença é do destinatário.
- b) Nas operações interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte do ICMS, a totalidade do imposto deve ser recolhida ao Estado de origem, aplicando-se a alíquota interna deste Estado.
- c) Nas operações interestaduais destinadas a consumidor final, independentemente de o destinatário ser contribuinte ou não do ICMS, a totalidade do imposto sempre será recolhida ao Estado de destino.
- d) A responsabilidade pelo recolhimento da diferença entre a alíquota interna e a interestadual será sempre do remetente, tanto quando o destinatário for contribuinte do ICMS quanto quando não for.
- e) Nas operações interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte do ICMS, não há partilha do imposto entre os Estados de origem e destino, permanecendo a integralidade da arrecadação com o Estado onde está estabelecido o remetente.

- b) prática de atos ilícitos que tenham repercussão no âmbito tributário;
- c) indicação incorreta da localização do estabelecimento
- d) inadimplência fraudulenta;
- e) práticas sonegatórias que levem ao desequilíbrio concorrencial;

207. Consideram-se atos ilícitos com repercussão no âmbito tributário, que levam à cassação / suspensão da inscrição estadual, exceto:

- a) a receptação de mercadoria roubada ou furtada.
- b) a produção, aquisição, entrega, recebimento, exposição, comercialização, remessa, transporte, estocagem ou depósito de mercadoria falsificada ou adulterada.
- c) a utilização como insumo, comercialização ou estocagem de mercadoria objeto de contrabando ou descaminho.
- d) apropriação indébita de valores decorrentes de retenção por substituição tributária.
- e) a resistência à fiscalização.

208. Ficam dispensados de inscrição estadual, exceto:

- a) o prestador de serviço de transporte de carga intramunicipal.
- b) o prestador autônomo de serviço de transporte de carga que o executar pessoalmente.
- c) o representante que se limitar a angariar pedidos de mercadorias a serem remetidas diretamente do estabelecimento fornecedor aos respectivos adquirentes.
- d) o detentor de site ou a plataforma eletrônica que realize exclusivamente operações com mercadorias digitais isentas ou não tributadas.
- e) o trabalhador autônomo que executar pessoalmente, por encomenda, operação integrante de processo de industrialização, por conta de terceiro regularmente inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS, de produto destinado a posterior comercialização ou industrialização.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA AVANÇADA

Fernando Maurício

206. É hipótese de nulidade da inscrição estadual, conforme prevê o RICMS-SP:

- a) inatividade do estabelecimento para o qual foi obtida a inscrição;

209. Não é considerada hipótese de geração de Crédito Acumulado do ICMS:

- a) aplicação de alíquotas diversificadas em operações de entrada e de saída de mercadoria ou em serviço tomado ou prestado.
- b) Saldo Credor de ICMS originado de aquisição de ativo permanente.
- c) operação efetuada com isenção, nas hipóteses em que seja admitida a manutenção integral do crédito.
- d) operação efetuada com redução de base de cálculo, nas hipóteses em que seja admitida a manutenção integral do crédito.
- e) operação efetuada com não incidência, nas hipóteses em que seja admitida a manutenção integral do crédito.

210. Não produzirá efeito a Consulta Tributária formulada, exceto:

- a) Sobre matéria objeto de ato normativo.
- b) Sobre fato praticado por estabelecimento, em relação ao qual tiver sido lavrado auto de infração.
- c) Sobre matéria que tiver sido objeto de decisão proferida em processo administrativo já finalizado, de interesse do consulente.
- d) Sobre matéria objeto de consulta anteriormente feita pelo consulente e respondida pela Consultoria Tributária.
- e) Sobre fato praticado por estabelecimento, em relação ao qual tiver sido lavrado termo de início de verificação fiscal, depois de decorridos 90 dias, contados da data da sua lavratura ou de sua prorrogação determinada pela autoridade competente.

211. Assinale a alternativa que não traz uma presunção de ocorrência de omissão operação tributada do ICMS:

- a) Existência de saldo devedor de caixa.
- b) Manutenção, no passivo, de obrigações já pagas ou inexistentes.
- c) Constatação de ativos ocultos
- d) Declaração de vendas pelo contribuinte em valores inferiores às informações fornecidas por instituições financeiras e administradoras de cartões de crédito ou débito.
- e) falta de escrituração de pagamentos efetuados.

212. Segundo o Regulamento do ICMS do Estado de São Paulo, em relação às alíquotas do imposto, julgue os itens a seguir:

- I -) a alíquota de 4% será aplicada nas operações com bens e mercadorias importados do exterior que, após o desembaraço aduaneiro não tenham sido submetidos a processo de industrialização, ou ainda que submetidos a processo de transformação, beneficiamento, montagem, acondicionamento, reacondicionamento, renovação ou recondicionamento, resultem em mercadorias ou bens com conteúdo de importação igual ou superior a 40%.
- II -) a alíquota de 4% não será aplicada nas operações com bens e mercadorias importados do exterior que não tenham similar nacional.
- III -) a alíquota de 4% não será aplicada nas operações com gás natural importado do exterior.

Estão corretos apenas:

- a) I e III
- b) II e III
- c) I e II
- d) I, II e III
- e) III

213. Em relação ao ICMS, em especial sobre o Princípio da Não Cumulatividade, julgue os itens a seguir à luz do RICMS-SP

- I-) O ICMS, imposto de competência estadual, é não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação ou prestação com o anteriormente pago a este ou outro Estado, relativamente à mercadoria entrada ou à prestação de serviço recebida, acompanhada de documento fiscal hábil, emitido por contribuinte em situação regular perante o fisco.
- II-) Considera-se documento fiscal hábil, o que atenda a todas as exigências da legislação pertinente, seja emitido por contribuinte em situação regular perante o fisco e esteja acompanhado, quando exigido, de comprovante do recolhimento do imposto.
- III-) Considera-se situação regular perante o fisco, a do contribuinte que, à data da operação ou prestação, esteja inscrito na repartição fiscal competente, se encontre em atividade no local indicado e possibilite a comprovação da autenticidade dos demais dados cadastrais apontados ao fisco.

Estão corretos apenas os itens:

- a) I e III
- b) II e III
- c) I e II
- d) I, II e III
- e) III

214. Ainda em relação ao princípio Constitucional da não cumulatividade, conforme a legislação pertinente, julgue os itens a seguir:

- I-) Se considera cobrado, para fins de direito de creditamento, o valor de ICMS destacado em documento fiscal, ainda que o emitente do documento fiscal usufrua de algum benefício fiscal do ICMS concedido à revelia do CONFAZ, de modo que o valor efetivo de imposto devido seja inferior ao destacado no documento fiscal.
- II-) A isenção ou a não-incidência, salvo determinação em contrário, implicará crédito para compensação com o valor devido nas operações ou prestações seguintes.
- III-) A isenção ou a não-incidência, salvo determinação em contrário, acarretará a anulação do crédito relativo às operações ou prestações anteriores.

Estão corretos apenas os itens:

- a) I e III
- b) II e III
- c) I e II
- d) I, II e III
- e) III

215. A sociedade empresária XYZZW Ltda., estabelecida em São Paulo/SP, contribuinte do ICMS, vendeu à empresa ABCCD, localizada em Jundiaí/SP, uma máquina industrial pelo valor de R\$400.000,00. Na mesma operação, ocorreram as seguintes situações:

- foi concedida bonificação consistente no fornecimento gratuito de peças acessórias avaliadas em R\$ 10.000,00;
- a empresa ABCCD contratou, no valor de R\$ 8.000,00, serviço de frete realizado pela empresa Vai-Vem, para levar a máquina da empresa XYZZW para seu estabelecimento em Jundiaí/SP;
- Contratou Seguro junto ao Banco Bradisko, no valor de R\$6.000,00.
- a empresa XYZZW assumiu contratualmente a obrigação de montar e instalar a máquina, cobrando R\$ 5.000,00 a esse título;

À luz do RICMS-SP, quanto à composição da base de cálculo do ICMS dessa operação, é correto afirmar que:

- a) integram a base de cálculo a bonificação concedida e o valor cobrado pela montagem e instalação, não integrando o valor do frete contratado por conta e ordem da adquirente, e nem o seguro contratado por fora.
- b) integram a base de cálculo apenas o valor da máquina e da montagem e instalação, excluindo-se a bonificação, o seguro e o frete.
- c) integram a base de cálculo o valor da máquina, a bonificação concedida, o seguro e o frete, ainda que contratado por conta da adquirente, excluindo-se a montagem e instalação.
- d) integram a base de cálculo apenas o valor da máquina e seguro, sendo excluídos a bonificação, o frete e a montagem e instalação, por se tratar de valores acessórios.
- e) integram a base de cálculo o valor da máquina, o seguro e o frete, excluindo-se a bonificação e a montagem e instalação, por configurarem liberalidade e prestação de serviço sujeita ao ISS.

216. Segundo o Regulamento do ICMS de São Paulo, não é considerado contribuinte do ICMS:

- a) o destinatário da mercadoria proveniente de outro Estado, na hipótese de ser contribuinte do imposto localizado neste Estado.
- b) o remetente interestadual da mercadoria localizado em outra unidade federada, na hipótese de o destinatário localizado neste Estado não ser contribuinte do imposto.
- c) seja destinatária de serviço cuja prestação se tenha iniciado no exterior.
- d) adquira, em licitação, mercadorias nacionais apreendidas ou abandonadas.
- e) importe mercadoria ou bem do exterior, qualquer que seja a sua finalidade.

217. Em relação à Lei Complementar 24/75, que trata do CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária, julgue os itens a seguir:

- I-) A concessão de benefícios dependerá sempre de aprovação de quatro quintos, pelo menos, dos Estados representados; a sua revogação total ou parcial dependerá de decisão unânime dos representantes presentes.
- II-) São considerados benefícios fiscais do ICMS, devendo ser previamente aprovados pelo CONFAZ, a redução da base de cálculo, à concessão de créditos presumidos e o diferimento, entre outros.
- III-) A inobservância dos dispositivos da Lei acarretará, cumulativamente a ineficácia do ato e a nulidade do crédito fiscal atribuído ao estabelecimento receptor da mercadoria.

Estão corretos apenas os itens:

- a) I e III
- b) II e III
- c) nenhum
- d) I, II e III
- e) III

218. No caso de veículo não fabricado em série, quando se considera ocorrido o primeiro Fato Gerador do IPVA?

- a) na data de sua primeira aquisição pelo consumidor.
- b) na data da incorporação do veículo ao ativo permanente do fabricante.
- c) na data em que estiver autorizada sua utilização.
- d) na data de saída constante da Nota Fiscal de venda da carroceria, quando já acoplada ao chassi.
- e) na data em que o proprietário ou o responsável pelo pagamento do imposto deveria ter fornecido os dados necessários à inscrição no Cadastro de Contribuintes do IPVA deste Estado.

219. Assinale a alternativa que não traz uma hipótese de isenção do IPVA:

- a) de um único veículo utilizado no transporte público de passageiros na categoria aluguel (táxi), de propriedade de motorista profissional autônomo, por ele utilizado em sua atividade profissional;
- b) de veículo de propriedade de Embaixada, quando façam jus a tratamento diplomático, e desde que o respectivo país de origem conceda reciprocidade de tratamento.
- c) de veículo utilizado no transporte escolar, de propriedade de empresa autorizada pelos órgãos competentes.
- d) de ônibus empregado exclusivamente no transporte público de passageiros, urbano ou metropolitano, devidamente autorizados pelos órgãos competentes.
- e) de veículo com mais de 20 (vinte) anos de fabricação.

220. A respeito do Processo Administrativo Tributário de São Paulo (PAT), da lei 13.457/09, assinale a alternativa errada:

- a) A defesa deverá ser instruída com os documentos, demonstrativos e demais elementos materiais destinados a comprovar as alegações feitas, inclusive laudos e pareceres técnicos que o autuado entender necessários para o pleno esclarecimento da matéria controvertida.
- b) As provas deverão ser apresentadas juntamente com o auto de infração e com a defesa, salvo por motivo de força maior ou ocorrência de fato superveniente.
- c) Admitido o recurso voluntário pelo Delegado Tributário de Julgamento, será o processo encaminhado à Representação Fiscal para contrarrazões, no prazo de 60 (sessenta) dias, findo o qual, com ou sem a manifestação, o processo será devolvido à Delegacia Tributária de Julgamento.
- d) A competência dos órgãos de julgamento independe do domicílio do peticionário ou do autuado ou do lugar em que foi constatada a infração.
- e) Ao interessado será garantido o direito de realizar sustentação oral tanto perante a Delegacia Tributária de Julgamento, quanto ao Tribunal de Impostos e Taxas, na forma estabelecida em regulamento, desde que haja protestado, por escrito, no prazo previsto para interposição de recurso ou para apresentação de contrarrazões, devendo ater-se à matéria de natureza própria do recurso.

221. O Tribunal de Impostos e Taxas - TIT, órgão da estrutura da Coordenadoria da Administração Tributária da Secretaria da Fazenda, criado pelo Decreto nº 7.184, de 5 de junho de 1935, com sede na Capital do Estado e jurisdição em todo o seu território, tem independência quanto a sua função judicante, sendo de suas atribuições:

- I-) Julgar os recursos de ofício, em que o débito fiscal exigido na data da lavratura do auto de infração for superior a 20.000 (vinte mil) UFESPs; o recurso voluntário e o recurso especial.
- II-) Julgar o pedido de reforma dos julgados administrativos.
- III-) acompanhar os trabalhos desenvolvidos pelos órgãos de julgamento das Delegacias Tributárias de Julgamento, promovendo a interação procedimental e jurisprudencial entre eles.

Estão corretos apenas os itens:

- a) I e III
- b) II e III
- c) I e II
- d) I, II e III
- e) III

222. Conforme dispõe a Lei 13.457/09, assinale a alternativa correta:

- a) Da decisão contrária à Fazenda Pública do Estado no julgamento da defesa, em que o débito fiscal exigido na data da lavratura do auto de infração for superior a 20.000 UFESPs, haverá recurso de ofício para o Delegado Tributário de Julgamento.
- b) Apresentado o recurso de ofício, a Representação Fiscal manifestar-se-á no prazo de 30 dias, findo o qual, com ou sem a manifestação, o processo será encaminhado à Delegacia Tributária de Julgamento para intimar o contribuinte para contrarrazões, também no prazo de 30 (trinta) dias.
- c) Da decisão favorável à Fazenda Pública do Estado no julgamento da defesa, em que o débito fiscal exigido na data da lavratura do auto de infração seja superior a 5.000 UFESPs, poderá o autuado, no

prazo de 30 (trinta) dias, interpor recurso ordinário para o Tribunal de Impostos e Taxas.

- d) Da decisão favorável à Fazenda Pública do Estado no julgamento da defesa, em que o débito fiscal exigido na data da lavratura do auto de infração seja superior a 20.000 UFESPs, poderá o autuado, no prazo de 30 (trinta) dias, interpor recurso voluntário para o Tribunal de Impostos e Taxas.
- e) Da decisão favorável à Fazenda Pública do Estado no julgamento da defesa, em que o débito fiscal exigido na data da lavratura do auto de infração seja superior a 20.000 UFESPs, poderá o autuado, no prazo de 30 (trinta) dias, interpor recurso ordinário para o Tribunal de Impostos e Taxas.

223. A respeito do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) No caso de aparecimento do ausente, fica assegurada a restituição do imposto recolhido pela sucessão provisória.
- b) No cálculo do ITCMD, não serão abatidas quaisquer dívidas que onerem o bem transmitido, nem as do espólio.
- c) Fica isento do ITCMD a importância deixada ao testamenteiro, a título de prêmio ou remuneração, até o limite legal.
- d) Fica isento do ITCMD na extinção do usufruto, quando o nu-proprietário tiver sido o instituidor.
- e) a base de cálculo é equivalente a 1/3 (um terço) do valor do bem, na transmissão não onerosa do domínio útil.

224. A respeito do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, assinale a alternativa correta:

- a) Na transmissão "causa mortis", o imposto será pago até o prazo de 15 dias após a decisão homologatória do cálculo ou do despacho que determinar seu pagamento;
- b) Na doação, o imposto será recolhido em até 15 (quinze) da celebração do ato ou contrato correspondente.
- c) Na partilha de bem ou divisão de patrimônio comum, quando devido, o imposto será pago no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado da sentença ou antes da lavratura da escritura pública.
- d) no inventário e arrolamento que não for requerido dentro do prazo de 90 dias da abertura da sucessão, o imposto será calculado com acréscimo de multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do imposto; se o atraso exceder a 180 dias, a multa será de 20% (vinte por cento).
- e) O oficial do Registro Civil remeterá, anualmente, à repartição fiscal da sede da comarca, relação completa, em forma de mapa, de todos os óbitos registrados no cartório, com a declaração da existência ou não de bens a inventariar.

225. Segundo dispõe o Código de Defesa do Contribuinte – Lei Complementar 939/2003, julgue os itens seguintes:

- I-) Como regra, a execução de trabalhos de fiscalização será precedida de emissão de ordem de fiscalização, notificação ou outro ato administrativo autorizando a execução de quaisquer procedimentos fiscais.
- II-) Nos casos de extrema urgência, tal como flagrante infracional, a ordem de fiscalização deve ser emitida no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- III-) Os bens, mercadorias, livros e documentos apreendidos ou entregues pelo contribuinte, inclusive aqueles que constituam prova de infração à legislação tributária, serão devolvidos no prazo de

180 dias contados do início dos procedimentos de fiscalização.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

226. A Lei Complementar 1.320/2018, que institui o Programa de Estímulo à Conformidade Tributária - "Nos Conformes", cria condições para a construção contínua e crescente de um ambiente de confiança recíproca entre os contribuintes e a Administração Tributária, mediante a implementação de medidas concretas inspiradas em diversos princípios, exceto:

- a) cooperação e justiça tributária.
- b) boa-fé e previsibilidade de condutas.
- c) segurança jurídica pela objetividade e coerência na aplicação da legislação tributária.
- d) publicidade e transparência na divulgação de dados e informações.
- e) simplificação do sistema tributário estadual.

227. Segundo o Decreto 54.714 de 2009, que Disciplina o lançamento de ofício do IPVA, julgue os itens a seguir:

I-) Quando a notificação de lançamento tiver sido realizada por meio de publicação no Diário Oficial, o sujeito passivo será cientificado da publicação mediante comunicação expedida por carta simples ao endereço constante do Cadastro de Contribuintes do IPVA ou ao seu domicílio, sendo invalida a notificação de lançamento no caso da falta de sua entrega.

II-) A notificação de lançamento do IPVA deve ser realizada preferencialmente por meio postal, e no caso de insucesso, por meio de publicação no Diário Oficial.

III-) As incorreções ou omissões existentes na notificação de lançamento de ofício, inclusive as decorrentes de cálculo, não acarretam a sua nulidade, desde que presentes elementos suficientes para determinar, com segurança, a natureza da infração e a pessoa do infrator.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) III.
- e) I.

Instruções: Considere as informações a seguir para responder às questões de nº 228 e 229.

Nilson faleceu. Deixou testamento válido com uma única disposição na qual conferiu, como legado, um de seus cinco apartamentos ao seu colega da igreja, Alex. Ultimamente, Nilson morava em São Paulo com seus dois filhos menores, Bella e Caíto, havidos na constância do casamento com Mariana, com quem era casa sob o regime de comunhão universal de bens.

Além dos apartamentos, Adalberto era proprietário de dois veículos registrados em São Paulo, de uma casa em Ubatuba-SP e de R\$ 200.000,00 em

aplicações financeiras. Na partilha, processada em São Paulo, excluindo-se o legado, não houve atribuição individual de bens, de sorte que a cada herdeiro fora atribuído o seu respectivo quinhão.

228. Neste caso, considerando as disposições da Lei 10.705/00 do Estado de São Paulo, são contribuintes do ITCMD, apenas:

- a) Alex, Bella e Caíto.
- b) Alex e Mariana.
- c) Bella e Caíto.
- d) Alex, Bella, Caíto e Mariana.
- e) Bella, Caíto e Mariana.

229. Com base nas disposições da Lei nº 10.705/00, bem como do Decreto nº 46.655/02 do Estado de São Paulo, quantos são os fatos geradores do ITCMD?

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

230. São casos de isenção de ITCMD, conforme prevê a Lei Paulista 10.705/00, exceto:

- a) doação cujo valor não ultrapassar 2.500 UFESPs.
- b) transmissão causa mortis de imóvel cujo valor não ultrapassar 2.500 UFESPs, desde que seja o único transmitido.
- c) transmissão causa mortis de depósitos bancários e aplicações financeiras, cujo valor total não ultrapassar 2.500 UFESPs.
- d) doação de bem imóvel vinculado a programa de habitação de interesse social.
- e) transmissão causa mortis de quantia devida pelo empregador ao empregado não recebido em vida pelo respectivo titular.

CONTABILIDADE AVANÇADA E DE CUSTOS*Marcondes Fortaleza*

231. A empresa ILUSTRES fez a emissão de 4.400.000 de debêntures pelo valor nominal unitário de R\$ 1,875 para obtenção de um total de recursos no valor de R\$ 8.250.000,00. As características dos títulos emitidos foram as seguintes:

- Data da emissão: 31/12/2024
- Prazo total: 10 anos
- Taxa de juros: 10% ao ano
- Pagamentos: parcelas anuais de R\$ 1.342.649,50
- Gastos incorridos para a emissão e colocação das debêntures: R\$ 183.335,04

Tendo em vista que havia expectativa de que as taxas de juros sofreriam uma queda nos próximos anos, houve uma grande demanda pelas debêntures emitidas e a empresa conseguiu vendê-las pelo valor total de R\$ 8.800.000,00 e, com isto, a taxa de custo efetivo da emissão foi 9% ao ano.

O valor total das despesas apropriadas no resultado de 2025 e o saldo apresentado no balanço patrimonial em 31/12/2025 para as debêntures emitidas foram, respectivamente, em reais,

- a) 916.668,22 e 7.029.409,52.
- b) 775.499,84 e 8.049.515,29.
- c) 792.000,00 e 8.249.350,47.
- d) 775.499,84 e 7.317.741,18.
- e) 975.335,04 e 8.249.350,47.

232. A empresa SAIPRALAJACARE S.A. realizou, em 01/12/2025, as seguintes vendas de mercadorias:

- Venda à vista: R\$ 440.000,00
- Venda para receber no longo prazo (15 meses) no valor nominal: R\$ 433.878,50

Se a venda efetuada a prazo tivesse sido realizada à vista o valor total das vendas seria R\$ 825.000,00. Sabendo-se que a taxa de juros praticada pela empresa nas vendas a prazo é 0,8% ao mês, a empresa SAIPRALAJACARE S.A. reconheceu na Demonstração do Resultado de 2025, especificamente com relação às vendas efetuadas em 01/12/2025,

- a) Receita de Vendas = R\$ 873.878,50.
- b) Receita de Vendas = R\$ 825.000,00, apenas.
- c) Receita de Vendas = R\$ 825.000,00 e Receita Financeira = R\$ 3.080,00.
- d) Receita de Vendas = R\$ 825.000,00 e Receita Financeira = R\$ 2.800,00.
- e) Receita de Vendas = R\$ 794.435,00 e Receita Financeira = R\$ 88.871,06.

233. A Cia. MAVIFOR aplicou R\$ 220.000,00 em dois ativos financeiros, e definiu que metade dos títulos seria avaliada ao valor justo por meio do resultado e o restante seria mensurado ao custo amortizado. Os títulos possuem as mesmas características, a taxa de juros contratada foi de 1% ao mês e a aplicação ocorreu em 01/12/2025. O valor justo de cada o título, em 31/12/2025, era R\$ 111.650,00. O valor apresentado na Demonstração do Resultado do Exercício de 2025 da empresa MAVIFOR a título de Receita Financeira foi, em reais,

- a) 1.100,00.
- b) 2.200,00.
- c) 2.500,00.
- d) 2.750,00.
- e) 3.300,00.

234. A empresa MAVIFOR apresentou, para o ano de 2025, a seguinte Demonstração do Resultado, com os valores expressos em reais:

• Receita Bruta de Vendas	2.112
• (-) Impostos sobre Vendas	(484)
• Receita Líquida de Vendas	1.628
• (-) Custo das Mercadorias Vendidas	(660)
• = Lucro Bruto	968
• (-) Depreciação	(154)
• (-) Salários	(88)
• (-) INSS (parcela da empresa)	(18)
• (-) FGTS sobre salários	(7)
• = Lucro antes dos impostos	701
• (-) Despesa com IR	(155)
• = Lucro Líquido	546

O valor do INSS retido dos funcionários que estava incluído nas despesas com salários era R\$ 10,00 e o valor dos tributos recuperáveis que estavam incluídos nos valores das compras, referentes aos produtos que foram vendidos em 2025, totalizava R\$ 120,00.

O valor adicionado destinado ao governo, referente ao ano de 2025, foi, em R\$:

- a) R\$ 547.
- b) R\$ 364.
- c) R\$ 537.
- d) R\$ 544.
- e) R\$ 554.

235. Sobre Subvenções e Assistência Governamentais e Reserva de Incentivos Fiscais, marque a assertiva correta:

- a) Mesmo havendo contraprestação a ser realizada, as subvenções devem ser reconhecidas no resultado da companhia.
- b) No caso de recebimento de subvenções na forma de máquinas, a apropriação à receita se dará paulatinamente, na medida em que forem sendo efetuadas as depreciações de tais máquinas. Esse crédito ao resultado sempre será feito na forma de receitas.
- c) Se a entidade receber subvenções ou outros tipos de incentivos com obrigação adicional a cumprir, o reconhecimento como receita será imediato.
- d) A transferência do valor da receita de subvenções, por meio da conta Lucros Acumulados, para a Reserva de Incentivos Fiscais pode superar o valor do lucro líquido do exercício.
- e) A reserva de incentivos fiscais somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal; ou então para aumento do capital social.

236. Uma Sociedade Empresária produz certo tipo de produto agrícola que é negociado em dois diferentes mercados ativos (Mercado A e Mercado B) a preços diferentes. Tanto o Mercado A quanto o Mercado B não são considerados o mercado principal para esse produto agrícola, mas a empresa pode acessar os preços do produto agrícola nesses dois mercados na data de sua mensuração. Outras informações também são conhecidas:

Mercado A

R\$ 40,00/saca preço que seria recebido pela venda do produto agrícola

R\$ 6,00/saca custos para transportar o produto agrícola a esse mercado

R\$ 5,00/saca custos de transação no Mercado A

Mercado B

R\$ 38,00/saca preço que seria recebido pela venda do produto agrícola

R\$ 4,00/saca custos para transportar o produto agrícola a esse mercado

R\$ 4,00/saca custos de transação no Mercado B

Considerando-se apenas as informações apresentadas e a NBC TG 46 (R2) – Mensuração do valor justo e NBC TG 29 (R2) – Ativo biológico e produto agrícola, assinale a alternativa que apresenta o valor correto da mensuração do valor justo do produto agrícola negociado pela Sociedade Empresária.

- a) R\$ 40,00/saca.
- b) R\$ 38,00/saca.
- c) R\$ 34,00/saca.
- d) R\$ 35,00/saca.
- e) R\$ 30,00/saca.

237. A empresa É LENHA apresentava o seguinte Balanço Patrimonial em 31/12/2024:

Ativo			
Ativo Circulante	50.000		
Caixa	50.000		
Ativo não Circulante			
Ativo Realizável a Longo Prazo	19.600		
Clientes	20.000		
PECLD	- 400	Patrimônio Líquido	137.600
Propriedade para Investimento	60.000		
Terreno	60.000		
Ativo Imobilizado	8.000		
Máquina	10.000		
Depreciação Acumulada	- 2.000		
Total do Ativo	137.600	Total do PL	137.600

Na data, o terreno era avaliado ao custo, sendo que seu valor justo era de R\$ 70.000,00. Além disso, a máquina tinha sido comprada em 02/01/2024 e era depreciada pelo método dos benefícios gerados. A empresa tinha a intenção de utilizar a máquina por seis anos e depois doá-la. Na elaboração do balanço patrimonial da empresa em 31/12/2025, verificou-se que a previsão para as Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) era de 3%. Além disso, a partir de janeiro de 2025 os contadores da empresa julgaram que a informação contábil se aproximaria mais da realidade caso os terrenos fossem avaliados ao valor justo e a máquina depreciada pelo método da linha reta. O valor justo do terreno, em 31/12/25, era de R\$ 85.000,00. Assinale, a seguir, o valor do ativo total em 31/12/2025, após eventuais ajustes necessários, de acordo com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

- a) R\$ 146.600,00.
- b) R\$ 147.100,00.
- c) R\$ 147.600,00.
- d) R\$ 160.800,00.
- e) R\$ 162.600,00.

238. O valor registrado no Patrimônio Líquido da empresa É LENHA S.A. era, em determinada data, R\$ 500.000,00. A empresa MACHADO S.A. adquiriu, nessa data, 60% das ações com direito a voto da É LENHA S.A. pagando o preço total de R\$ 650.000,00 e passando a deter o seu controle. O valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da É LENHA S.A. era, nessa mesma data, R\$ 600.000,00.

O valor do ágio reconhecido no balanço individual da empresa MACHADO S.A. na data da aquisição foi, em reais,

- a) 100.000,00.
- b) 150.000,00.
- c) 290.000,00.
- d) 350.000,00.
- e) 650.000,00.

239. O valor registrado no Patrimônio Líquido da empresa MAVIFOR S.A. era, em determinada data, R\$ 1.000.000,00. A empresa Sorvetes S.A. adquiriu, nessa data, 60% das ações com direito a voto da MAVIFOR S.A. pagando o preço total de R\$ 1.300.000,00 e passando a deter o seu controle. O valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da MAVIFOR S.A. era, nessa mesma data, R\$ 1.200.000,00.

O valor reconhecido no grupo Investimentos do balanço individual da empresa Sorvetes S.A. na data da aquisição foi, em reais,

- a) 600.000,00.
- b) 780.000,00.
- c) 1.000.000,00.
- d) 1.200.000,00.
- e) 1.300.000,00.

240. Determinada sociedade anônima adquiriu 80% das ações de uma companhia, por \$ 3 milhões. Os dados patrimoniais da companhia são mostrados a seguir. A alíquota de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro líquido (IR/CSLL) vigente é de 34%.

	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo	5.000.000,00	6.000.000,00
Passivo Exigível	2.000.000,00	2.000.000,00

Nessas condições, a mais valia registrada na aquisição das ações foi de:

- a) 0,00.
- b) 72.000,00.
- c) 528.000,00.
- d) 800.000,00.
- e) 1.000.000,00.

241. As Cias. C e M apresentavam os seguintes balanços patrimoniais em 31/12/2024:

	Cia C	Cia M
Caixa	25.000	30.000
Terrenos	50.000	40.000
Total das Aplicações	75.000	70.000
Capital Social	75.000	70.000
Total das Origens	75.000	70.000

Na data, o terreno da Cia. C tinha valor justo de R\$ 70.000, enquanto o terreno da Cia. M tinha valor justo de R\$ 55.000.

Em 02/01/2025, os sócios das duas empresas fazem uma fusão, constituindo a Cia. CM.

Assinale a opção que indica o valor do patrimônio líquido da Cia. CM na data da fusão.

- a) R\$ 140.000,00.
- b) R\$ 145.000,00.
- c) R\$ 150.000,00.
- d) R\$ 180.000,00.
- e) R\$ 290.000,00.

242. Uma empresa realizou, em 31/12/2024, um contrato de arrendamento de um equipamento industrial. O contrato tem prazo de 4 anos, a empresa pagará 4 parcelas anuais de R\$ 418.669,41, vencendo-se a primeira parcela em 31/12/2025, e a taxa implícita de juros no contrato é 7% ao ano. O valor presente das parcelas do contrato, na data de início do arrendamento, era R\$ 2.500.000,00 (igual ao valor justo do equipamento) e a empresa pretende ficar com o equipamento após o término do contrato. A vida útil estimada para o equipamento é 10 anos e o valor residual esperado é R\$ 400.000,00.

Com base nestas informações, a despesa total reconhecida na Demonstração do Resultado de 2025, decorrente da operação de arrendamento realizada foi, em reais,

- a) 385.000,00.
- b) 210.000,00.
- c) 175.000,00
- d) 375.000,00.
- e) 418.669,41.

243. A Cia. X atua no mercado nacional e sua moeda funcional é o Real. Em 30/11/2024 a Cia. X constituiu a subsidiária Cia. Y para atuar nos Estados Unidos, e integralizou 100% do Capital Social no valor de US\$ 100.000,00 (cem mil dólares). A moeda funcional da Cia. Y é o dólar e, em 31/12/2024, apresentou o seguinte Balanço Patrimonial:

Cia Y – Balanço Patrimonial (valores em dólares – US\$)			
Ativo		Passivo	
Ativo Circulante		Passivo Circulante	
Caixa	35.000,00	Contas a Pagar	20.000,00
Clientes	40.000,00	Financiamentos	10.000,00
Ativo Não Circulante		Patrimônio Líquido	
Intangível	25.000,00	Capital Social	50.000,00
		LLE	20.000,00
Ativo Total	100.000,00	Passivo Total	100.000,00

A receitas e despesas da Cia. Y ocorreram de maneira uniforme no mês de dezembro de 2024 e as informações sobre a taxa de câmbio são as seguintes:

Data	Taxa de Câmbio
30/11/2019	1,90 R\$/US\$
31/12/2019	2,00 R\$/US\$
Taxa média de dezembro de 2019	1,95 R\$/US\$

Com base nestas informações, o saldo credor da conta Ajustes Acumulados de Conversão apresentado no Balanço Patrimonial da Cia. Y em 31/12/2024 foi, em reais,

- a) 2.000,00.
- b) 6.000,00.
- c) 4.000,00.
- d) 100.000,00.
- e) 105.263,16.

244. São classificados como custos diretos:

- a) matéria-prima e componentes adquiridos.
- b) custos diretos e indiretos.
- c) matéria-prima e depreciações.
- d) mão-de-obra indireta e matéria-prima.
- e) mão-de-obra direta e materiais diretos.

245. A empresa MAVIFOR adquiriu uma máquina para uso, exclusivo, na produção do produto **A**. A vida útil estimada da máquina é de 10 anos e a empresa utiliza o método das unidades produzidas para depreciá-la. Em relação ao produto **A**, a depreciação da máquina é classificada como custo

- a) fixo e primário.
- b) variável e direto.
- c) fixo e indireto.
- d) variável e indireto.
- e) fixo e direto.

246. Considere os dados a seguir:

- Estoque inicial de materiais diretos.....6.000,00
- Estoque final de produtos em elaboração.....6.800,00
- Compras de materiais diretos.....16.000,00
- Estoque inicial de produtos acabados.....2.000,00
- Mão-de-obra direta.....1.500,00
- Estoque final de produtos acabados.....1.600,00
- Custos indiretos de fabricação.....5.300,00
- Estoque final de materiais diretos.....7.700,00
- Estoque inicial de produtos em elaboração.....4.200,00
- Despesas administrativas.....2.200,00
- Despesas com vendas.....1.800,00
- Despesas financeiras líquidas.....400,00

Considerando apenas essas informações, extraídas da contabilidade da Cia. MAVIFOR, o Custo dos Produtos Vendidos, no período, correspondeu a, em R\$:

- a) 14.500,00
- b) 16.700,00
- c) 18.500,00

d) 18.900,00

e) 21.100,00

Atenção: Considere as informações a seguir para responder às questões 247 e 248.

A Cia. MAVIFOR produz um único produto e durante o mês de janeiro de 2025 produziu integralmente 1.000 unidades do referido produto e vendeu 600 unidades por R\$ 100,00 cada. As informações sobre custos e despesas incorridos pela Cia. no mês de janeiro de 2025 são:

Custo fixo: R\$ 22.000,00/mês

Custos variáveis:

Matéria-prima: R\$ 15,00/unidade

Mão de obra direta: R\$ 6,00/unidade

Despesas fixas: R\$ 7.000,00/mês

Despesas variáveis: R\$ 3,00/unidade

Comissões sobre venda: 5% do preço de venda

247. Pelo método de Custeio por Absorção, o custo unitário da produção do mês de janeiro de 2025 foi, em reais, de

- a) 29,00.
- b) 26,00.
- c) 22,00.
- d) 21,00.
- e) 43,00.

248. Sabendo que não havia estoque inicial de produtos em elaboração e de produtos acabados, o valor do estoque final de produtos acabados da Cia. MAVIFOR, em 31 de janeiro de 2025, pelo Custeio Variável, era, em reais,

- a) 8.800,00.
- b) 8.400,00.
- c) 5.600,00.
- d) 8.000,00.
- e) 17.200,00.

249. No mês de setembro de 2022, foi iniciada a produção de 4.000 unidades de um determinado produto, na empresa APRENDER S/A. Ao final do mês, 3.000 unidades estavam totalmente concluídas e restaram 1.000 unidades em processo. O percentual de conclusão das unidades em processo é de 60%. O custo total de produção do período foi de R\$ 720.000,00. O Custo de Produção dos Produtos Acabados é:

- a) R\$ 600.000,00.
- b) R\$ 720.000,00.
- c) R\$ 800.000,00.
- d) R\$ 500.000,00.
- e) R\$ 360.000,00.

250. Considere as seguintes informações sobre a estrutura de uma empresa:

- Custos e despesas variáveis: R\$ 100,00 por unidade.
- Custos e despesas fixas: R\$ 50.000,00 por mês.
- Preço de venda: R\$ 150,00 por unidade.
- Aumento da depreciação: 40%

O ponto de equilíbrio financeiro, em unidades, considerando-se que a depreciação representa 20% do total dos Custos de Despesas fixas, é

- a) 800
- b) 1.000
- c) 1.120
- d) 1.180
- e) 1.200

FLUÊNCIA DE DADOS

Renato Da Costa

251. Uma característica comum aos bancos de dados NoSQL, quando comparados aos bancos relacionais tradicionais, é a

- a) obrigatoriedade de uso de esquema rígido
- b) garantia nativa de transações ACID completas

- c) adoção exclusiva de linguagem SQL
- d) maior flexibilidade de esquema e escalabilidade horizontal
- e) eliminação da necessidade de consistência dos dados

252. No ciclo de vida da informação, a etapa responsável por garantir que dados obsoletos sejam eliminados conforme normas legais e políticas internas é a de:

- a) coleta
- b) processamento
- c) armazenamento
- d) uso
- e) descarte

253. O conceito de Big Data é tradicionalmente associado aos "Vs". NÃO corresponde a um desses atributos clássicos:

- a) volume
- b) variedade
- c) velocidade
- d) veracidade
- e) virtualização

254. Um Data Lake diferencia-se de um Data Warehouse principalmente por:

- a) armazenar apenas dados estruturados
- b) exigir modelagem prévia rígida
- c) suportar dados em formato bruto
- d) não permitir análises analíticas
- e) eliminar a necessidade de governança de dados

255. No contexto da preparação de dados para análise, a técnica que consiste em ajustar a escala dos atributos numéricos, de modo a reduzir o impacto de valores muito discrepantes, denomina-se:

- a) discretização
- b) normalização
- c) amostragem
- d) imputação
- e) codificação

256. A análise que busca descrever o comportamento passado dos dados, sem realizar inferências ou previsões, denomina-se:

- a) diagnóstica
- b) preditiva
- c) prescritiva
- d) exploratória
- e) descritiva

257. Uma técnica de Data Mining utilizada para identificar tendências e relações entre variáveis numéricas é:

- a) clusterização
- b) associação
- c) regressão
- d) classificação
- e) aglomerados

258. Um algoritmo de Machine Learning que aprende sem o uso de dados rotulados caracteriza-se como:

- a) supervisionado
- b) não supervisionado
- c) semi-supervisionado
- d) por reforço
- e) simbólico

259. O fenômeno conhecido como viés algorítmico ocorre quando:

- a) o algoritmo apresenta desempenho computacional reduzido
- b) os dados de treinamento refletem desigualdades existentes
- c) o modelo é excessivamente complexo
- d) o sistema opera sem supervisão humana
- e) há ausência de explicabilidade

260. O princípio da confidencialidade da informação está diretamente relacionado à:

- a) garantia de acesso contínuo aos sistemas
- b) prevenção de alterações indevidas
- c) restrição de acesso a usuários autorizados
- d) rastreabilidade das operações realizadas
- e) descarte seguro de dados

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
